

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
CEATEC – Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia
Programa de Pós-graduação em Urbanismo

Noemie Nelly Nahum

Projeto urbano: instrumento de diálogo?

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t361.61 Nahum, Noemie Nelly.

N154p Projeto urbano: instrumento de diálogo? / Noemie Nelly Nahum. -
Campinas: PUC-Campinas, 2017.
212p.

Orientador: Manoel Lemes da Silva Neto.

Tese de Doutorado)– Pontifícia Universidade Católica de Cam-
pinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, PósGraduação
em Urbanismo.

Inclui anexo e bibliografia.

1. Ação social. 2. Avaliação de pesquisa (Programas de ação social).
3. Planejamento urbano. 4. Espaços públicos. I. Silva Neto, Manoel Le- mes
da. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências
Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urba- nismo. III.
Título.

19. ed. CDD – t361.61

Campinas

Junho 2017

Noemie Nelly Nahum

Projeto urbano: instrumento de diálogo?

Trabalho de conclusão de Tese, apresentada como exigência para obtenção do Título de Doutora em Urbanismo, ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia.

Orientador: Professor Dr. Manoel Lemes da Silva Neto

PUC-Campinas

2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CEATEC – CENTRO DE CIENCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

Autora: NAHUM, Noemie Nelly

Título: PROJETO URBANO: INSTRUMENTO DE DIÁLOGO?

Tese de Doutorado em Urbanismo

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto – PUC-CAMPINAS

1º Examinador Prof.^a Dra. Alessandra Natali Queiroz – Universidade Metodista de Piracicaba

2º Examinador Prof. Dr. Wagner Romão – Universidade de Campinas- UNICAMP

3º Examinador Prof.^a Dra. Juleusa MariaTheodoro Turra – PUC-CAMPINAS

4º Examinador Prof.^a Dra. Ana Cecília Mattei de Arruda Campos – PUC-CAMPINAS

Campinas, 30 de junho de 2017

Dedico esse trabalho à memória de meu pai Mayer Nahoum. Ele que me acompanhou nas lições de matemática, encantando-se com os desafios das equações gigantescas propostas nos livros de admissão ao ginásio...

Toda equação é um desafio...

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma trajetória de vida na qual as conjunções voluntárias ou não, me possibilitaram chegar nesse ponto, ou melhor, vírgula.

Deixo aqui registrada a minha gratidão a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração e desenvolvimento dessa tese.

À Manoel Lemes da Silva Neto, meu agradecimento primeiro, pela sua paciência e dedicação, considerada a minha inexperiência em teorizar. Em especial, o seu profundo respeito às minhas ideias e todas as suas contribuições muito oportunas.

Aos professores da Pós-Graduação em Urbanismo da PUC Campinas, que contribuíram na construção do tema através das discussões durante as disciplinas e seminários oferecidos.

Aos meus colegas de trabalho docente, que sempre me incentivaram a seguir, mesmo com as dificuldades que se apresentavam. Colegas representados por Beatriz Helena Bueno Brandão e Ana Cecília Mattei de Arruda Campos.

Aos componentes da diretoria da Associação de Moradores e Proprietários do Village – AMPROVIC: Ana Claudia dos Santos, Cintia Baldrighi, Sueli Costa, Matheus Vieira de Luca, Leandro Negreti, e demais componentes da diretoria atual e antecedente.

À Direção, professores e funcionarios Escola Estadual Prof.^a Dora Maria Maciel de Castro Kansa.

Ao Centro de Saúde Village, na pessoa da Dra. Regina Célia Nogueira Gomes, e funcionários e Conselho de Saúde Village.

Às demais instituições que colaboraram: AMIC, Subprefeitura de Barão Geraldo, Prefeitura de Campinas, Igreja Nossa Senhora de Fátima – Village Campias.

Aos estudantes colaboradores e de Iniciação Científica da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

A contribuição de Rinaldo Barcia Fonceca.

Aos meus familiares e amigos do coração.

À amiga e colega Camilla Santino que me tranquiliza com suas explicações didáticas de uso dos programas de computador.

À minha amiga e vizinha Simone Nunes, que me acompanhou nos intervalos dos cafezinhos e incessantemente me repetiu do que sou capaz, para seguir em frente.

À PUC Campinas, por possibilitar-me o doutoramento, através da Bolsa Capacitação, estendendo meu agradecimento para todos os funcionários da casa, em especial do CEATEC.

Finalmente, agradeço a minha filha Lana, que sempre me incentiva e me enche de orgulho de ser, antes de tudo, a sua mãe.

"Não existe saber mais ou saber menos: há saberes diferentes".

Paulo Freire

(1992)

Resumo

Propõe-se refletir a pesquisa do ponto de vista da teoria e da prática, considerando-as indissociavelmente relacionadas ao processo de reconstrução metodológica nas ciências sociais aplicadas, especialmente na área de arquitetura e urbanismo.

A discussão envolve o desenvolvimento de um projeto urbano no bairro Village em Campinas, São Paulo, compreendendo-o como veículo político e técnico de diálogo entre os agentes sociais nele envolvidos. Privilegia-se a requalificação urbana dos espaços livres públicos, levando em conta que, sob condições dialógicas, o sujeito coletivo possa orientar o tratamento do território cotidiano.

Palavras-chave: ação social, ação política, território, espaços livres públicos, projeto urbano, renovação urbana.

Abstract

It is proposed to reflect the research from the point of view of theory and practice, considering them inseparably related to the process of methodological reconstruction in the applied social sciences, especially in the area of architecture and urbanism. The discussion involves the development of an urban project in the Village neighborhood in Campinas, São Paulo, understanding it as a political and technical vehicle for dialogue among the social agents involved in it. Urban regeneration of public spaces is privileged, taking into account that, under dialogical conditions, the collective subject can guide the treatment of daily territory.

Key words: social action, political action, territory, public space, urban design, urban renewal.

Índice de Figuras

Figura 1: Região Metropolitana de Campinas. Fonte: PMC	23
Figura 2: Loteamentos aprovados pelo GRAPROHAB no estado de São Paulo, 2005-2014. (Candoletta,2015).....	26
Figura 3: Fazenda Monte d’Este. Fonte: http://nikkeypedia.org.br/index.php/Fazenda_Tozan	29
Figura 4: Mirante da atual Fazenda Tozan. Fonte: http://nikkeypedia.org.br/index.php	30
Figura 5- Área do Empreendimento Imobiliário Fazenda Santa Paula com respectivas fases de implantação. A implantação desse projeto, até o momento encontra-se em negociações. Fonte: Estudo preliminar Empreendimentos imobiliários Vera Cruz – Costwolds, AIC Arquitetura.	34
Figura 6- Futuros empreendimentos previstos: CIATEC II e Fazenda Santa Paula.....	34
Figura 7- Village e entorno - loteamentos existentes lindeiros. O loteamento Piracambaia não tem registro na Prefeitura sendo também, uma área de risco de enchentes. As estrelas apontas para a localização da escola e da unidade de saúde.	35
Figura 8-a – Village Campinas e entorno – Índice de existência de calçadas; 10-b – Índice de densidade populacional urbana. Adaptado de Mangaba,2015	38
Figura 9- Village Campinas e entorno: Sistema Viário. Adaptado de Mangaba,2015	38
Figura 10- Village Campinas e entorno – Índice de existência de arborização. Adaptado de Mangaba,2015.	39
Figura 11-Village Campinas e entorno: Hidrologia. Adaptado de Mangaba,2015.....	39
Figura 12- Village Campinas - Isolíneas. Adaptado de mangaba, 2015	40
Figura 13- Exemplo de vias com barrancos formados pela manutenção realizada pela Subprefeitura, com máquinas de terraplanagem.....	41
Figura 14: Ação social de notícias, adaptado de Mangaba, 2015.	43
Figura 15- Situação do Village em relação à várzea do Rio Atibaia.Fonte: PMC	51
Figura 16: Plano Geral de Intervenções	53
Figura 17: Esquema de fluxos de águas pluviais.....	54
Figura 18: Recursos de Infraestrutura Verde de drenagem.....	55
Figura 19: Localização da bacia de retenção da Praça dos Ipês	56
Figura 20: Bacia de retenção: Planta e corte esquemáticos. Referência Cintia Baldrighi.	58
Figura 21- Micro bacia de infiltração. Planta e corte esquemático. Cul-de-sac em ruas sem saídas.	59
Figura 22: Jardim de chuva com travessia humorada.....	60
Figura 23: Jardim de chuva em área de retorno no cruzamento entre a Rua Emílio Coelho e a Rua Maria da Penha Sousa.	61
Figura 24: Construção de um círculo de bananeiras.....	64
Figura 25: Trincheira da boa vizinhança – biodegradação de materiais orgânicos -Corte.....	65
Figura 26: Trincheira da boa vizinhança - planta	65
Figura 27- Simulação de um cenário humanizado na trincheira de boa vizinhança.....	66
Figura 28- Plano geral de intervenções em processo de concepção espacial.	69

Figura 29: Exposição e apresentação de maquetes à equipe de servidores do CSV.....	71
Figura 30: Desenho de parcelamento do solo com base em foto tirada em reunião com a PMC, Dep. de Projetos, na direção de Eng. Renato de Camargo Barros. Em agosto de 2016.....	73
Figura 31: Exposição e apresentação do projeto de requalificação do bairro Village.	75
Figura 32: Estudo preliminar de implantação de equipamentos comunitários - Proposta pela pesquisadora, pela comunidade do Village	76
Figura 33: Praça da Saúde - Vista de acesso à unidade de saúde e demais instituições do complexo de serviços públicos comunitários.....	77
Figura 34: Praça da saúde - Vista da saída do ônibus escolar	77
Figura 35: Praça da Saúde - Vista do acesso à escola fundamental	78
Figura 36: Praça da Caixa d'água da SANASA, existente, ao fundo. Foto tirada no dia da fixação de placas.	79
Figura 37: Caminhos de pedestres	80
Figura 38: "Arquipélago de canteiros". Planta da diretriz viária - PMC	80
Figura 39: Proposta viária, Pç. da Caixa d'Água e Pç. da Escola.	81
Figura 40: Praça da Escola-Situação atual	82
Figura 41: Praça da Escola - Maquete desenvolvida em disciplina de Paisagismo, FAU PUC - 2014.....	83
Figura 42: Praça da Escola - Maquete desenvolvida em disciplina de Paisagismo, FAU PUC - 2014	83
Figura 43: Praça da Saúde - Maquete desenvolvida em disciplina de Paisagismo, FAU PUC - 2014.....	83
Figura 44: Praça da Saúde - Maquete desenvolvida em disciplina de Paisagismo, FAU PUC - 2014.....	84
Figura 45: Exposição de maquetes para os alunos da escola - 2014	84
Figura 46: Praça da Escola - "Sketchup" realizado por estudantes da FAU PUC.....	86
Figura 47: Praça da escola - Proposta da tese, vista aérea, "Sketchup" realizado por estudantes da FAU PUC	85
Figura 48: Localização das três praças: Skate e Bicycross, Praça de Cima e Praça de Baixo	87
Figura 49: Proposta para as três praças.	89
Figura 50: Desníveis de cotas variáveis entre lotes, vias e praças. Figura 51: Referência para solucionar desníveis. Fonte da imagem: Printrest.....	90
Figura 51: Praça dos Ipês - Parte da pista de caminhada existente	Erro! Indicador não definido.
Figura 52: Trabalhos realizados por estudantes de ensino fundamental da EE. Profª Dora M.M.de C.Kanso, em 2002	93
Figura 53: Exposição dos projetos de paisagismo para a Praça dos Ipês - Estudantes da FAU PUC - 2014	94
Figura 54: Planta de localização das intervenções	Erro! Indicador não definido.
Figura 55: Bazar comunitário	103
Figura 56: Festa de confraternização	104
Figura 57: Recreação infantil: Ideia de brinquedos com materiais de simples manuseio e confecção, com baixo custo.....	104
Figura 58: Pracinha bate papo – planta esquemática.....	106

Figura 59: Pracinha Labirinto	106
Figura 60: Pracinha Horta mandala.....	107
Figura 61: Pracinha Brincadeiras.....	107
Figura 62: Pracinha Tabela de basquete	108
Figura 63: Pracinha Damas	108
Figura 64: Cobertura com estrutura de bambu. Centro Max Feffer – Cultura & Sustentabilidade – Pardinho, São Paulo. Projeto Arquiteta Leiko Motimura. Foto arquivo pessoal.	110
Figura 65: Parada de ônibus com estrutura em bambu.Fonte: http://www.maceio.al.gov.br . Foto: Pei Fon Secom Maceió.....	111
Figura 66: Quiosque com estrutura em bambu contruido na UNESP - Botucatu, SP. Foto: Foto M. Pereira e Beraldo, 2008	111
Figura 67: Parada de ônibus com estrutura em bambu. Colômbia. Foto M. Pereira e Beraldo, 2008	112
Figura 68: Postes ilustrados pela iniciativa popular.	113
Figura 69: Proposta de intervenções em postes no Village	113
Figura 70: Desenhos para discussão	114
Figura 71: Maquete interativa utilizada na reunião geral da AMPROVIC na apresentação da proposta para discussão do futuro do bairro.	116
Figura 72: Oficina de placas educativas. Participação da comunidade e de estudantes da FAU PUCG, 2015.	119
Figura 73: Manifestação popular dos moradores do Village em Barão Geraldo. Correio Popular, Campinas, 29/10/2015	120
Figura 74: Exemplar de boletim AMPROVIC.....	122
Figura 75: Exemplar de Guia de Comercio e Serviços do Village	123
Figura 76: Festa de Confraternização 2016/17	124
Figura 77:Reuniões Gerais AMPROVIC (1) Na praça, (2) Na escola	125
Figura 78: (1) Ação Paz no Transito, (2) Pintura de placas de sinalização	125
Figura 79: Reunião de apresentação dos candidatos nas eleições municipais de 2016 - local: Centro de Saude Village.....	125
Figura 80: (1) Intalação de estrutura para fixação de faixas, (2) Construção de um círculo de bananeiras	126
Figura 81: Atividades do CASA. . (1) Oficina de capoeira, (2) Aula de balé classicoErro! Indicador não definido.	
Figura 82: Reuniões temáticas - Prevenção frente à enchentes e alagamentos. Encontro com a Defesa Civil de Campinas. Local: Escola.	126
Figura 83: Instituições de grande porte no entorno do Village.	129
Figura 84: Área de abrangência do atendimento do Centro de Saúde Village, a figura da direita foi cedida pela diretora do CSV.....	139

Figura 85: Localização da Escola Estadual Profª Dora Maria Maciel de Castro Kanso, na Praça da Escola.

.....141

Índice de Quadros

Quadro 1: Loteamentos aprovados em Campinas, 1970-1976 entre 1970 e 1976. Fonte dos dados primários: PMC.	32
Quadro 2: Loteamentos aprovados em Campinas entre 1972 e 1974, segundo dados GRAPROHAB, Fonte: Candoletta, 2015.	36
Quadro 3 - Caracterização de zoneamento do Village a partir da LUOS 2006 e a 2016 em fase de aprovação.	46
Quadro 4 - Loteamento Village Campinas. Quadro de áreas. Fonte PMC.	47
Quadro 5: Praças do Village e proposições de usos.	68
Quadro 6: Programa quantitativo e qualitativo da Praça dos Ipês.	98
Quadro 7: Atividades-eventos que contribuíram para o enrubescimento da associação de moradores.	134
Quadro 8: Conceitos sobre "Urbanidade".	150
Quadro 9 – Elementos de metodologia da Pesquisa-ação x Elementos da pesquisa em Ciências Sociais.	160

Siglas

AMPROVIC – Associação de Moradores e Proprietários do Village Campinas

CASA – Coletivo Arte, Saber e Amizade

CEATEC – Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia

AMIC – Amigos das Crianças

CIAM – Congresso Internacional da Arquitetura Moderna

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CSV – Centro de Saúde Village

EE – Escola Estadual

EGDS – Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor

FAU PUCC – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

LUOS – Lei de Usos e Ocupação do Solo

PMC – Prefeitura Municipal de Campinas

SANASA – Sociedade de Abastecimento de Água e saneamento S/A

SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura

SUS – Sistema único de Saúde

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TCA – Termo de Compromisso Ambiental

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

Sumário

Introdução	11
Preliminarmente, sobre um sujeito territorial	19
I. O lugar e um problema.....	21
A. Loteamentos em São Paulo.....	23
B. Campinas e o loteamento Village	26
1. Do Plano de Melhoramentos ao Loteamento Village Campinas	27
2. Lendo o lugar	36
II. Possibilidade de projeto	48
A. Primeiro elemento: Sistema de Drenagem Transparente	54
1. Bacia de retenção	55
.....	58
2. Microbacia de infiltração	58
3. Círculo de bananeiras.....	62
4. Trincheiras da boa vizinhança	64
B. Segundo elemento: Sistema de Espaços Livres Públicos Educadores ...	66
1. Praça da Saúde	70
2. Praça da Caixa D'água	79
3. Praça da Escola.....	82
4. Praça do Skate, Praça de Cima e Praça de Baixo.	86
5. Praça dos Ipês.....	91
.....	100
a) Preservação da área de APP	101
b) Viveiro de mudas.....	101
c) Bosque dos Ipês.....	102
d) Pista de caminhada e/ou bicicleta e áreas de repouso	102

e)	Quadras esportivas: Campo de futebol, duas quadras poliesportivas, quadra de areia	102
f)	Área de piquenique e espaço para feiras	103
g)	Equipamentos para recreação infantil	104
h)	Equipamentos para academia ao ar livre	105
i)	Lago e Prainha	105
7.	As pequenas praças	105
8.	Paradas de ônibus	109
9.	Postes de iluminação com informação	112
III.	As ações e diálogos	114
A.	Incorporação de atores - veículos	115
1.	Maquetes	115
2.	Ações com a comunidade.....	117
a)	Oficinas de produção de placas temáticas de sinalização e fixação ao longo das avenidas (Figura 75).....	117
b)	Reivindicações	120
c)	Comunicação.....	120
	125
3.	Reflexão-ação-Abordagem com os agentes políticos envolvidos na ação local	127
4.	Ações possíveis.....	133
B.	Impulsos teóricos subjacentes ao projeto	135
1.	O sujeito territorial-corporificado	135
a)	O arquiteto e o projeto comunitário	136
b)	Agentes-instituições	138
(1)	Associação de Moradores.....	138
(2)	Centro de Saúde	138
(3)	Escola	140

(4) Subprefeitura.....	141
2. O papel educador da cidade – urbanidade	148
3. Forma ativa - Forma coletiva - Forma-ativação	151
4. A Pesquisa-ação e as investigações em urbanismo concreto	155
5. Bairro	165
6. Espaços livres públicos.....	168
IV. Considerações finais	172
V. Bibliografia (Referências citadas e/ou consultadas)	175
VI. ANEXOS.....	185

Introdução

As incertezas da “modernidade líquida” de que fala Bauman (2003) acusam um tempo crítico do ponto de vista da velocidade das transformações da geografia humana e do espaço-terra, nossa casa. Urge enfrentar incertezas e contradições, trabalhar com e/ou contra elas, criar estratégias que contribuam a favor do acaso. Ou melhor, nas palavras de Edgar Morin, da “necessidade do acaso”.

É preciso ficar atento. O acaso tem seus significados e o trabalho está em encontrá-los e entendê-los como oportunidades.

Nesse contexto – aparentemente confuso, concretamente complexo –, a tese busca inserir-se no âmbito das reflexões que envolvem o pensamento crítico da pesquisa em urbanismo, e em especial na “ação política” (Ribeiro, 2014) subjacente à reflexão-ação-transformação. À reflexividade contemporânea¹.

Do ponto de vista do método, a abordagem dessas muitas dimensões da complexidade do pensamento e do mundo concreto, se faz por intermédio de um elemento chave no que tange às políticas públicas de natureza territorial e a arquitetura: o projeto.

Esse elemento, encarado muitas vezes como atividade eminentemente prática, traduz, como poucas, a reflexão crítica. Provavelmente não haverá algo mais teórico do que a prática depositada, enquanto potência, no projeto. Ou ainda, em sua construção, para lembrar a “geometria habitada” de Joaquim Guedes no prefácio do clássico “Eupalinos, ou o arquiteto”, de Paul Valéry (1996).

Para tratar do assunto, o objeto da tese se apresenta sob a forma de um projeto; de um objeto de discussão.

É aplicado a um bairro, o Loteamento Village, em Campinas, estado de São Paulo.

¹ “A reflexividade, o poder mais extraordinário da modernidade que consiste na produção reflexiva da própria experiência social (Giddens, 1990), permite ir além dos limites do pensamento conservador e do diagnóstico político da pós-modernidade” (Ribeiro, 2013a, p. 36).

Os espaços livres, especialmente os públicos, são o foco primordial desta reflexão-projeto. Em princípio, essa problemática torna possível convergir a participação dos moradores nas transformações do próprio território cotidiano.

Tal é a tese e seus argumentos.

Para arquitetos e urbanistas, que se dedicam a pensar, conceber e produzir o espaço da cidade para o bem-estar comum, a participação dos indivíduos e/ou da sociedade, é fundamental no processo que leva a um fim: a cidade boa e saudável, digna e igualitária.

A participação é a mãe de despertares que se revelam em seu próprio ato, como o sentimento de pertencer, a satisfação em se dar e ser reconhecido, as possíveis diferentes visões de mundo, a descoberta de outras ou novas alternativas para os mesmos questionamentos.

Participar é estar dentro, fazer parte. Parte de um corpo e de uma ideia, parte de um coletivo, ativo, dinâmico e mutante. Participar, a seu tempo, é gerador de envolvimento, desenvolvimento, socialização, convivência.

Mas, até que ponto vão os limites da participação popular no que diz respeito ao espaço público da cidade?

E mais, como e até que ponto a participação popular pode acontecer no contexto do cotidiano das pessoas? Como responder com pertinência a essas questões? Que métodos utilizar?

A participação, esta relação-ação – “ideia-conceito”, “ideia-projeto” (Ribeiro, 2013, p. 18) – vem como estratégia para a busca de ações concretas através de uma aproximação entre o sujeito e o objeto. Do sujeito porque lhe propõe uma participação e, portanto, um envolvimento, neste caso, ativo, e do objeto porque ele se apresenta, entre outros aspectos, pelo olhar e a vivência do próprio sujeito.

O objeto é foco comum aos sujeitos participantes, onde todo sujeito é o outro do sujeito (Signorelli e Silva Neto, 2011). Isto quer dizer que a discussão para a elaboração de projetos se mostra fundamental e que, por sua vez, envolve indivíduos e certamente as mais diferentes visões de mundo.

Na democracia, o “participar é bom” constitui-se princípio inalienável aos cidadãos. Todos podem (devem) ter voz e ação.

No caso de projetos urbanísticos, para fins de transformações e melhorias, a participação com foco no bem comum pode ser também entendida como uma realização do ponto de vista psicológico, individual, social e, por isso, fundamentalmente político. Neste sentido, pode-se também falar em territorialidade (Rasffetin, 1993), no entanto compreendida como uma conquista da representação de um coletivo. Isto é, como um projeto político de atores sociais territorializados.

Ainda com relação à territorialidade, a psicologia ambiental observa o seguinte.

“A territorialidade ajuda a organizar a vida diária dos indivíduos e dos grupos sociais, (...) nas atividades do cotidiano, (...) repercute em funções psicológicas do indivíduo. [A territorialidade é também] a relação entre lugares específicos e suas atividades ajuda o indivíduo a organizar as condutas cotidianas desconexas em cadeias de condutas generalizadas e integradas” (Holahan, 2012, p. 295).

O envolvimento, e a participação em si, na proposta de um projeto participativo, coletivo, são uma experiência fértil e geradora de transformações no indivíduo e no grupo. Porém, neste contexto, surge outra inquietação, a da autoria do projeto. Ou seja, quem realiza o produto, quem participa, quem “empresta” o seu nome, quem assina e responde pela responsabilidade técnica?

E mais, quem discute, quem tem ideias, quem conceitua, quem desenha. Portanto há, evidentemente, um emaranhado de situações problemáticas que, apesar de tudo, são destrinchadas para que, ao final do processo, se alcance um produto final: o desenho do projeto.

Há, além de questões éticas relacionadas à função social do arquiteto urbanista, outras que surgem em decorrência do ensino do projeto. Neste caso, dizendo respeito diretamente aos arquitetos urbanistas docentes universitários, é importante discutir a dualidade teoria e projeto.

No período histórico atual não é mais possível suportar dicotomias entre o plano do discurso crítico e a prática ativa do projeto.

“Pensamento e reflexão assinaram um pacto indestrutível com a práxis, com a situação concreta da existência. (...) O experimentador não participa do mundo: a experiência se realiza nele e não entre ele e o mundo” (Buber, 1979, p. 6).

Se o individualismo vem tomando conta da sociedade humana, por conta disto, e por conta de vários fatores da contemporaneidade, as diferenças são cada vez mais difíceis de serem toleradas, o que empobrece os relacionamentos humanos. Neste contexto, sob o domínio do “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1994) o individualismo é reforçado assim como o enclausuramento, o que põe em cheque o saber local (Santos, 1999; Ribeiro, 2013b, p. 17-28) em confronto com os projetos hegemônicos.

Fica, então, a pergunta. Como seria o espaço físico destinado às solidariedades ausentes?

Os diferentes saberes, independentemente de grupos sociais, de gênero ou idade, são a base para a interação mais concreta, uma *comum-união* participativa nas especulações e decisões de um grupo de pessoas. Dialogar, discutir, expor e absorver ideias diferentes somam e podem se multiplicar gerando produtos transformadores mais significativos.

Em tese, o que se propõe, portanto?

Pensar urbanismo, não foge a tal visão de mundo: um urbanismo humanista e concreto, inserido no cotidiano das pessoas, onde vivem, aspiram, desejam, sonham e participam das transformações dadas pelas circunstâncias que se apresentam. Um urbanismo do momento presente, real, inserido em contextos territoriais existentes e concretizados na vivência dos agentes sociais, sem o quê, esta tese não faria sentido.

Nessa problemática do concreto há um elemento a mais a ser levado em conta. Trata-se do marco legal que institui a política urbana no país. Direta ou indiretamente a ação política na cidade encontra-se por ele condicionada, amparando, inclusive a participação cidadão.

A Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001 aproximam as políticas públicas urbanas à população; instituiu-se mecanismos para fins de garantir uma participação direta do cidadão no processo de tomada de decisões. A iniciativa popular, o referendo, o plebiscito, as consultas e audiências públicas, os conselhos de gestão de políticas e serviços públicos são mecanismos embasados no princípio da participação popular. Sem margem à dúvida, a concepção de cidade e planejamento municipal contida no Estatuto da Cidade induz a uma nova estratégia de gestão que incorpora a ideia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade.

Nessas circunstâncias, a **justificativa** deste trabalho agrega, à problematização da “sociologia do presente” (Ribeiro, 2013), esses elementos normativos instauradores de novo capítulo da história urbana no Brasil.

Na forma ou na norma, a concretude do dia a dia implica gerenciar tanto concordâncias como conflitos. No desenrolar de um processo participativo cabem avanços e cabem frustrações. Cabem acordos e desacordos, pactos e conflitos que se explicitam no desenvolvimento do projeto, complexidade essa que circunstancia o **objetivo principal** do presente trabalho. Enfrentar a complexidade do cotidiano no cotidiano.

Apesar da existência de instrumentos que legitimam a participação popular, as limitações são várias e de diferentes perspectivas, entre elas, o projeto político dos diferentes atores sociais – da sociedade civil ao “mercado” e o “Estado” –, a administração das finanças públicas e as respectivas dimensões administrativas no território: União, Estados, Municípios e, na extremidade, subprefeituras e distritos.

Na dimensão da gestão municipal, a descentralização propagada por meio das subprefeituras ou administrações regionais não implica em descentralização de poder decisório². Diferente disso, o que se observa, é que o território municipal,

² “Descentralizar, em sentido comum, é afastar do centro; descentralizar, em sentido jurídico-administrativo, é atribuir a outrem poderes da Administração. O detentor dos poderes da Administração é o Estado, pessoa única, embora constituída dos vários órgãos que integram sua estrutura. Despersonalizados, esses órgãos não agem em nome próprio, mas no do Estado, de que

dividido em distritos, não consegue, através dos mesmos, encontrar uma unidade de expectativas entre os moradores dos vários bairros contemplados pelo distrito. Nem tampouco que integrem o processo de tomada de decisões sob a ótica da descentralização de fato.

Um exemplo, um estudo de caso.

Em Campinas, São Paulo, o Conselho de Orçamento Cidadão (antigo Conselho Participativo) deve ter uma representação de cada distrito ou região, atendendo às Leis Orçamentárias do Orçamento Público. Em princípio, trata-se uma organização em base territorial. Nos bairros, não. Os conselhos são setorizados. O Conselho de Saúde obedece à outra regionalização da cidade, a regionalização da saúde, os Conselhos Escolares encontram-se vinculados às escolas, a segurança pública, organizada segundo conselhos distritais, e assim por diante.

Em meio a essa complexidade socioespacial, administrativa e política, pressupõe-se que as frações territoriais equivalentes às clássicas “unidades de vizinhança” ainda se constituam elemento fundamental do projeto urbanístico. Desse ponto de vista, a territorialidade do bairro equivaler-se-ia à essas unidades de planejamento, relegando a elas o poder de se territorializarem. Isto é, institucionalizarem-se como territorialidades políticas praticadas pelo sujeito social e de serem reconhecidas pelos agentes hegemônicos enquanto tais.

são instrumentos indispensáveis ao exercício de suas funções e atividades típicas. A descentralização administrativa pressupõe, portanto, a existência de uma pessoa, distinta do Estado, a qual, investida dos necessários poderes de administração, exercita atividade pública ou de utilidade pública. O ente descentralizado age por outorga do serviço ou atividade, ou por delegação de sua execução, mas sempre em nome próprio.

Diversa da descentralização é a desconcentração administrativa, que significa repartição de funções entre os vários órgãos (despersonalizados) de uma mesma Administração, sem quebra de hierarquia. Na descentralização a execução de atividades ou a prestação de serviços pelo Estado é indireta e mediata; na desconcentração é direta e imediata.

Ao lado da descentralização e da desconcentração ocorrem também, como técnicas de descongestionamento administrativo, a delegação (de execução de serviço ou de competência) e a execução indireta, as quais, conforme suas características, ora se aproximam da descentralização, ora da desconcentração. Todavia, delas diferem principalmente porque são efetivadas através de atos administrativos, mediante previsão legal, enquanto a descentralização e a desconcentração realizam-se, normalmente, por lei” (MEIRELLES, 1988, p. 608).

A **metodologia**, ou melhor, o **processo de reconstrução metodológica**, reúne três componentes da produção de conhecimento (Souza, 2008): teórico, empírico e técnico.

Em princípio, a concatenação entre tais elementos se dá no discurso analítico.

Um fenômeno, um aspecto da realidade observada, o objeto se revela analiticamente através da explanação teórica – vale dizer, dos elementos de ordem universal que relacionam à parte a um todo generalizável –, apoiada, simultaneamente, em dado contexto empírico e mediado, com a teoria, pelo emprego de técnicas de pesquisa.

No entanto, propõe-se, agora, outra orientação. A concatenação entre teoria, empiria e técnica se faz com a apresentação de um projeto. É a **hipótese central**.

O projeto também pode ser visto como elemento equivalente ao discurso analítico. Reúne, simultaneamente, teoria, crítica e técnica, como também, arte (Gomes, 2012) e política.

Repita-se. Do ponto de vista do método, a abordagem dessas muitas dimensões da complexidade do pensamento e do mundo concreto, se faz por intermédio de um elemento chave no que tange às políticas públicas de natureza territorial e a arquitetura: o projeto.

Há um entrecruzamento, uma sintonia entre produção e reflexão, entre teoria e prática, entre arte e pensamento (Tessler, 2002). Na arte, assim como na arquitetura, as dúvidas tornam-se matéria prima da pesquisa; unem-se produção e reflexão.

Requalificação do bairro Village. Esse é o projeto.

E há **hipóteses de projeto**.

O **bairro** é a unidade de escala territorial apropriada para aplicação e desenvolvimento ao que se propõe: discutir o próprio bairro com a sua comunidade, reconhecer as demandas, buscar alternativas, contatar e entender os diversos agentes, através do desenvolvimento de um projeto de melhorias. Ou seja, o projeto

toma lugar de palco de discussões. É através dele que são sintetizadas as alternativas de soluções de demandas e de novos horizontes.

O **projeto do espaço livre público** é o tema que, por excelência, permite o diálogo entre o arquiteto, atores sociais, território, desenho e, com isso, perspectivas transformadoras de ocupação e uso do solo, com vistas à **sustentabilidade ambiental**.

O **partido do projeto** envolve conceitos e instrumentos da **infraestrutura verde** mesclados com o *design* da **permacultura**. A infraestrutura verde e a permacultura favorecem a sustentabilidade ambiental em sentido largo: inclui, especialmente, possibilidades de ações coletivas e motivadoras da convivência social e cidadã.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem conferida ao desenvolvimento do projeto também se constitui hipótese: a **pesquisa-ação**. Ela foi, a princípio, mais utilizada nas investigações das áreas da saúde e da educação, que são caracteristicamente setoriais. Aqui, a investigação é de cunho territorial, apontando para uma necessidade de uma série de questionamentos e adequações.

Refletida à luz do POSURB/PUC-Campinas, esta “reflexão-ação-transformação”, este projeto-pesquisa apresenta-se em três capítulos.

Primeiramente são apresentados os elementos que permitem reconhecer os condicionantes do projeto. Dizem respeito à problematização dos loteamentos em São Paulo, assim como às particularidades do bairro Village, um loteamento localizado em área periurbana de Campinas.

A **Requalificação do bairro Village** é o passo seguinte. Trata-se de um estudo preliminar restrito ao período limitado ao desenvolvimento da tese de doutoramento após a realização do Exame de Qualificação.

O terceiro capítulo discute as ações. As desenvolvidas com o intuito de incorporar os atores sociais no processo de projeto e subsídios à elaboração de intervenções espaciais em contextos semelhantes ao do Village. Também discute as barreiras que a teoria enfrenta ao lidar com a prática cotidiana. Em ambos os casos, a análise é cotejada a partir de elementos colhidos na análise do projeto

Preliminarmente, sobre um sujeito territorial

Falo de mim, nascida no Cairo, Egito, durante a reconstrução do mundo ocidental, após a II Guerra Mundial.

Anos 1950/60. Durante a Guerra do Canal de Suez no Egito (na qual a família viu-se obrigada a abandonar o Egito), o Brasil chamava imigrantes de outros países, prometendo uma vida de possibilidades e de crescimento econômico. Os anos dourados reluziam. A façanha imigratória impulsionava a luta pela vida. A estrutura familiar exigia uma forte união para a sobrevivência de costumes e também de adaptação à nova realidade, o que colocou em xeque o posicionamento político de cada indivíduo que se lançou à vida social, já abraçada. Passar por essa experiência de vida, a partir da infância, significa a busca de uma forma de convivência social saudável e tolerância às diferenças. Adulta, foram as próprias escolhas que me levaram à experiência de vida comunitária e participativa no Kibutz Afikim, em Israel, depois, no Sítio Yamaguishi em Jaguariuna-SP, e mais tarde, associada à arquitetura, a experiência da Permacultura.

Nesse caminho, desenvolver um doutorado é um enorme desafio porque a pesquisa também tem que revelar o compromisso subjetivo em alcançar horizontes libertários e democráticos.

O histórico como docente tem passagens pelas atividades extensionistas, através das quais, me convenci de que trabalhos coletivos são produtivos quando estruturados sob princípios referentes às diferenças, objetivos claros e comuns ao grupo, equilíbrio colaborativo e existência de motivação.

A experiência extensionista na PUC-Campinas igualmente mostrou que atividades externas à sala de aula, no contato de estudantes com outras realidades, mostra o real potencial educativo que revelam. Além de proporcionar novos contatos, saberes, revelações, múltiplas habilidades, um fator é vital: a participação nos processos transformadores. Participação em diferentes formas, ativas ou passivas, sempre, porém, contribuindo para um mesmo fim.

Isso inclui a inter-relação ensino-pesquisa-extensão. Na prática de ensino em arquitetura e urbanismo, em circunstâncias mesmo que distintas, os projetos

desenvolvidos pelos estudantes são, na sua maioria, trabalhos coletivos que visam apresentar ao futuro arquiteto a difícil arte de desenvolver projetos de forma coletiva.

Por isso, considero a tese como uma pausa. Uma pausa dinâmica. Uma reflexão existencial que traz à tona uma experiência de vida e seus desdobramentos. É uma pausa para poder *pró-seguir* a favor de continuidades ou rupturas. Pausar para perceber os reflexos da prática e da vivência que abrem caminhos à pesquisa e aos seus inúmeros questionamentos.

A propósito desse sujeito territorial que se apresenta na pesquisa e na ação, Ana Clara Torres Ribeiro (2014), discorrendo sobre a reflexividade contemporânea, propõe, no âmbito das ciências sociais, a desnaturalização da dicotomia entre sujeito e objeto comum às ciências “duras”.

Sob essas circunstâncias, essa tese propõe discutir o projeto como instrumento de diálogo. Diálogo entre atores sociais, entre agentes produtores do espaço urbano, entre o homem e a natureza, entre a teoria e a prática.

I. O lugar e um problema

Estado de São Paulo. Campinas Metrópole, Campinas Município. Cidade que liga a Grande São Paulo ao lugar central da região agrícola, mais rica, do interior paulista. A década de 1970 marcou mudanças decisivas no Estado de São Paulo, desenvolvendo-se novas funções e papéis novos, ampliando a sua participação no sistema globalizado de relações sociais, culturais e econômicas em crescimento. Coube à Campinas absorver a expansão industrial do interior, até mesmo assumindo papéis e funções que iriam configurá-la em nova metrópole de âmbito regional (Gonçalves, M.; Semeghini, U. 2002)³. Com isso, não só se expandiu a malha urbana nucleada por Campinas, ainda que permitindo vazios territoriais que se valorizaram ao longo dos anos, como repercutiu numa progressiva conexão com as cidades periféricas. As duas ferrovias ligando São Paulo ao interior, passando por Campinas, sem dúvida, tiveram papel determinante no desenvolvimento da região.

“A região de Campinas foi palco das principais transformações que estruturaram o complexo cafeeiro capitalista de São Paulo, a partir de meados do século XIX. Do município partiam as duas principais ferrovias do café – a Cia. Mogiana e a Cia. Paulista – e estabeleceram-se ali pioneiramente as indústrias de máquinas e equipamentos de beneficiamento, a exemplo das Companhias Mac Hardy e Lidgerwood, na década de 1970” (Idem, p.37).

Em função de sua posição estratégica na rede viária (ferroviária e depois rodoviária), Campinas ligou-se ao processo de ocupação territorial do Estado de São Paulo, no sentido do Oeste, articulando-se ao movimento da industrialização pesada.

“No entorno imediato de Campinas, a industrialização acelerada da década de 1970 potencializou a conformação de um aglomerado urbano compreendendo, além de Campinas, principalmente os municípios de Sumaré, Valinhos, Vinhedo, Paulínia Indaiatuba e Nova Odessa”. [...] Esse conjunto de aglomerados é identificado e denominado por

³ Uma Metrópole Singular. In: Fonseca, R.; Davanzo, A.M.Q.; Negreiros, R.M.C.; Livro Verde: Desafios para a Gestão da região Metropolitana de Campinas.

Davidovich & Buarque Lima, em 1975, como Área de Campinas” (Idem, p.43).

Com o crescimento industrial e populacional, acelerou-se o processo de ocupação física dos espaços urbanos dentro dos municípios, estabelecendo-se áreas de conurbação. Nessas circunstâncias, a conformação do tecido urbano de Campinas respondeu e ainda responde a intensa demanda por habitações, provocada pelos fluxos migratórios (e atualmente imigratórios) crescentes.

Neste processo de ocupação territorial, a incorporação de áreas rurais, próximas aos grandes centros urbanos, configura conflitos de interesses. São as fortes pressões do segmento imobiliário para a abertura de processos de urbanização indiscriminada, por um lado, e por outro, através da ação de moradores das áreas afetadas por essas transformações.

“Dada a importância crescente do fenômeno de implantação de usos urbanos em área rural, a Pesquisa Municipal Unificada – PMU, realizada em 1999, a Fundação Seade identificou a existência de loteamentos sem aprovação, ou, aprovados por lei especial e a existência de grandes equipamentos de lazer e industriais, para todos os municípios paulistas. Os resultados mostraram que 33% das 645 prefeituras paulistas declaram possuir ocupações urbanas em suas áreas rurais, e que 75% dos municípios, com mais de 500 mil habitantes, declaram ter loteamentos urbanos sem aprovação em suas áreas rurais” (Miranda, 2002, p. 78).

Segundo o portal da Prefeitura, Campinas é atualmente, o maior polo tecnológico da América Latina, alia na atualidade diferentes competências e dinâmicas: cidade de serviços, de comércio tradicional, de produção agrícola, de geração de ciência

e tecnologia. É também, a capital da Região Metropolitana de Campinas com 19 municípios e uma população de 2,8 milhões de habitantes (Figura 1).

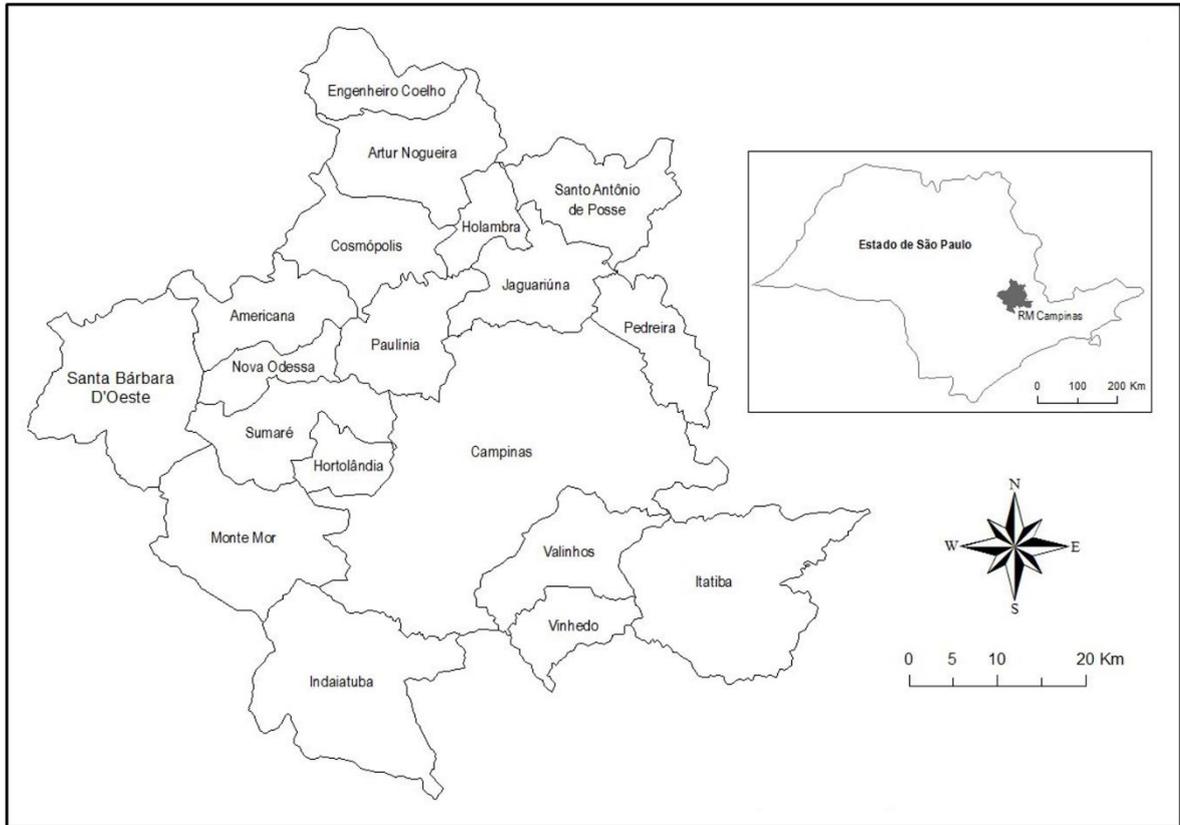


Figura 1: Região Metropolitana de Campinas. Fonte: PMC

A. Loteamentos em São Paulo

Até meados do século XIX, as terras no Brasil eram concedidas pela Coroa, as quais eram chamadas de sesmarias.

“Há pouco mais de um século e meio que a terra enquanto mercadoria é viável no Brasil e há um período menor ainda que o processo de urbanização brasileiro se consolidou. (...) A Lei de Terras no Brasil, em 1850, é um marco para o regime de propriedade no país, (...), sendo que a partir de sua aprovação, é determinado que a única forma de apropriação de terras estabelecida no Brasil passa a ser a transação de compra e venda e não mais por intermédio da concessão do Estado. Esta lei, portanto, estabelece que a terra se torne mercadoria” (Leonelli, 2010, p. 48).

Loteador e loteamento surgem no Brasil. De fato, não se constitui, ainda, uma lei de loteamentos, mas se introduz uma prática de parcelar o solo, em terras rurais em terras urbanas. No decorrer da modernização, as terras rurais “cruas”, ou

glebas, são mercadorias para serem loteadas, principalmente na urbanização de áreas das cidades. Em 1969, segundo Leonelli, os loteamentos brasileiros ainda eram regidos pelo Decreto-Lei 58/1937, regulamentado pelo Decreto-Lei 3.079/1938. Estes decretos eram considerados ultrapassados pois dispunham sobre o loteamento, mas, tratavam prioritariamente sobre os aspectos de venda de terrenos para pagamentos em prestações e não regulamentavam exigências urbanísticas (Leonelli, p.118). A autora relata e analisa dois eventos entre 1969 e 1977, respectivamente, o seminário sobre o uso do solo e loteamento urbano em Salvador e o Simpósio Homem e Cidade, durante e nos quais foi discutida a lei de loteamentos, culminando na Lei Lehman, Lei federal 6.776/1979, de parcelamento do solo⁴.

Ao mesmo tempo em que se discutia a lei de loteamentos, e, com a demanda acelerada por habitação em áreas urbanas, muitos loteamentos aconteceram na clandestinidade ou, então, calcados na lei anterior, que não tinha o mesmo grau de exigências ao loteador.

Nesse processo de urbanização, com o crescimento da população nas cidades, a partir da revolução industrial e do pós-guerra, entre 1970/80, intensificam-se os conflitos de interesses, sociais, econômicos, políticos e, conseqüentemente, ambientais. Nas palavras de Nestor Goulart (2006), “a urbanização é parte fundamental da vida social”. É nas cidades que a vida social acontece, mas também é nela que se reproduz a dinâmica da “segregação socioespacial” (Villaça, 2011). Entre o “centro” e a “periferia” há uma grande diferença. Nas centralidades a riqueza, na periferia a pobreza. Ou melhor, nos centros, o que inclui os da periferia, maior concentração de renda; nas periferias, que também incluem as periferias socioespaciais das áreas centrais, concentração da população de menor renda. No

⁴Segundo a Lei Federal n.º 6.766/79, o parcelamento do solo urbano somente pode ser levado a efeito mediante loteamento ou desmembramento (artigo 2º, “caput”). O loteamento vem disciplinado no § 1º do seu artigo 2º, que vaticina: “considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes”. Fonte: Loteamento, desmembramento, desdobro, loteamento fechado. Disponível em: <https://jus.com.br>.

entanto, esse processo é transformado pelas novas formas de uso do solo. Quando a cidade se expande, é notável, especialmente no estado São Paulo, a dispersão urbana (Reis, 2006), constituição de regiões metropolitanas, aglomerados de concentração populacional, fenômenos que induzem a formulação de novos significados e conceitos: cidade difusa (Spósito, 2014), metrópole extensiva (Monte-Mór, 1994).

A localização dos loteamentos aprovados pelo GRAPROHAB⁵ (Figura 2) comprova que tal processo vem acompanhado de perto pela política habitacional do Estado.

A espacialização dos loteamentos sob gestão do Estado traduz uma política territorial descomprometida com as consequências advindas da concentração/dispersão urbana. O fenômeno traduz continuidades territoriais: (1) regiões metropolitanas e aglomerados urbanos (São Paulo, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba e Ribeirão Preto e Aglomerado de Jundiaí); (2) no entorno das sedes de Regiões Administrativas de Presidente Prudente, Araçatuba, São José do Rio Preto e Bauru; e, (3) ao longo do sistema viário de interligação desses centros e destes com a capital do estado. Tal quadro, em princípio, contribui para a ampliação da problemática no âmbito das regiões, assim como dos municípios. Os fluxos de veículos, o deslocamento de passageiros em trechos intermunicipais, que refletem a oferta de empregos no estado, e a própria concentração populacional repercutem na tendência de aumento da problemática regional com efeitos diretos no meio ambiente.

⁵ “Desde sua criação, em 1991, o GRAPROHAB - Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo - tem por objetivo centralizar, agilizar e, sobretudo, organizar os procedimentos administrativos de licenciamento do Estado para implantação de empreendimentos de parcelamentos do solo para fins residenciais. Através do Decreto n.º 52.053, de 13 de agosto de 2007, o GRAPROHAB passa por modificações importantes. Mantendo o mesmo foco de centralidade e rapidez administrativas nos procedimentos de licenciamento, o Decreto estabelece prazos para manifestação dos órgãos que compõem o colegiado na análise dos projetos, bem como, prazos para que o interessado atenda as exigências feitas por esse colegiado. Também estabelece quais empreendimentos terão, necessariamente, que passar pelo GRAPROHAB para obter aprovação”. Disponível em: <http://www.habitacao.sp.gov.br/secretariahabitacao/downloads/graprohab/manual-orientacao.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017).

No âmbito das cidades, a implantação desses loteamentos não é acompanhada com a ampliação de serviços, equipamentos e infraestruturas dimensionados e mais adequados.

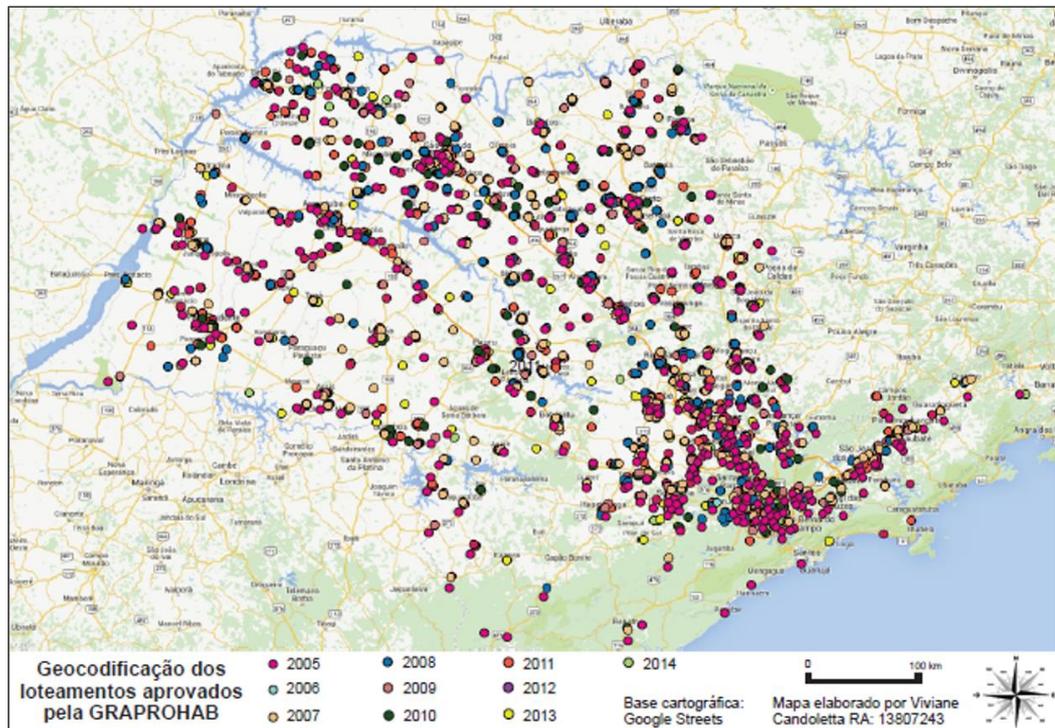


Figura 2: Loteamentos aprovados pelo GRAPROHAB no estado de São Paulo, 2005-2014. (Candoletta,2015).

B. Campinas e o loteamento Village

Em Campinas, a forma de ocupação do espaço urbano tem uma relação direta com a necessidade urgente de medidas de saneamento. Isso é premente nos dias de hoje, em que pese o discurso oficial de tendência de universalização de serviço de tratamento de esgoto, que se opõe ao triste quadro em que se encontram as condições dos recursos hídricos no município.

A ausência dessa preocupação é histórica. Campinas é notória pelos surtos de doenças e epidemias, o que teria impulsionado a Prefeitura Municipal a se preocupar com o urbanismo higienista contratando os serviços de Francisco Prestes Maia, em 1934 (Badaró, 1996). Foi a oportunidade para se conduzir os novos rumos do crescimento da cidade. Prestes Maia, então, *desenha*, segundo novos conceitos urbanísticos, o Plano de Melhoramentos Urbanos que terá sua implementação até 1969.

Ao lado da problemática ambiental acrescenta-se o desenvolvimento industrial do município e seu desdobramento territorial expresso pela valorização dos terrenos existentes na área urbana edificável, ocorrida após meados dos anos 20.

“Os novos loteamentos projetados pelas companhias imobiliárias e submetidos à aprovação da municipalidade não obedeciam muitas vezes, a critérios técnicos e muito menos a um planejamento geral. A prefeitura acostumada até então ao controle total da expansão urbana, viu-se repentinamente sem meios e sem diretrizes para orientar o crescimento da cidade” (Badaró, 1996, p. 37).

No contexto da década de 1970, com a expansão de loteamentos da cidade de Campinas, o Village representa essa tendência ao norte do município.

1. *Do Plano de Melhoramentos ao Loteamento Village Campinas*

A princípio, as linhas gerais, de acordo com a proposta de Prestes Maia, seguiriam uma ideia de que o caráter e o programa de plano urbanístico seriam essenciais. Assim, o plano deveria contemplar todos os aspectos do município e da região, especialmente os econômicos, porque possibilitariam e determinariam o desenvolvimento da cidade. Ainda:

“O caráter técnico ou científico do plano se opõe ao palpite ou ao sentimento, sendo componente importante para a exata definição e equacionamento dos problemas urbanos” [...] (Badaró, 1996, p. 50).

Segundo o autor, Prestes Maia também teria ressaltado:

“(...) A importância de se considerar a contribuição da experiência estrangeira naquilo que fosse cabível, citando entre as mais significativas, a americana e a alemã. A primeira por ser, na época, a mais adiantada em termos de engenharia viária e a segunda porque dispunha de uma regulamentação perfeita para disciplinar as construções e a expansão urbana” (Idem, p. 50).

Sobre a idealização do plano,

“A praticidade seria outro requisito fundamental, atendendo às necessidades e aspirações da população, e sendo exequível legal e financeiramente[...] entre 20 e 50 anos” (Idem, p. 50).

Ainda segundo o autor, Prestes Maia enfatizou a necessidade de ampliação do plano, abrangendo a expansão urbana e as zonas rurais⁶.

O Plano de Melhoramentos de Prestes Maia não se deteve dentro do domínio físico-urbanístico, ou ao campo *material*, como ele preferia qualificar. Seguindo os princípios modernos defendidos na época, deveriam ser alcançadas outras esferas, incluindo, também, aspectos da vida no município, possibilitando a ampliação do raio de ações. Em linhas gerais, indicou como necessárias três ações: criação de uma Seção Agrícola Municipal, estendendo o plano ao campo; criação de Comissões Civas tecnicamente capacitadas para encaminhar os principais problemas da cidade; e, a recomendação de racionalização da máquina administrativa, a fim de eliminar entraves burocráticos e um melhor atendimento ao público.

Com as diretrizes fundadas no primeiro plano urbanístico para Campinas, a expansão urbana daí possibilitada viabilizou a materialização das condições para surgimento do Loteamento Village.

O plano viário, atrelado à determinadas desapropriações, precisaria ser executado segundo o ritmo das transformações urbanas em curso. Não era, portanto, um conjunto de determinações fechadas e acabadas.

A história de formação do Loteamento Village, remonta a fazendas do século XVIII, entre elas a Fazenda Mato Dentro, que posteriormente mudou de nome para Fazenda Ponte Alta, e depois, Fazenda Monte d'Este (Figura 3). Posteriormente, teve sua maior parte vendida para Hisaya Iwasaki⁷ (Fazenda Tozan), em 1927, quando das primeiras intervenções urbanísticas da cidade de Campinas.

⁶ "(...) Um plano global insistindo ainda em algumas medidas de amplitude municipal, envolvendo a área rural, mas reconhecendo que o plano poderia ser aprovado parcialmente, como de fato acabou ocorrendo, ao limitar sua intervenção à área urbana" (Badaró, p. 55).

⁷ Hisaya Iwasaki, filho de Ytaro Iwasaki, fundador do grupo Mitsubishi.

A respeito das tendências socioeconômicas observadas na região, destaca-se o potencial do turismo rural. Pode-se dizer que essa atividade se deve à influência deixada pelo proprietário da Fazenda Tozan, ao trazer um grande número de famílias japonesas para trabalhar nessas terras, consigo a sua cultura e conhecimento de lida peculiar com a terra.



*Figura 3: Fazenda Monte d'Este. Fonte:
http://nikkeypedia.org.br/index.php/Fazenda_Tozan*

A Fazenda Tozan, atualmente, continua produzindo, entre outros itens, os mais consumidos saquê e molho de soja no Brasil e, além disso, abre suas instalações para uma experiência de turismo rural (Figura 4).

A história mais recente do Loteamento Village relaciona-se à política de habitação inaugurada na vigência do período militar e, conseqüentemente, direcionada para o binômio “urbanização” e “industrialização” (Silva Neto,1999).



Figura 4: Mirante da atual Fazenda Tozan. Fonte: <http://nikkeypedia.org.br/index.php>

O Plano de Melhoramentos, que se iniciou com a abertura de grandes vias e alargamento de ruas, recebeu o primeiro anel viário, seguido do segundo e do terceiro, em função do crescimento da cidade, mas não foram concebidas para a expansão para uso habitacional. As grandes vias foram desenhadas especialmente considerando o crescimento da indústria automobilística e conseqüentemente o uso do automóvel e do transporte motorizado em geral. À questão do saneamento, deu-se por “natural”, a retificação e/ou encanamento de vários rios da cidade. As grandes vias voltadas para o centro possibilitaram, gradativamente, o alcance às áreas periféricas, constituindo assim, um desenho radiocêntrico, que teve seu traçado ampliado na medida que novas áreas foram agregadas à cidade urbanizada.

A partir de 1965, a periferização é marcada pela implantação de conjuntos habitacionais do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e por loteamentos

populares da iniciativa privada dirigidos à população de baixa-renda, com pouca ou nenhuma infraestrutura básica. Desse modo, o crescimento periférico acentua-se ainda mais no decorrer dos anos 1970, integrando a essa dinâmica a retenção de áreas como forma de reserva de valor. Somente a partir de 1979, com as normas de âmbito federal estabelecidas para o parcelamento do solo urbano - Lei Lehman - Campinas passaria por uma retração no seu processo de expansão periférica.

As décadas de 1960 e 1970 são de grande evolução populacional. O crescimento urbano desordenado do município acarretou em problemas de saneamento básico, habitação e transporte, levando a altos custos sociais e ao meio ambiente.

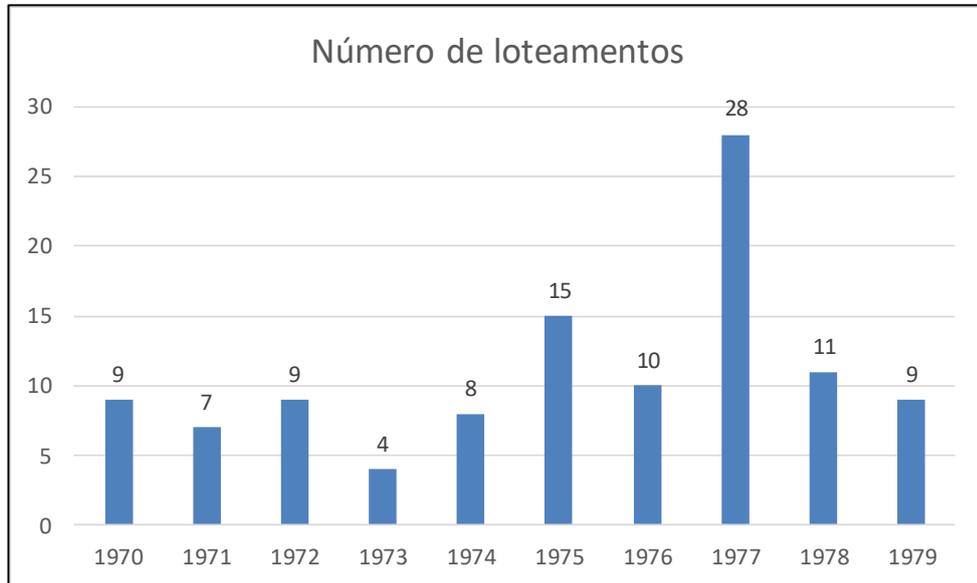
“Situa-se na década de 70, durante a gestão do Prefeito Orestes Quércia (1969/73), o Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas – PPDI, com estudos iniciados no segundo semestre de 1969, tendo sido aprovado através da Lei n. 3960 de 9 de março de 1971”⁸.

A partir desta época, com a instauração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado (PDDI) e tendo, em certa medida, a orientação proveniente as diretrizes urbanísticas de Prestes Maia, intensifica-se a propagação de áreas urbanas muitas vezes distantes do centro e pobres em recursos básicos de infraestrutura. A prática (estratégia) do setor imobiliário foi implementar loteamentos distantes do centro, fazendo com que, após a sua ocupação, a falta de acessibilidade caísse nas contas do Estado. Foi uma prática que foi ocupando, e ainda ocupa, vazios urbanos, com a diferença que os vazios cada vez mais se aproximam, preenchendo os espaços da cidade.

No estudo desse processo, foram desenvolvidas pesquisas de iniciação científica vinculadas à tese presente. Assim, “Questões estruturais e conjunturais de loteamentos em São Paulo: o caso do Village *Campinas*” (Silva Neto e Candoletta, 2015), permite associar o surgimento do Loteamento Village a processos urbanos mais amplos.

⁸ www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama

Os anos 1970 foram marcados por grande número de aprovações de loteamentos urbanos na Região Metropolitana de Campinas, incluindo-se o Village, datado de 1974 (Quadro 1).



Quadro 1: Loteamentos aprovados em Campinas, 1970-1976 entre 1970 e 1976. Fonte dos dados primários: PMC.

Esses loteamentos contribuem para configurar um território de características próprias, resultantes de vários fatores. Entre eles, a legislação vigente no período de sua aprovação. Em alguns loteamentos, e especificamente no Village, problemas básicos de infraestrutura e saneamento, ainda não foram resolvidos após mais de 40 anos.

“As décadas de 60 e 70 foram as de maior crescimento populacional do município, com índices de crescimento anual que ultrapassaram os 5%. O intenso e desordenado crescimento urbano vivido nessa época ocasionou grandes problemas de saneamento básico, moradia e transportes, com elevados custos sociais e comprometimentos ao meio ambiente” (Histórico dos Planos Diretores de Campinas) ⁹.

⁹ A partir de 1965 a periferação passa a ser marcada pela implantação de conjuntos habitacionais financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação - SFH e por loteamentos populares da iniciativa privada dirigidos à população de baixa-renda, com pouca ou nenhuma infra-estrutura básica. O crescimento periférico acentua-se ainda mais no decorrer dos anos 70, fazendo parte dessa dinâmica a retenção de áreas, como forma de reserva de valor. Somente a partir de 1979, com as

No distrito de Barão Geraldo, em Campinas, a aprovação de loteamentos acarretou crescimento da densidade populacional e, com ela, o agravamento dos problemas característicos das grandes cidades brasileiras relacionado à infraestrutura urbana insuficiente, se comparada com o crescimento acelerado da população. Nesse distrito, no qual o Village está inserido, as consequências da urbanização têm sido muito adversas. Entre os fatores que podem ser apontados no agravamento, pode-se indicar os seguintes: a carência de serviços públicos nos loteamentos já existentes construídos da década de 1980; as implicações decorrentes da implantação de grandes empreendimentos já aprovados ou em vias de aprovação em áreas dos loteamentos da Fazenda Santa Paula, da Fazenda Rio das Pedras e do CIATEC II; a ocorrência de população com maiores faixas de renda e escolaridade. A tendência do crescimento urbano na região norte do município e, conseqüentemente, nas imediações do Loteamento Village, é evidente. Não só fica claro o crescimento, como especificamente o propósito.

A proposta de habitações representada pelo loteamento da Fazenda Paula (Figuras 5 e 6), a relativa proximidade do distrito de Barão Geraldo com a área urbana de Paulínia e Jaguariúna, apontam tal orientação. Há, complementarmente à habitação, outros usos, tais como a ampliação dos serviços de alta tecnologia a

normas de âmbito federal estabelecidas para o parcelamento do solo urbano - Lei Lehman, Campinas passaria por uma retração no seu processo de expansão periférica. Fonte: Histórico dos Planos Urbanísticos e Planos Diretores de Campinas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/doc/historico.pdf>. Acessado em 24/03/2007



Figura 6- Futuros empreendimentos previstos: CIATEC II e Fazenda Santa Paula

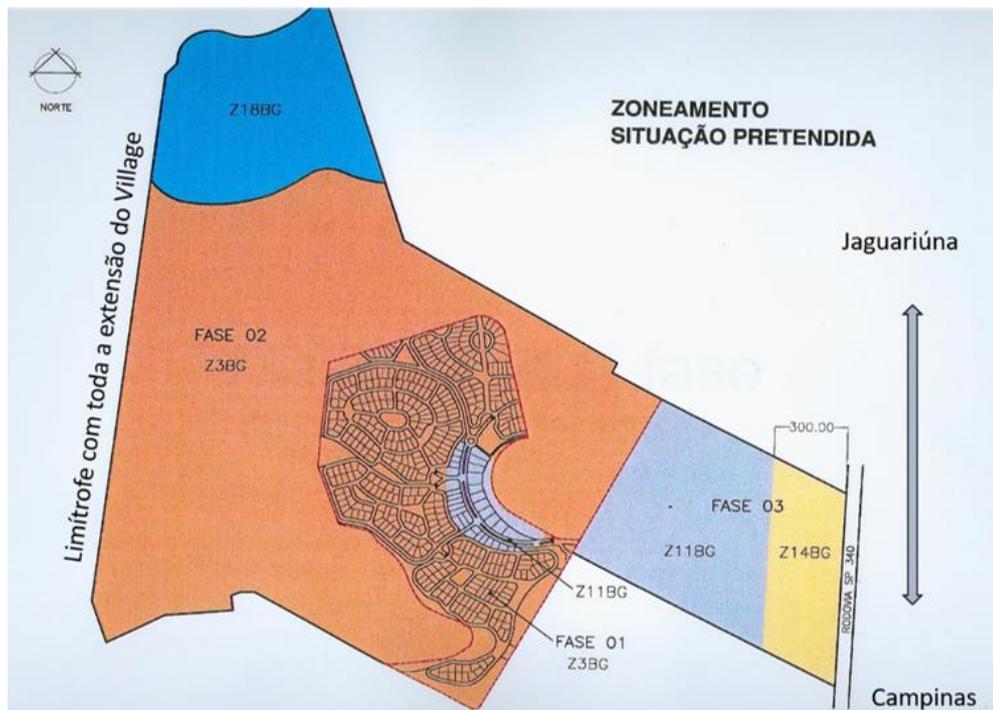


Figura 5- Área do Empreendimento Imobiliário Fazenda Santa Paula com respectivas fases de implantação. A implantação desse projeto, até o momento encontra-se em negociações. Fonte: Estudo preliminar Empreendimentos imobiliários Vera Cruz – Costwolds, AIC Arquitetura.

serem instalados no CIATEC II e a presença das duas maiores universidades de Campinas, PUC e UNICAMP.

O contexto local confere um certo grau centralidade ao Loteamento Village. É o maior loteamento existente na região (Figura 7) e a presença de uma escola estadual e uma unidade de saúde, por atender à população do entorno, reforça esse papel.

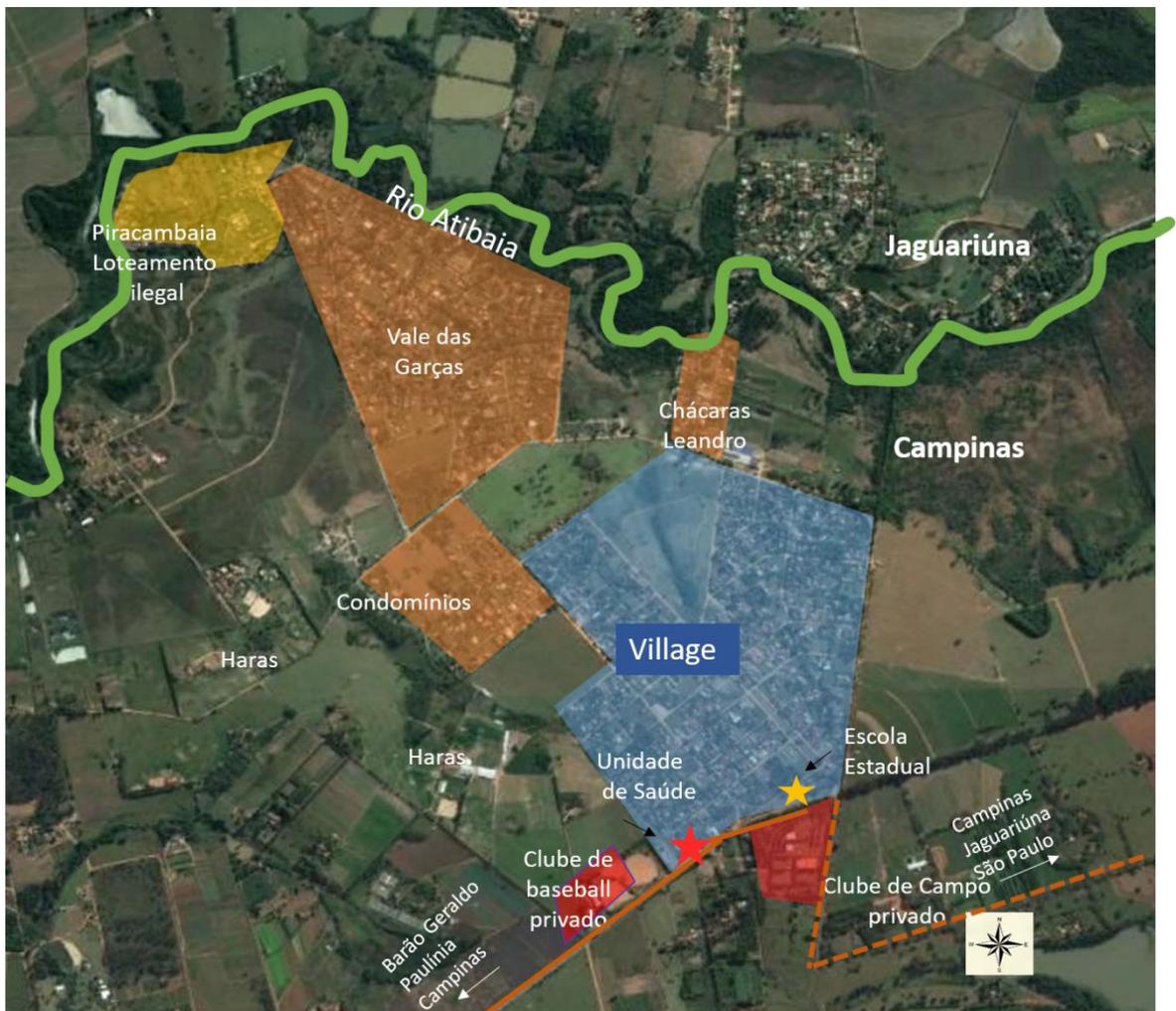


Figura 7- Village e entorno - loteamentos existentes limítrofes. O loteamento Piracambaia não tem registro na Prefeitura sendo também, uma área de risco de enchentes. As estrelas apontam para a localização da escola e da unidade de saúde.

Ainda sobre a caracterização do Village, um aspecto marcante está relacionado às suas infraestruturas básicas se equiparadas às de outros bairros da mesma época. Em que pese ser um loteamento de baixa densidade populacional, com 6

habitantes por hectare, não se justifica a inexistência de pavimentação, nem calçamento (Quadro 2).

Data	Loteamento	Pavimentação	Calçadas	Arborização	Área (Km ²)	População Residente	Domicílios Particulares Permanentes	Hab/ Domicílios	Densidade Populacional Hab/ hectare
1972	Chácara Primavera	100%	60%	70%	3,908	12.274	4.023	3,05	31,4
1972	Jardim Santa Genebra (Gleba 1)	100%	70%	65%	2,356	13.551	4.420	3,07	57,5
1972	Mansões Santo Antônio	90%	60%	30%	3,83	11.349	4.395	2,58	29,6
1972	Vila Lemos	100%	100%	30%	2,622	20.925	7.218	2,9	79,8
1972	Jardim Ouro Branco
1972	Vila Orozimbo Maia	80%	60%	20%	3,877	23.197	7.152	3,24	59,8
1972	Jardim Chapadão (Continuação – 2ª Parte)
1972	Vila Presidente Campos Sales
1973	Jardim do Lago (Continuação)	15%	10%	10%	13,912	40.759	11.823	3,45	29,3
1973	Jardim São Marcos	70%	60%	50%	4,738	20.859	6.051	3,45	44
1973	Jardim Rosana
1973	Nova Campinas (Chácara Laranjeiras)	100%	100%	100%	1,863	5.126	1.902	2,7	27,5
1974	Vila Aeroporto	90%	70%	40%	14,624	62.313	18.255	3,41	42,6
1974	Vila Lemos	100%	100%	30%	2,622	20.925	7.218	2,9	79,8
1974	Jardim José Martins	100%	80%	80%	5,429	9.872	3.448	2,86	18,2
1974	Sítios Gramado	90%	70%	100%	5,386	4.010	1.204	3,33	7,4
1974	Nova Campinas, (Chácara Laranjeiras)	100%	100%	100%	1,863	5.126	1.902	2,7	27,5
1974	Village Campinas	0%	0%	100%	2,676	1.543	482	3,2	5,8
1975	Jardim Santa Genebra (Gleba 1)	100%	70%	65%	2,356	13.551	4.420	3,07	57,5
1975	Chácara São Domingos
1975	Cemitério Parque Flamboyant
1975	Jardim Atlântico
1975	Jardim do Lago	90%	80%	20%	3,766	18.155	6.148	2,95	48,2
1975	Nova Campinas (Chácara Laranjeiras)	100%	100%	100%	1,863	5.126	1.902	2,7	27,5
1975	Jardim Sisalpineia
1975	Cemitério Parque das Azaléias
1975	Jardim Brandina
1975	Jardim Santa Terezinha
1975	Vila Perseu Leite de Barros	100%	100%	10%	8,382	48.184	15.725	3,06	57,5
1975	Vila Miguel Vicente Cury
1975	Novo Taquaral

Quadro 2: Loteamentos aprovados em campinas entre 1972 e 1974, segundo dados GRAPROHAB, Fonte: Candoletta, 2015.

2. Lendo o lugar

“O que se passa em um lugar depende da totalidade de lugares que constroem o espaço” (Santos, (1978) 2002, p. 153)

O Village é o centro do mundo onde seus moradores e visitantes “estão juntos, sentindo, vivendo, pensando, emocionando-se” (Santos apud Arroyo, 1996, p. 59). Fazer a leitura do bairro, aqui, é reflexo de uma interpretação do cotidiano, principalmente através de observações, relatos e reflexões que dão significado à forma presente entre as relações sociais e processo de formação e transformação do espaço no tempo.

Ler o Village como *lugar*, parte do pesquisador como sujeito territorializado, uma vez que, no caso, ele é sujeito e objeto. Outra relevância dessa leitura, é que ora é técnica, ora é sensível, e até mesmo romântica. Em outras palavras, a leitura *técnica*, é dirigida a dados reais, como topografia e seus desdobramentos, a leitura *sensível*, se dá pela interpretação do comportamento e das atitudes dos moradores frente às suas relações com o espaço e a solidariedade, e ainda, uma leitura sensível da paisagem bucólica instantaneamente flagrada.

Essa leitura orienta a percepção do bairro: (i) perfil demográfico de características físico-ambientais; (ii) conformação topográfica e infraestruturas; (iii) transportes; (iv) moradores e frequentadores; e, como elemento convergente dessa leitura, (v) hipóteses quanto à legislação urbanística vigente.

Na escala urbano-regional, o Estudo urbanístico-ambiental: Loteamento Village Campinas (Mangaba, 2015) apresenta as seguintes características. O sistema viário (Figura 8) se destaca pela sua geometria ortogonal e morfologia de quarteirões paralelos, com distribuição de vias de forma regular; relacionada aos elementos físicos e ambientais a área, revela a presença de fragmentos florestais (Figura 9) nas imediações do loteamento. Os fragmentos testemunham a paisagem original do atual Village; as “características do entorno dos domicílios urbanos” do ponto de vista das variáveis demográficas publicadas pelo Censo 2010 apresentadas a partir de indicadores formulados para a leitura territorial (Silva Neto, 2014). Entre as observações levantadas, a taxa a respeito da existência de calçadas, os dados colhidos são de acordo os setores censitários e que o perímetro do bairro Village está compreendido, sendo em mais em mais de um setor censitário. Assim, o bairro situa-se num intervalo de classe entre zero e 31% de calçamentos em suas vias, essa taxa é representativa das características de loteamento que se situa na fronteira entre o urbano e o rural de Campinas sendo

que no Village, a taxa de calçamento é zero. No que diz respeito a densidade populacional urbana (Figura 10-b), evidencia-se que o Loteamento Village detém

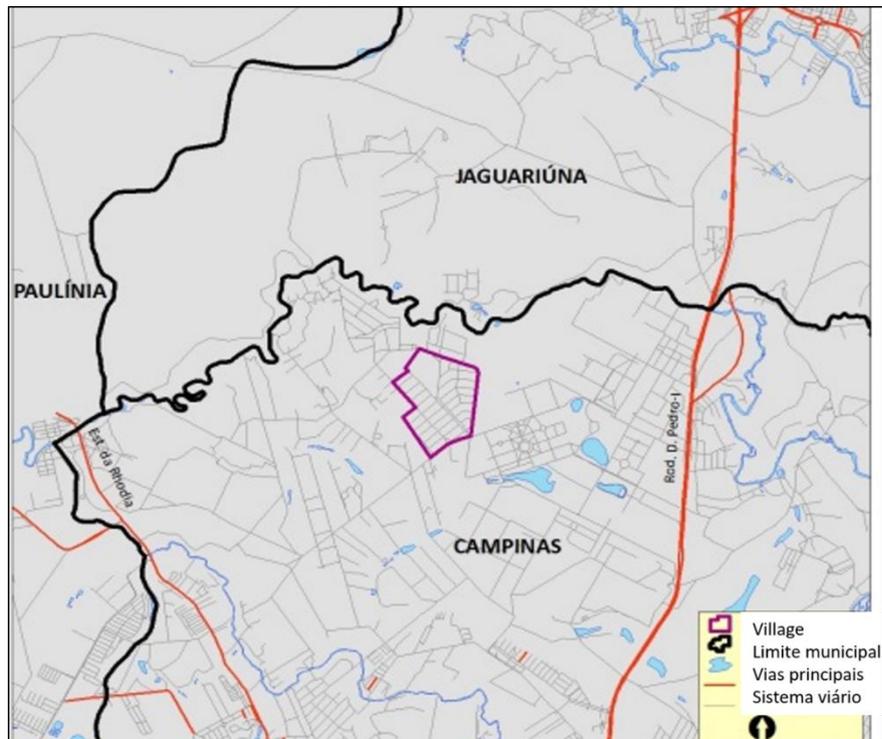


Figura 9- Village Campinas e entorno: Sistema Viário. Adaptado de Mangaba,2015

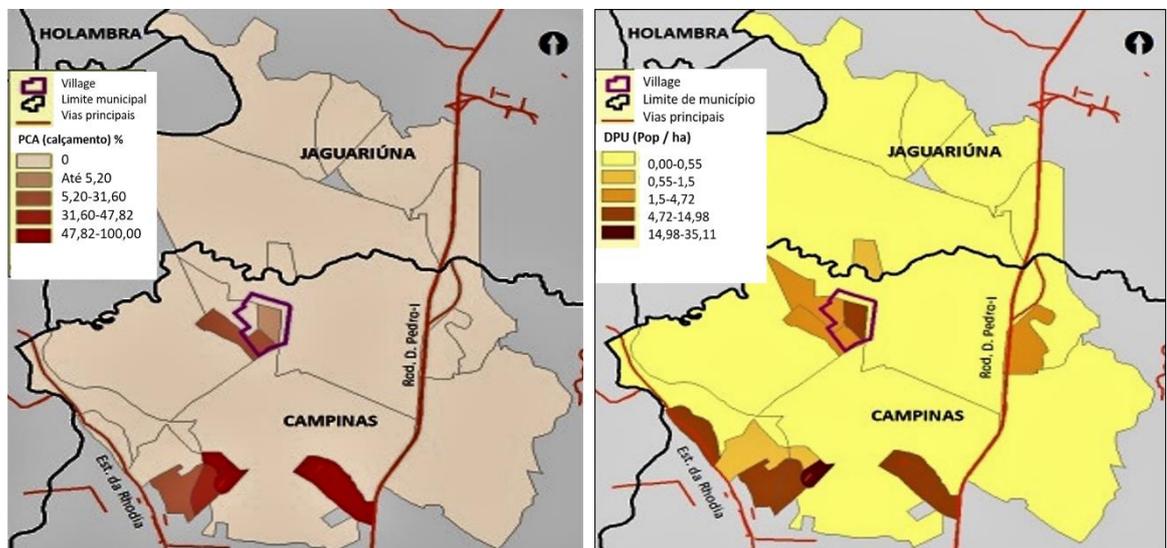


Figura 8-a – Village Campinas e entorno – Índice de existência de calçadas; 10-b – Índice de densidade populacional urbana. Adaptado de Mangaba,2015

densidade maior que seu entorno imediato, com valores alcançando a classe de 15 a 35 habitantes/ha.

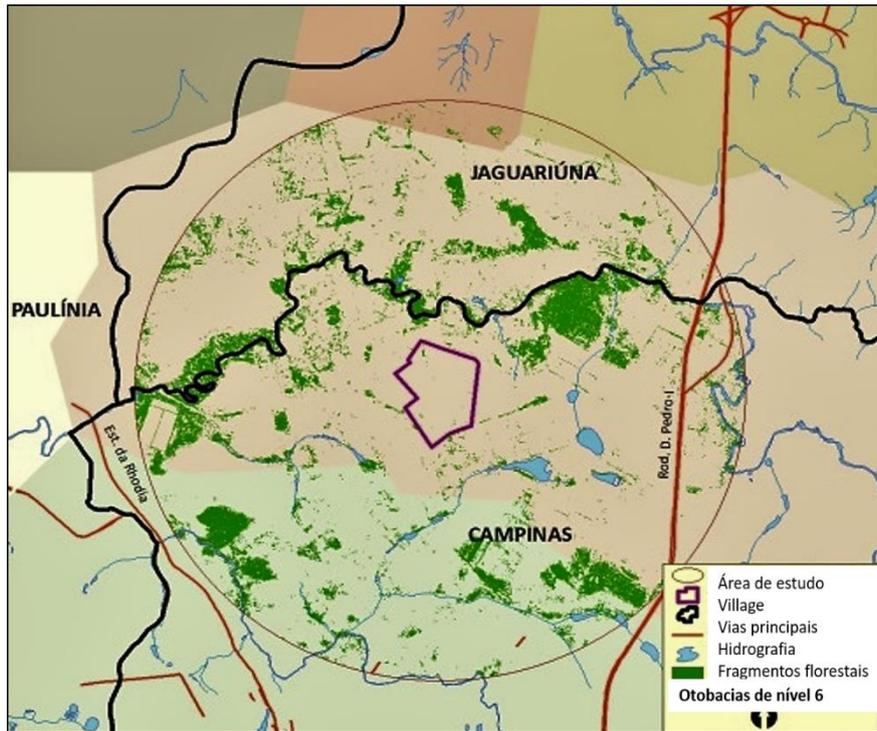


Figura 11-Village Campinas e entorno: Hidrologia. Adaptado de Mangaba,2015

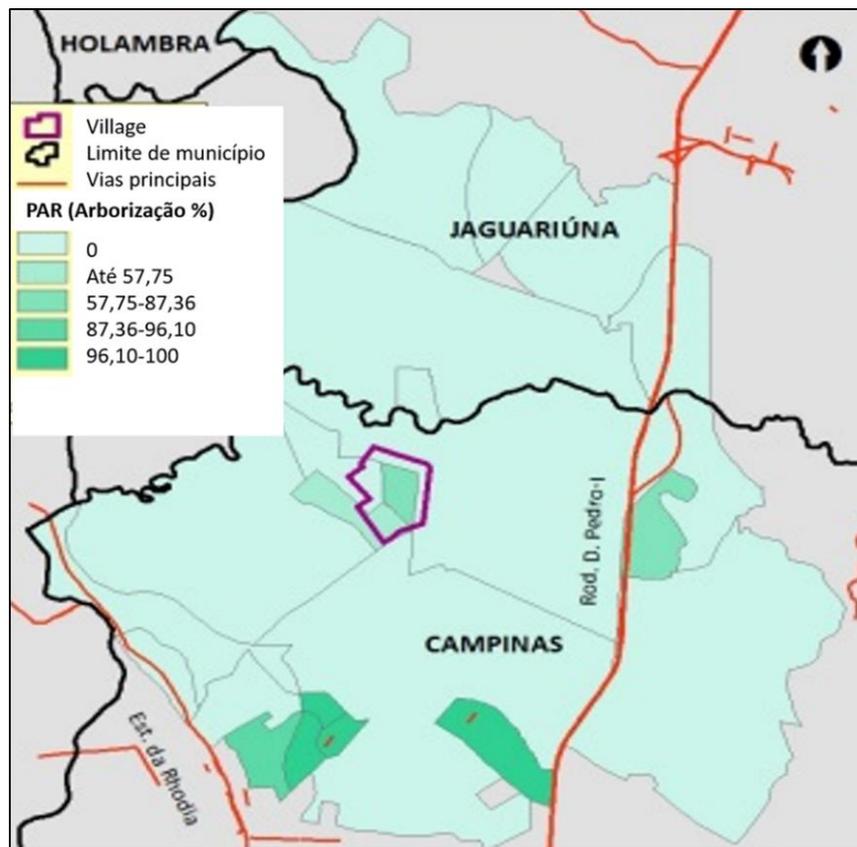


Figura 10- Village Campinas e entorno – Índice de existência de arborização. Adaptado de Mangaba,2015.

Quanto a existência de arborização (Figura 11) no entorno domiciliar observe-se predominância de intervalos de classe superiores, entre 87 e 98%.

A topografia (Figura 12) é caracterizada por uma declividade média de 5%, com variações de zero a 15%, causando, em alguns trechos, nos períodos chuvosos, grandes poças ou deslizamentos de terra e valetas que impedem a circulação. Como é um loteamento de chácaras, a maior parte do solo é permeável, inclusive as vias, que são de terra. Por consequência a ação municipal de equacionamento do problema implica a utilização de máquinas de terraplanagem, provocando o afundamento gradativo das ruas.



Figura 12- Village Campinas - Isolíneas. Adaptado de Mangaba, 2015

Desencadeiam-se, assim, outros problemas, como a dificuldade de acesso às chácaras e também a formação de barrancos (Figura 13).

Com 183 mil m², em uma das áreas verdes do bairro, há uma nascente de um córrego que deságua no rio Atibaia, único curso d'água responsável pelo abastecimento do município. Daí sua importância. Local, urbana e regional.

O sistema de transporte público é precário. Conta com duas linhas. A primeira, com dois veículos. A outra, um só. Frequentemente o serviço é interrompido pela quebra de veículos ou pela falta de combustível.



Figura 13- Exemplo de vias com barrancos formados pela manutenção realizada pela Subprefeitura, com máquinas de terraplanagem.

Do ponto de vista do lugar, e contemplando elementos da cartografia da ação social (Ribeiro, 2000), um ponto bastante sensível da problemática local, e que diz respeito especialmente à população que vive ou trabalha no Village e que depende do transporte público, é seu permanente estado de “crise”.

Outra pesquisa de iniciação científica vinculada à tese (Silva Neto e Camargo, 2015) explorou o assunto a partir de geoinformação da ação social de notícias colhidas em meios de comunicação de circulação local; revelam manifestações espontâneas da ação dos sujeitos sociais do Village e entorno, valorizando, sobretudo suas reivindicações quanto a melhorias das características urbanísticas

e de uso do território (Figura 14). Para ilustrar a abordagem de leitura de percepção do bairro do ponto de vista dos transportes, destaca-se o seguinte: A reportagem do portal Barão em Foco (31/05/2006) relata a reivindicação de moradores quanto a melhorias no atendimento do transporte público que teve seu itinerário alterado. A questão do transporte público não se encerra nela. As explicações vindas do poder público quanto à essa deficiência são evasivas e em cadeia, o que impossibilita segundo essa fonte, uma solução definitiva.

Entre as explicações dadas aos moradores estão: 1) falta de verba para combustível (!), 2) inexistência de abrigos para paradas por não existirem calçadas (!), 3) a inexistência de calçadas é devida à inexistência de guia e sistema de drenagem (!), 4) não há sistema de drenagem porque não há calçamento(!), 5) não há calçamento porque não existe sistema de esgoto(!), 6) o sistema de esgoto só pode ser instalado se houver aderência de 70% de usuários para a sua implantação e manutenção, ou seja, é necessário um plano comunitário que se torna impossível pelo baixo número de adesões.

Nesse processo para *ler o lugar*, as questões de infraestrutura no bairro são muito mais complexas, seja pelas possibilidades financeiras da própria comunidade (que dividida economicamente, não pode assumir despesas igualmente) seja, pela indignação dos moradores, ou por uma gestão ineficaz.

Moradores do Village paralisam ônibus com itinerário alterado

O Poder público não respeitou a população fazendo mudança no itinerário do ônibus, fato que prejudicou os moradores do Village. Não comunicou e não acertou com a Associação de Bairro. A população se revoltou e o poder público voltou atrás, revelando planejamento e implantação ineficientes.

Os moradores do Village, além de perderem com o bilhete único, devido ao conhecido problema da 1 hora, tiveram o itinerário dos ônibus alterado. Para economia da empresa, o ônibus que ia para o Village, começou a passar primeiro pelo Bosque das Palmeiras e depois para o Village. A linha Jóquei foi excluída.

O governo popular deu prioridade para a economia da empresa e não para o tempo que os moradores iam demorar no trajeto.

A revolta foi grande. No dia 31/05/2006, passageiros se recusaram a continuar a "viagem" e desceram do ônibus. Outros passageiros de outros ônibus fizeram o mesmo e paralisaram os coletivos próximo da ponte do Rio Anhumas, no caminho para o Bairro. Durante a contestação, foi marcada reunião para o dia seguinte, logo às 7:30 da manhã, onde compareceram 7 funcionários da EMDEC. A empresa voltou atrás, ou seja, os ônibus voltaram a circular como antes. Os moradores da região do Bosque das Palmeiras, que tiveram a linha excluída, também a tiveram de volta.

Atitudes prepotentes como esta, de retirar uma linha de circulação, alterar horários e trajetos de outras, sem conversar com as Associações de Bairros, é um descaso que precisa ser analisado. O episódio destaca a falta de planejamento adequado: implanta, se alguém reclamar a gente muda, e precisou mudar.

Para os planejadores da EMDEC e pessoas que acreditam que a empresa de ônibus é a prioridade, devemos lembrar que os ônibus existem para atender a uma necessidade básica da população e não que a população deve se adaptar para o sucesso de empresa que funciona com acordos políticos e não com concorrência.

Veja as fotos



No dia 01/06/2006 foi realizada uma reunião da EMDEC com os moradores, às 07:30h da manhã. No dia 03/06/2006 houve uma Assembleia dos moradores, também com a EMDEC, para acordos de horário:

Veja as fotos da reunião e da Assembleia:



Figura 14: Ação social de notícias, adaptado de Mangaba, 2015.

Parênteses. Antecipando a proposição projetual que segue discutida nos capítulos seguintes da tese, e que se relaciona com a percepção de fragilidades da ação dos atores sociais, a leitura do lugar, processual e gradativamente esclarecedora, propõe caminhos, a exemplo do envolvimento do sujeito coletivo. A reativação e enrobustecimento da associação de moradores mostra-se, nessa leitura, a tal ponto essencial que envolveu esta pesquisadora na condução de um processo reivindicatório de possibilidades concretas de melhorias junto aos agentes públicos atuantes na região. E há razões para tanto. Na subprefeitura do distrito de Barão Geraldo, a qual o Village é servido, o bairro é estigmatizado. Dizem que é “um bairro problemático...”, “que as pessoas não são unidas”, que “cada um quer uma coisa...”, “que tem uma questão política”, “que tem poucos eleitores”, “é terra de ninguém”.

Entre explicações possíveis desse “descaso”, a composição identitária dos moradores talvez explique o esvaziamento das respostas dadas pela municipalidade nas reivindicações locais.

Entre os moradores, pode-se dizer, segundo a observação a partir da manifestação dos próprios, distinguem-se dois grupos: os “nativos” da região e os que vieram “de fora”, a partir do loteamento legalizado. Paradoxalmente, os nativos também vieram de fora no passado, porém, para trabalhar na terra, quando ainda era área rural. Assim, desde o início do século passado, as famílias nativas, vem recebendo familiares que se agregam a esse grupo responsável pela formação da classe de trabalhadores-moradores em serviços decorrentes da implantação do loteamento. Consequentemente, caracterizam-se como atores sociais em desvantagem e desprovidos de poder e cultura de negociações reivindicatórias. Os aumentos dessas famílias repercutem no aumento de número de habitantes por lote, concentrando-se em uma área mais restrita do loteamento. Ao contrário dos nativos, os proprietários de chácaras, isolam-se cada vez mais e pouco interagem com a vizinhança. É nesse cenário de diferenças sociais, que notadamente, o desafio para a democratização do espaço público se instala.

Os frequentadores, outro grupo que tem impacto no cotidiano do Village, estão presentes ocasionalmente em festas que utilizam chácaras de aluguel para essa finalidade. Diga-se que esses eventos atraem grande número de pessoas que, ao se apropriarem temporariamente do bairro, deixam rastros, especialmente da

poluição sonora, para a qual a legislação urbanística não previu situações de incomodidade a exigir instalações próprias para esse tipo de atividade.

Quanto ao tema da normatização urbanística, há novidades. A começar do enquadramento do uso e ocupação do solo e do zoneamento. Há intenções implícitas nas novas categorias propostas na legislação urbanística. Consequentemente, ações concretas que a aplicação desses conceitos pode desencadear. O Plano Diretor de 2006, atualmente em vigência, deve ceder espaço a novas concepções na revisão de 2016, ainda não aprovada na Câmara Municipal. Entendendo a norma como elemento convergente da leitura do lugar, isto é, para a qual converge a ação política que direciona o desenho urbano do loteamento, surgem hipóteses quanto aos cenários e tendências indicados pela legislação urbanística. A vigente e a por ser implantada.

Antecipando-se ao plano, a Revisão da Lei de Uso e Ocupação (2016), que regulamenta o município aponta as tendências. Isto pode ser observado no Quadro 3 em que se equipara os parâmetros praticados pelo Plano Diretor de 2006, ainda vigente, e a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo em desenvolvimento pela municipalidade.

Pelo novo zoneamento, o Village fica caracterizado pela Zona Periurbana¹⁰, cujos objetivos pretendem “preservar e melhorar a qualidade de vida de bairros com ocupação periurbana existentes, tipo chácaras e usos não-residenciais e mistos, de comércio local ou turístico, visando a transição com áreas rurais ou de preservação ambiental” (Campinas, 2015, p. 32).

A inserção do Village na Macrozona Ambiental, território estratégico à manutenção da qualidade ambiental do município – portanto o interesse local (comunidade de moradores) estaria subordinado ao interesse municipal –, indica que a intenção prática da lei é aumentar a valoração ambiental do bairro.

¹⁰ A Revisão da Lei de Uso e Ocupação indica que o Village está zoneado como Zona Periurbana, ou ZP. Atualmente, o Plano Diretor 2016, que ainda está em fase de aprovação, já caracteriza toda a região norte de Campinas (inclusive Village), como Área de Expansão Urbana.

Plano Diretor de Campinas – 2006 - Para o Bairro Village-	Plano Diretor 2016 (em revisão) - Para o Bairro Village-
Macrozona 2 – MZ2	Macrozona Ambiental - MZA
Área de Planejamento 2 – AP2.A (Vale das garças, Village e Bosque das Palmeiras)	Zona Periurbana - ZP
Unidade Territorial Básica – UTB2.A.1 (Vale das garças e Village)	Zona Especial do Sistema de Espaços livres –ZEEL1
Coefficiente de aproveitamento=0,5	Coefficiente de aproveitamento=0,5
Densidade = 2 a 10 unid. Hab./hec	Densidade = 2 a 10 unid. Hab./hec
Lote mínimo=1000m ²	Lote mínimo=1000m ²
Uso misto e/ou não residencial de baixo impacto apenas nas ruas coletoras e arteriais.	Uso misto e/ou não residencial de baixo impacto apenas nas ruas coletoras e arteriais.
Horizontal	Somente horizontal até 3 pavimentos desde que não ultrapasse da altura de 10m
Habitação unifamiliar horizontal – H Habitação multifamiliar horizontal - HM.	Habitação unifamiliar – HU Uso misto – HCSI Não residencial - CSI
Taxa de Permeabilidade = 0,25	Índice de Permeabilidade=0,45
-	Índice de Arborização= 0,40
-	Espaço de fruição pública não exigido

Quadro 3 - Caracterização de zoneamento do Village a partir da LUOS 2006 e a 2016 em fase de aprovação.

Em princípio, esse enquadramento traduz conflito entre a norma e a forma. Ao normatizar novas classes de uso e zoneamento para o bairro, a intenção da municipalidade ignora a forma com que se expressa a dinâmica territorial desse lugar. Há um projeto econômico de empreendimentos imobiliários previstos no entorno do bairro. Em outras palavras: de um lado o interesse social (normativo) e, por outro, o interesse de mercado (formal). Por hipótese tal contexto poderá engendrar tendências tanto de redução do valor da terra, quanto o seu contrário, a valorização. No primeiro caso, ao estabelecer normas restritivas, a presença do Estado pode induzir a desvalorização da área para fins de investimentos privados, fomentando, com isso, ocupações irregulares. Por outro, ao delimitar uma área com amplas restrições ambientais em meio a empreendimentos do mercado, pode resultar na valorização acelerada dos imóveis que lá se encontram estabelecidos –

isto é, regularmente instituídos desde agora, e que não podem ser constrangidos por normas restritivas posteriores a ocupação real.

Tal conflito pode ser expresso em outros termos, sob outras abordagens a respeito de tendências de cenários urbanísticos para o Village. A hipótese a ser discutida propõe que as forças do mercado imobiliário e a tensão que desencadeiam tornará o esforço normativo ultrapassado ou inútil. O que muda o território é a ação social – território usado. A norma, em si, não tem poder de transformação concreta se não emanada da ação social, do projeto do sujeito coletivo. Isso é uma intenção, um projeto, uma possibilidade que se discute nesta tese.

De acordo com o quadro de áreas, estabelecido quando da aprovação do loteamento, o bairro configura-se com os seguintes parâmetros urbanísticos (Quadro 4):

- As áreas públicas são o somatório das áreas de ruas, praças e passeio de pedestres igual a 410 mil², correspondendo a 33% do total da área.
- A média aritmética de dimensão de cada um dos 600 lotes existentes é maior ou igual a 1000m² - vários lotes têm mais de uma unidade habitacional, de forma irregular – o que é designativo de tendência de desvalorização imobiliária do bairro.

Loteamento Village Campinas		
Quadro de Áreas (Conforme Planta aprovada em nov. /1974, Prot. 22863)		
	Total	%
Lotes	662.724,23	53,89
Ruas	190.457,67	15,48
Praças	218.593,10	17,77
Passeio Pedestres	1.232,50	0,12
Áreas residenciais (construções)	156.700,00	12,74
Total	1.229.707,50	100

Quadro 4 - Loteamento Village Campinas. Quadro de áreas. Fonte PMC.

Atualmente, a partir da aprovação do Plano Diretor 2016, os parâmetros urbanísticos, viários e ambientais tendem a modificar-se, possibilitando ou não, as tendências e potenciais da região.

É a partir desse quadro e de perspectivas democráticas e redistributivas do urbanismo moderno (Kopp, 1990; Somekh, 2015) que se propõe um projeto possível. Vamos a ele.

II. Possibilidade de projeto

Uma intenção: provocar a discussão sobre o futuro do bairro com os seus moradores.

Como? Através de um projeto territorial.

Possibilidade de projeto: uma transformação territorial processual, que implique em sustentabilidade socioambiental, atendendo às necessidades técnico-funcionais e possa provocar mudanças de comportamento dos moradores, no sentido de melhorar a relação homem-ambiente.

Alcance: Partir das demandas mais comuns dos moradores e focar os espaços livres públicos.

O projeto parte da ideia de transformar uma pequena parte do município dentro dos atributos de uma *cidade educadora*.¹¹ O projeto propõe algumas alternativas técnicas que implicam em mudanças de hábito, colocando o homem à serviço da natureza para que ela possa continuar à serviço do homem, ou seja, mais sustentável. A interatividade nesse caso, torna-se uma condição, porque fica clara uma interdependência dos elementos da natureza, entre os quais, a própria pessoa humana.

A proposta utiliza recursos oferecidos pelos conhecimentos de infraestrutura verde e da permacultura. Ambos recursos trazem, em si, uma mudança de comportamento, tanto individual como coletivo.

¹¹ O movimento Cidades Educadoras teve início em 1990 com base em um congresso realizado em Barcelona. Os princípios de uma Cidade Educadora são: trabalhar a escola como espaço comunitário; trabalhar a cidade como espaço educador; aprender na cidade, com a cidade e as pessoas; valorizar o aprendizado vivencial; priorizar a formação de valores.

A infraestrutura verde entra como atributo à *cidade saudável* (Silveira, 2014), como condição essencial de qualidade de vida, compreendida no contexto do direito à cidade, apoiada a partir de três premissas:

[1] *A saúde é condicionada por um amplo conjunto de fatores, e é construída individualmente, mas também, e de forma especial, coletivamente, portanto, não prescinde da ampliação da solidariedade, tendo em vista a complexidade das sociedades humanas; [2] (...) os distintos aspectos que afetam, condicionam ou determinam a saúde não é assegurada apenas pelo setor saúde e depende do trabalho articulado de um conjunto de atores sociais, com base em ações intersetoriais e transdisciplinares, e por suposto, na participação social; [3] (...) a adequação às necessidades dos diferentes lugares, compreendendo as diferenças relativas às dimensões sociais, culturais e econômicas, [deve reconhecer] a diversidade de ângulos analíticos passíveis de apreciação no que se concerne à elucidação das condições de vida”* (Silveira, p. 191).

No projeto, a permacultura contribui essencialmente com seu próprio *design* por meio do qual se expressam princípios fundamentais. Segundo David Holmgren¹², a palavra permacultura foi cunhada por Bill Mollison, para descrever “um sistema integrado, em evolução, de espécies animais e vegetais perenes ou autoperpetuadoras úteis ao homem” (Holmgren, 2002, p. 33). O autor ainda afirma que através da permacultura é possível alcançar:

“Paisagens conscientemente planejadas que imitam os padrões e as relações encontrados na natureza, enquanto produzem uma abundância de alimento, fibra e energia para prover as necessidades locais” (Holmgren, 2002, p. 33).

Conceitualmente, o *novo urbanismo* e o *urbanismo sustentável* aplicam valores análogos. Em ambos, os recursos da infraestrutura verde são instrumentos de desenho urbano. Enquanto o novo urbanismo defende maior densidade, a diversidade e soluções urbanísticas que menos afetam o meio ambiente, o urbanismo sustentável adequa-se à organização na escala local.

“O urbanismo sustentável representa uma mudança de postura nas gerações no que diz respeito a como os assentamentos humanos são projetados e empreendidos. Sua adoção como norma social exige que todos os muito envolvidos no processo de planejamento e urbanização

¹² David Holmgren é um dos fundadores da Permacultura, a partir dos trabalhos de Bill Mollison, na Austrália, na década de 1960.

de ambiente construído trabalhem como um único organismo para atingir um propósito compartilhado” (Farr, 2013, p. 15).

Outro elemento do projeto. Conter, no desenho urbano, soluções multifuncionais equivale propor novos usos ao espaço construído. Soluções multifuncionais possibilitam que o desenho urbano aplique o princípio da otimização de energia, um dos pilares da permacultura, ao mesmo tempo em que se enriquece o próprio desenho, propondo novos usos e pressupondo novos comportamentos. De modo convergente, a infraestrutura verde vale-se do mesmo princípio.

“Compreende a cidade como um sistema sócio ecológico, por meio de uma visão holística, sistêmica. Consiste em planejar, projetar e manejar construções e infraestruturas novas e existentes, de modo a transformá-las em espaços multifuncionais – que fazem parte da rede interligada de fragmentos vegetados ou permeáveis, conectados por corredores verdes e azuis, nos quais a biodiversidade protege e melhora a qualidade das águas, objetivando reestruturar o mosaico da paisagem em múltiplas escalas” (Herzog, 2013, p. 111).

Tendo por base o comportamento próprio da natureza e o conhecimento ancestral, a permacultura direciona estudos e formulação de desenhos, visando solucionar problemas da sobrevivência humana na terra. E esse elemento também ocupa centralidade no desenho possível de projetos para o Bairro Village. Adota-se, por exemplo, soluções de drenagem inspiradas na permacultura como o “círculo de bananeiras”. Ainda que o projeto esteja diretamente relacionado ao desenho dos espaços livres públicos, recomenda-se tal solução no âmbito privado das propriedades do bairro. No projeto, e no âmbito do saneamento, ele é sugerido para inserção em todas as chácaras, para uso doméstico de tratamento de resíduos orgânicos e aproveitamento de águas cinzas. Na permacultura, a proposta de desenhos “técnicos”, são “humanizados”, ou melhor, eles propõem uma mudança de comportamento a fim de promover a socialização, a vida comunitária, os cuidados com o meio ambiente e a própria sustentabilidade.

Quanto aos sistemas de infraestrutura urbana, o nível básico de atendimento público compreende o abastecimento de água potável, a rede de esgoto, o fornecimento de energia elétrica, a iluminação pública, a drenagem pluvial, o sistema viário, a arborização de vias e o transporte público. A percepção dos habitantes com relação à presença dos vários sistemas que constituem a

infraestrutura básica pode ser vista pela aplicação da “permacultura”, constituindo, também, um recurso mais sustentável. Na permacultura, os sistemas infraestruturais não funcionam isoladamente, porém interconectados, técnica e espacialmente percebidos na paisagem urbana.

“Olhar para a paisagem urbana como um todo integrado e sistêmico, como um ecossistema urbano, possibilita planejar as intervenções, para que venham a ser sustentáveis ambiental, social, cultural e economicamente” (Herzog, p. 14).

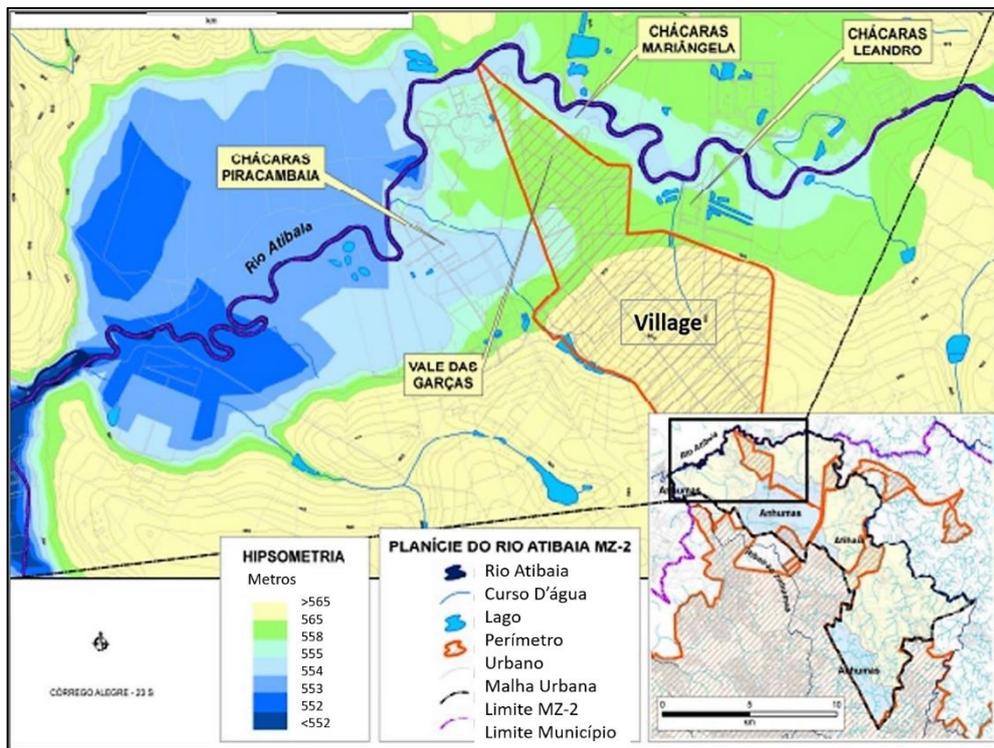


Figura 15- Situação do Village em relação à várzea do Rio Atibaia. Fonte: PMC

Sobre as circunstâncias que influem nas possibilidades de projeto urbano para o Village, a especificidade de sua inserção espacial no limite norte do território municipal de Campinas condiciona enormemente a concepção.

Em três de seus lados, o Village é um bairro ilhado no meio rural. No limite que faz com a várzea do rio Atibaia, confronta-se com quatro áreas residenciais, que já sofreram alagamentos devido a enchentes do rio (Chácaras Piracambaia, Chácaras Mariângela, Chácaras Leandro e Vale das Garças) (Figura 15).

De acordo às futuras diretrizes preconizadas pelo Plano Diretor, prevê-se a transferência da população residente nessas áreas para outras inseridas no perímetro urbano previsto para a região. Elemento estrutural da fisiografia do bairro, as presenças potenciais dessas regulações urbanísticas também devem estar incluídas entre as circunstâncias projetuais do desenho urbano.

Considerando essa transferência, assim como, a possível implantação de um parque linear nessa região de várzea, o projeto recomenda a transposição peatonal do rio. Outra recomendação é a criação da “Escola de Permacultura Fazendinha”. A perspectiva é ampliar a percepção e visibilidade da permacultura. A proposta é utilizar área de propriedade privada que, em vias de parcelamento, pode ser incorporada às áreas públicas do município por meio de instrumentos urbanísticos tais como a preempção ou, até mesmo, a desapropriação com finalidade de cumprimento do interesse social. E essa recomendação não se conflita com as diretrizes futuras do plano diretor, à medida em que se prevê, ali, potencial para desenvolvimento de turismo rural.

Assim sendo, o Plano Geral de intervenções (Figura 16) contempla a recomendação dessas ações externas à área do projeto e intervenções particulares que se orientam a partir de dois elementos constitutivos: (1) sistema de drenagem transparente e (2) sistema de espaços livres educadores.

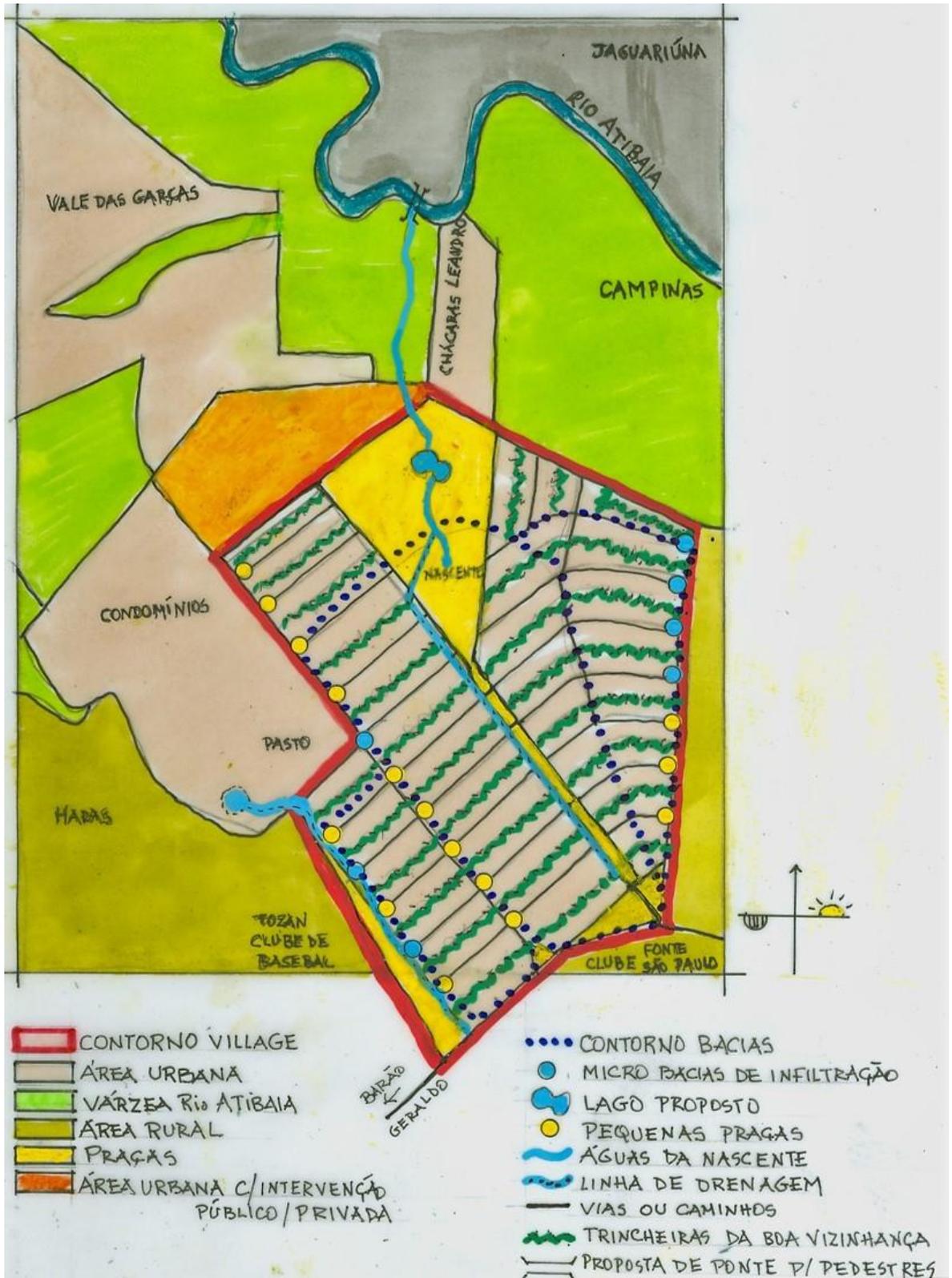


Figura 16: Plano Geral de Intervenções

A. Primeiro elemento: Sistema de Drenagem Transparente

Em primeiro lugar, o sistema de drenagem contribui para uma nova forma paisagística na região. A proposta é utilizar recursos que vão além de uma resposta técnico-funcional; visa provocar a participação dos moradores em sua manutenção, e, ao mesmo tempo, usufruírem dele. E por três motivos. O primeiro, porque o sistema é exposto, a céu aberto, visível, de mecanismo “transparente”. Segundo, por ser parte integrante de uma paisagem modificada que funciona a favor da qualidade ambiental e, principalmente, a favor da natureza. O terceiro, pela sua configuração, que proporciona ações sociais de boa vizinhança.

Os recursos utilizados na concepção do sistema de drenagem valem-se das condições próprias das características locais: a topografia, a existência de uma nascente, uma linha de drenagem “natural”, e o próprio sistema viário, que tem suas vias, funcionando como eixos de escoamento. Conta-se, também, com a vasta área



Figura 17: Esquema de fluxos de águas pluviais

de solo permeável. A estrutura física topográfica indica o direcionamento dos fluxos de águas pluviais (Figura 17). Apesar da grande área de solo permeável (vias de terra e áreas livres públicas e privadas), a questão da drenagem é insuficiente. Em períodos de chuvas, as vias ficam esburacadas exatamente porque a drenagem

não dá conta do escoamento da água. E o transtorno não é apenas esse. Interfere no trânsito de pessoas e veículos.

Desse modo, o projeto de drenagem propõe utilizar recursos da infraestrutura verde para amortizar enxurradas erosivas. Tais recursos agem na diminuição da velocidade das águas, o que permite que a coleta e infiltração se deem em áreas projetadas para cumprir essa finalidade. Nesse sentido, a drenagem proposta utiliza os seguintes recursos (Figura 18): [1] bacia de retenção; [2] microbacias de infiltração e jardins de chuva; [3] “círculo de bananeiras”; e, [4]. Esses dois últimos recursos não são usuais nas técnicas relacionadas à infraestrutura verde, mas podem desempenhar a mesma função. São provenientes do *design* da permacultura. Além desses recursos de drenagem, a proposta do “Sistema de Espaços Livres Públicos Educadores” contém outros procedimentos que complementam o sistema.

1. *Bacia de retenção*



Figura 18: Recursos de Infraestrutura Verde de drenagem.

Na Praça dos Ipês, a bacia de retenção (Figura 19), além do recurso estrutural do sistema de drenagem, acolhe também, pela presença atrativa da água, atividades de lazer e recreação. Localizada em Área de Preservação Permanente



Figura 19: Localização da bacia de retenção da Praça dos Ipês

(APP), a bacia de retenção desacelera o fluxo pluvial que vai desembocar no rio Atibaia. O represamento dessas águas, assim como o da nascente cria uma área alagada de profundidade compatível para uso humano em atividades de lazer e recreação.

Complementando esse equipamento da bacia de retenção, e contando com o solo bastante arenoso da região, adiciona-se ao núcleo de água, uma extensão de praia de areia. A bacia de retenção contribui, também, para a umidificação da área, melhorando a qualidade ambiental em tempos de estiagem e minimizando os efeitos das queimadas que nessa época ocorrem com frequência.

O papel técnico da bacia de retenção é:

“(...) aliviar a pressão sobre o sistema de drenagem a jusante. A água é retida por um longo período de tempo (em uma cisterna, bacia ou lagoa), quer para utilização numa fase posterior, ou até que esteja tratada, para ser lançada no sistema de drenagem ou nos corpos d’água. As tipologias de infraestrutura verde que cumprem essa função são os alagados construídos ou as lagoas pluviais” (Vasconcellos, 2015, p.181).

Os subsídios técnicos para o pré-dimensionamento da bacia de retenção (ANEXO 1) foram prestados por Cintia Baldrighi¹³, moradora do bairro. Isso atesta a importância de se ampliar o processo de elaboração do projeto à medida em que, quando de seu início, a colaboração dessa moradora era sequer suposta. São dela as seguintes palavras.

“A fim de amortecer as ondas de cheia na bacia de contribuição onde está inserido o bairro Village Campinas, reduzindo, assim, os picos de vazão para um evento crítico chuvoso (tempo de retorno igual a 100 anos, ou seja, uma precipitação que ocorre 1 vez a cada 100 anos), realizou-se um estudo hidrológico com o objetivo de se dimensionar uma bacia de retenção em uma planície de inundação existente, a partir da avaliação de sua capacidade de armazenamento de água.

Para tanto, utilizou-se o Método Racional, modelo largamente utilizado em bacias que não apresentam complexidade e com áreas de até 2 km², sendo que suas hipóteses para o cálculo da vazão de pico considera uma chuva de intensidade constante ao longo do tempo (duração considerada), e uniformemente distribuída ao longo de toda área da bacia de contribuição. Observa-se no relatório citado que a implantação da bacia de retenção com capacidade para armazenar um volume de aproximadamente 11.500m³, possibilitaria uma redução de 50% na vazão de pico, demonstrando a importância e viabilidade da estratégia de controle de macrodrenagem representada pelo amortecimento das ondas de cheia nessa bacia ” (Figura 20) (Baldrighi,2016).

¹³ Engenheira civil, especializada em micro e macrodrenagem. Residente do Village e integrante da associação de moradores do bairro.

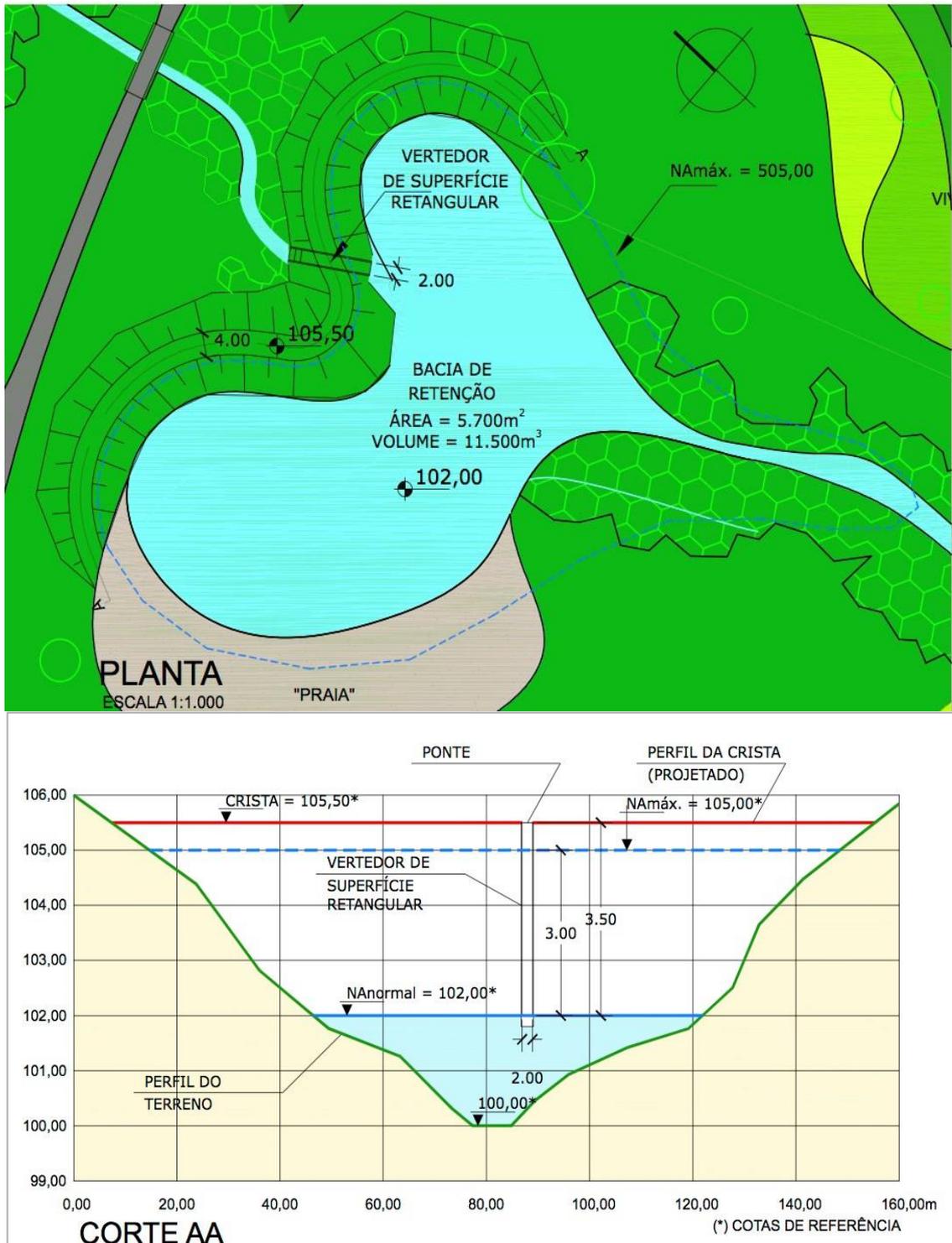


Figura 20: Bacia de retenção: Planta e corte esquemáticos. Referência Cintia Baldrighi.

2. Microbacia de infiltração

Nas ruas sem saída (*cul-de-sac*) as microbacias de infiltração (Figura 21) são implantadas alternadamente, em finais de ruas sem saída, com pequenas praças que estão na mesma situação. As microbacias de infiltração amortecem a

velocidade de escoamento das águas pluviais que percolam pelas vias locais direcionadas às linhas de drenagem. No projeto, elas se situam nas ruas de maior inclinação.

“A infiltração é o processo pelo qual a água se infiltra no solo para a recarga do lençol freático e aquíferos, com o benefício adicional de purificação. Tipologias de infraestrutura verde que cumprem essa função: alagados construídos, canteiros pluviais, hortas urbanas, interseções viárias, jardins de chuva, lagoas pluviais, lagoas secas, pavimentos porosos e ruas verdes” (Vasconcellos, 2015, p. 181).

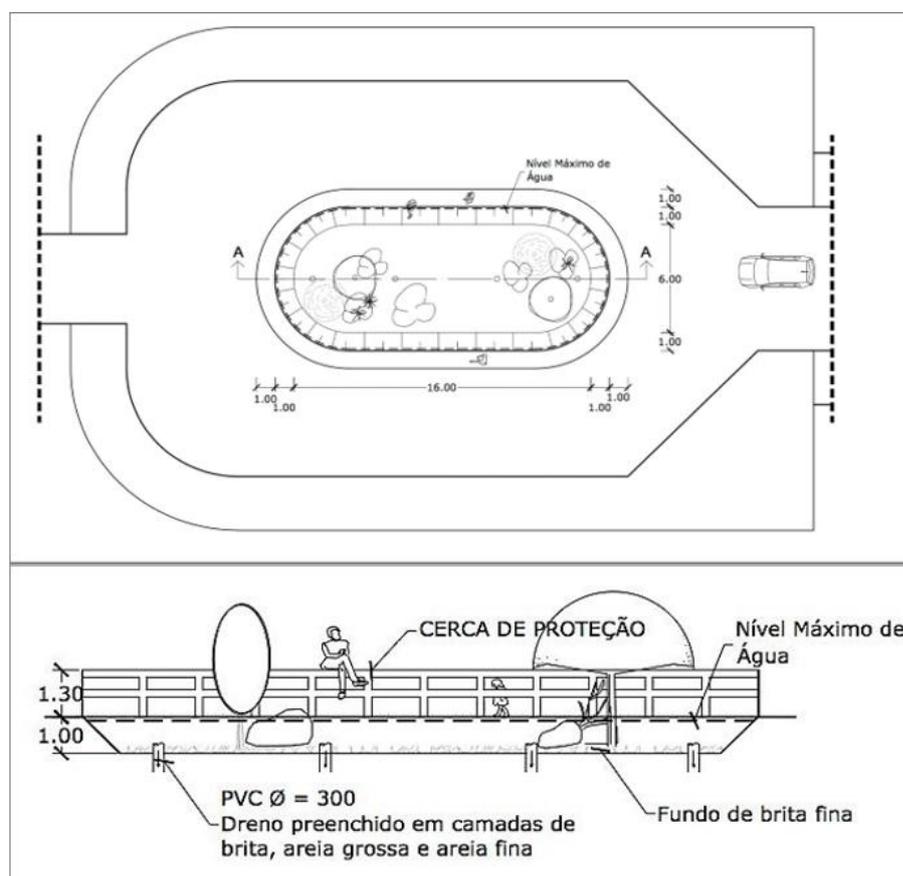


Figura 21- Micro bacia de infiltração. Planta e corte esquemático. Cul-de-sac em ruas sem saídas.

No projeto, são utilizados dois recursos da infraestrutura verde que tem a função de infiltração das águas pluviais: as microbacia de infiltração (que funcionam como uma pequena lagoa pluvial) e os jardins de chuva, espalhados pelo bairro. Ambas tipologias, contribuem na formação do espaço público: pela função específica de possibilitar a infiltração de águas pluviais acumuladas temporariamente, orientar os veículos motorizados para um trânsito mais lento e seguro, e, ao mesmo tempo, modificando a paisagem.

As microbacias comportam-se como calotas “côncavas” de dimensões adequadas às necessidades técnicas do local, com tratamento de pedras de várias dimensões e plantas que suportam as intempéries. De acordo com a contribuição da engenheira Cintia, o desenho obedece ao cálculo de um metro de rebaixamento a partir do nível do solo, no ponto de maior profundidade. Para a segurança proteção dos moradores, a microbacia é limitada por uma cerca, que é apropriada no projeto como mais um elemento da paisagem.

Já os jardins de chuva (Figura 22) são projetados de forma a direcionar o trânsito em curvas suaves, desacelerando o trânsito. O pedestre pode ser atraído por uma “travessia humorada”, principalmente nos trechos de paradas de ônibus. A sugestão é a de fazer do objeto do humor da travessia, temática para oficinas de criatividade na comunidade.

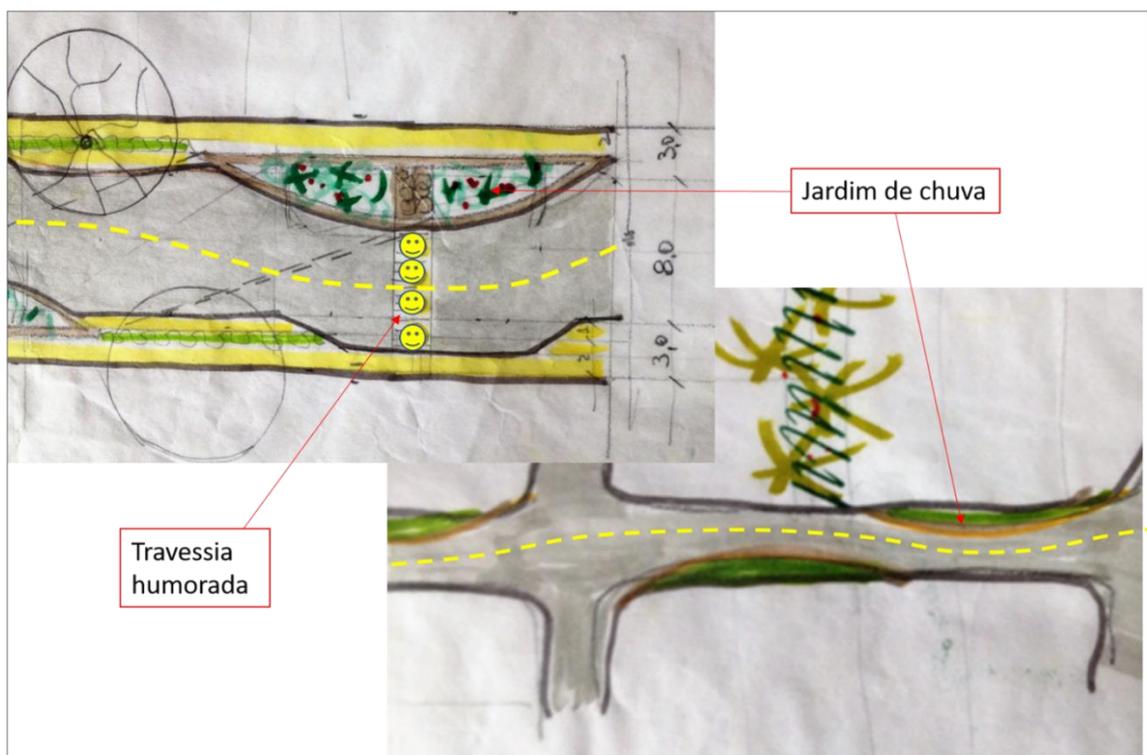


Figura 22: Jardim de chuva com travessia humorada

Para exemplificar, o traçado original no cruzamento de duas vias é redesenhado, agora, assumindo um papel que, além de contribuir na drenagem, orienta o motorista no sentido de andar em baixa velocidade. Trata-se de retorno projetado com dois canteiros, entre eles os quais uma via, no caso, coleta. O desenho não contribui em nada senão facilitar a passagem dos veículos. Como proposta, a troca de dois canteiros por um canteiro central, aqui, jardim de chuva (figura 23),

desempenha mais de uma função, no caso analisado em cruzamento de vias de tais características específicas do bairro.

Na mesma figura, os dois canteiros à esquerda, não seriam eficientes o suficiente

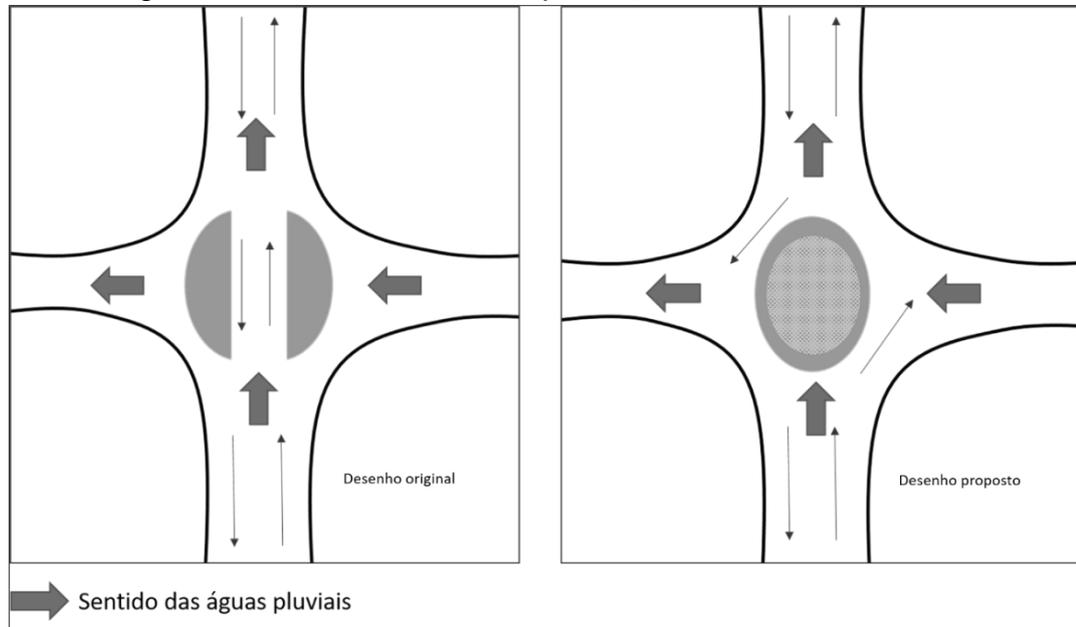


Figura 23: Jardim de chuva em área de retorno no cruzamento entre a Rua Emílio Coelho e a Rua Maria da Penha Sousa.

para diminuir o fluxo de águas pluviais em dias de enxurrada, além do que, a faixa central permite velocidade. Já no desenho proposto, à direita, o canteiro central, é um jardim de chuvas¹⁴ não só tende a diminuir os fluxos em dois sentidos do cruzamento de ruas, como agrega ao seu formato, a diminuição da velocidade dos veículos motorizados, além de:

- *“Contribuir para aumentar beleza paisagística da rua;*
 - *Reduzir parte do volume do escoamento superficial;*
 - *Ser eficiente na remoção de sedimentos finos, metais, nutrientes e bactérias;*

¹⁴ Jardim de chuvas: Também chamados de Sistema de Bio-retenção, esta medida utiliza a atividade biológica de plantas e micro-organismos para remover os poluentes das águas pluviais, e contribui para a infiltração e retenção dos volumes de água precipitados. Em geral, estas estruturas podem ser descritas como rasas depressões de terra, que recebem águas do escoamento superficial. Os fluxos de água se acumulam nas depressões formando pequenas poças, e gradualmente a água é infiltrada no solo. Os poluentes são removidos por adsorção, filtração, volatilização, troca de íons e decomposição. A água limpa pode ser infiltrada no terreno para recarga de aquífero ou coletada em um dreno e descarregada no sistema de micro-drenagem. No caso de eventos de chuva que excedem a capacidade para a qual a estrutura foi projetada, o fluxo excedente é desviado da área e encaminhado diretamente para o sistema de drenagem.

- Possibilitar grande flexibilidade de desenho de projetos;
- Reduzir o tamanho e custo do sistema de drenagem de jusante;
- Reduzir inundações na bacia e melhora a qualidade das águas” (Projeto Técnico: jardins de chuva)¹⁵

No caso do Village, que é um bairro de vias de terra, as soluções “abertas” ou expostas ao ar livre, fazem parte da ideia de cidade saudável e educativa. Para cada situação, é necessária uma solução, que dê preferência à mais de um atributo para responder a um problema. No Village, o trânsito lento é muito importante para a segurança das pessoas, tanto para evitar acidentes de atropelamentos de pessoas e animais, como para diminuição da poeira levantada pelos veículos que trafegam em alta velocidade sem se importar com a nuvem de pó resultante, e que afeta a saúde respiratória dos moradores locais.

3. *Círculo de bananeiras*

O círculo de bananeiras (Figura 24) é *design* originalmente concebido na permacultura. O procedimento é utilizado em áreas livres públicas e privadas. De acordo com o desenho, serve a funções diferentes, mas sob um mesmo princípio: as bananeiras aproveitam os nutrientes dos resíduos orgânicos que são filtrados através do caule pelo padrão próprio de seu desenho interno, que funciona como uma sucessão de milhares de peneiras. No final do ciclo, o fruto é saudável e comestível.

Esse princípio pode ser adaptado para o tratamento de águas cinzas, de águas negras, coleta de resíduos orgânicos crus no processo de biodegradação. Para cada uma dessas funções, a permacultura fornece um *design* específico. No caso, o projeto visa a utilização do círculo de bananeiras para uso doméstico. Esse recurso complementa as intervenções do sistema de drenagem proposto com a vantagem de os moradores podem dar um melhor destino aos resíduos orgânicos. No final do processo, colhem-se bananas.

¹⁵ Projeto Técnico: jardins de chuva. Soluções para Cidades. Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica. Disponível em http://solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/04/AF_Jardins-de-Chuva-online.pdf.

A pequena estrutura construída para o círculo de bananeiras contribui para a formação da paisagem e a prática quotidiana garante outras vantagens.

- A quantidade de lixo orgânico recolhido pela municipalidade diminui enormemente.
- Os resíduos orgânicos são aproveitados e nutrem as bananeiras.
- As águas cinzas, caso integradas ao sistema, contribuem para maior rapidez no processo de biodegradação.
- O sistema de saneamento (no caso do Village, fossas sépticas), recebe menor quantidade de águas cinzas, minimizando o esgotamento da capacidade da fossa.
- Na área da estrutura, grande parte das águas pluviais é armazenada e aos poucos infiltrada pelo solo e, posteriormente, filtrada pelas bananeiras.
- Se utilizado corretamente apenas com resíduos vegetais crus, o sistema não produz a presença de insetos, animais peçonhentos e nem odores desagradáveis.
- O círculo de bananeiras permite a produção concomitante de outras espécies vegetais, como o plantio de mamoeiros e de raízes, como batatas ou gengibre.
- Contribui, com nutrientes, para o enriquecimento do solo.
- Contribui na recarga do lençol freático.
- O final do ciclo produz cachos gigantes de bananas – comestíveis.

Reportagem em jornal de circulação em São Paulo¹⁶, uma família de quatro pessoas gera, em uma semana, 17,6 kg de resíduos orgânicos. Se adaptado ao bairro Village, constituído de 600 lotes, e, supondo que em cada lote resida uma família de 3,2 pessoas (número médio de pessoas por família no Sudeste, segundo IBGE), o volume de lixo orgânico por semana próximo a nove toneladas por semana. Ou seja, a capacidade de transporte de um caminhão de coleta de lixo urbano com capacidade de dez toneladas. Ao ano, se todas as residências do Village recolherem seu lixo orgânico em círculos de bananeiras, além de usufruir daquelas vantagens, deixa-se de depositar 500 toneladas de “lixo” orgânico nos aterros sanitários.



Figura 24: Construção de um círculo de bananeiras

4. Trincheiras da boa vizinhança

O desenho das trincheiras (Figura 25) é idealizado como uma alternativa saudável de uso das áreas de vielas sanitárias¹⁷. As áreas das vielas são, por lei, não

¹⁶<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/em-uma-semana-21-quilos-de-lixo>

¹⁷ “Entende-se por faixa de viela sanitária, aquela instituída nos lotes para escoamento de esgoto, água pluvial ou proveniente de lavagem de quintais e esgotamento de piscinas. O escoamento do esgoto deve ser feito em canalização própria e separado das demais. (...) As vielas são de responsabilidade dos proprietários, tendo o dever de garantir o correto dimensionamento e a execução dos serviços necessários ao escoamento natural das águas pluviais” (Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/cofit/vielas.php>. Acesso em: 3 abr. 2016).

edificantes. A trincheira é também uma área de infiltração de água pluvial e de sumo de materiais orgânicos. É um espaço alternativo para depósito de resíduos produzidos como podas, corte de grama, cascas de frutas e legumes produzidos na cozinha. Funcionalmente, ela é uma adaptação do *design* do círculo de bananeiras.

Além de funcionar como lugar dos dejetos naturais, atua na redução do escoamento das águas pluviais (como as bacias de infiltração). Do mesmo modo, possibilitam a produção de composto orgânico e bananas. As águas pluviais recolhidas complementam o ciclo de bio-degradação e a formação de composto orgânico, ao mesmo tempo, alimenta as bananeiras plantadas ao longo da trincheira.

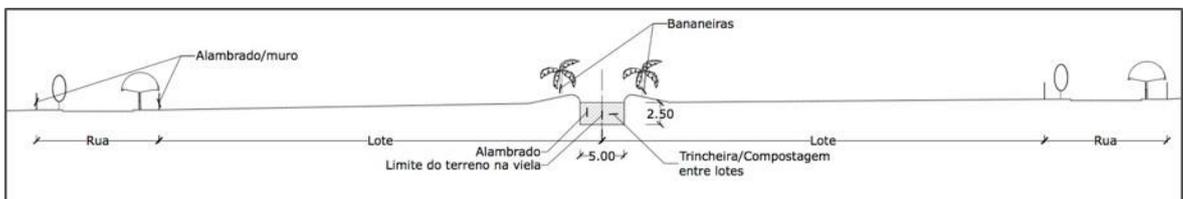


Figura 25: Trincheira da boa vizinhança – biodegradação de materiais orgânicos -Corte

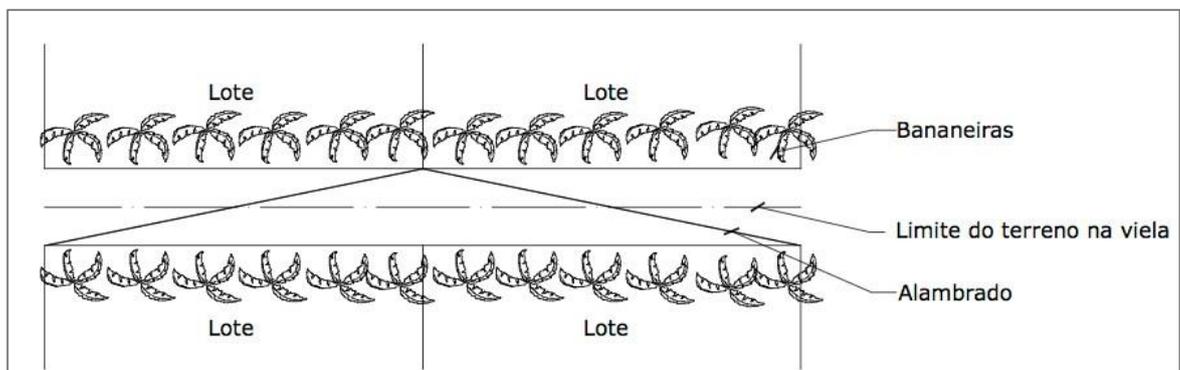


Figura 26: Trincheira da boa vizinhança - planta

Para possibilitar o depósito de podas maiores, e no lugar de cercas e muros que delimitam os lotes, propõe-se alamedados em ziguezague (Figura 26) de maneira a ampliar a área das trincheiras sem prejuízo dos proprietários. Como proposta adicional, agrega-se, à trincheira, pequena ponte visando a aproximação entre vizinhos e a socialização da comunidade (Figura 27).

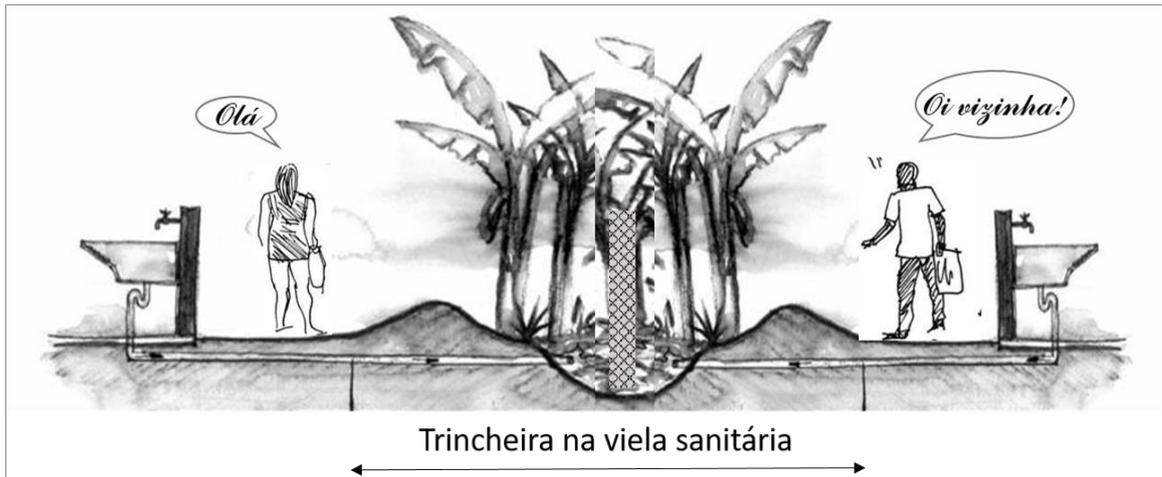


Figura 27- Simulação de um cenário humanizado na trincheira de boa vizinhança.

B. Segundo elemento: Sistema de Espaços Livres Públicos Educadores

No projeto, as intervenções *espaço-territorial-educadoras* acontecem de modos diferentes. Ora em articulação com o sistema de drenagem, ora articuladas com o mobiliário urbano, ora no projeto das praças.

No Village, não faltam áreas livres. Ou livres de edificações. Não faltam áreas destinadas às praças. Não faltam vias para transitar, ir e vir. O que falta é qualidade e propósito. O propósito de espaço-urbano correspondente a “cidade justa” (Ribeiro, 2013).

A Declaração de Buenos Aires “Por uma Cidade Justa” (2008), em uma síntese, conclui que a cidade justa é aquela na qual:

1. *Se respeita a vida, a identidade e a dignidade das pessoas.*
2. *Os bens e serviços têm acesso igualitário e equitativo.*
3. *A igualdade de oportunidades é garantida.*
4. *Os moradores participam da criação de normativas sociais.*
5. *É garantida a participação nos espaços de decisão na elaboração implementação de políticas urbanas.*

6. *É reconhecida a utilização dos espaços públicos físicos para as práticas democráticas, a mobilização da cidadania e sua livre expressão.*
7. *As diferenças coexistem e a descriminalização, a marginalização e a estigmatização são rejeitadas.*
8. *É promovida a economia social com recursos públicos priorizando a distribuição equitativa da riqueza.*
9. *Se reconhece, no espaço urbano, o valor de uso sobre o valor de troca outorgada pelo mercado.*
10. *É permitida a expressão espontânea e autônoma da população e de sua interatividade criativa, solidária e livre na sua experiência urbana. (Ribeiro, 2013, p. 176-177).*

Com essa intenção, propõe-se uma forma de ocupação das áreas livres públicas do bairro de acordo às expectativas da comunidade¹⁸, ao mesmo tempo em que se inclui, no projeto, elementos que assumem natureza educadora no sentido do usufruto do espaço, que é de todos.

O conceito de praça assume um lugar central na concepção da proposta.

Praças de diferentes contextualizações e objetivos (Quadro 5): a Praça da Saúde, a Praça da Caixa d'Água, a Praça da Escola, a Praça do Skate, a Praça de Cima, a Praça de Baixo e a Praça dos Ipês e seis alternativas de pequenas praças completam o conjunto (Figura 28). A ideia é que os moradores das ruas discutam e resolvam que tipo de pracinha desejam. Como as microbacias de infiltração, as pracinhas estão situadas em *culs-de-sac*, em ruas sem saída, e integram o sistema de drenagem. Ainda para os espaços de usos públicos, agrega-se valor aos postes

¹⁸ Quanto a projetar espaços livres públicos em sintonia com as expectativas da comunidade, é necessário observar, nesse trecho da tese, que o processo de identificação das aspirações e desejos da comunidade é complexo. Implica, inclusive, o posicionamento e atuação individual da pesquisadora enquanto agente social da comunidade do Bairro Village. Esse assunto é abordado posteriormente.

de iluminação pública e, propõe-se a implantação da Agrovila Escola de Permacultura.

Além desses elementos, propõe-se a padronização do mobiliário urbano com ênfase na caracterização identitária. Com esse caráter de intervenção *espaço-territorial-educadora*, inclui-se, como recomendação de projeto à área urbana externa do Village, a implantação da “Escola de Permacultura Fazendinha”.

ÁREA	OBJETIVO	
PRAÇA DA SAÚDE	Integração de equipamentos comunitários do bairro, produz uma centralidade de serviços.	
PRAÇA DA CAIXA D'ÁGUA	Equipamento comunitário de grande visibilidade – referência de acesso ao bairro.	
PRAÇA DA ESCOLA	Organiza o conjunto de equipamentos sócio educadores (escola, associação de bairro, ONG).	
PRAÇA DO SKATE	Possibilitar o exercício físico para jovens.	
PRAÇA DE CIMA	Motivar para a prática de atividades lúdicas ao ar livre.	
PRAÇA DE BAIXO	Motivar para a prática de atividades lúdicas ao ar livre.	
PRAÇA DOS IPES	Auxiliar na informação e orientação dos moradores.	
PEQUENAS PRAÇAS Exemplos de referência	[1]BATE-PAPO	Proporcionar e encontro e a socialização entre a vizinhança próxima. Área de contemplação e encontros.
	[2]BRINCADEIRAS	Motivar para a prática de atividades lúdicas ao ar livre.
	[3]HORTA MANDALA	Promover a prática de cultivo coletivo, colaborativo e saudável.
	[4]LABIRINTO	Motivar para a prática de atividades lúdicas ao ar livre.
	[5]DAMAS	Promover sociabilidade e desenvolvimento pessoal.
	[6]TABELA DE BASQUETE	Incentivar a atividade física ao jovem.
PARADA DE ÔNIBUS	Oferecer um espaço confortável e mais seguro, como ponto de referência e identidade local.	
POSTES DE ILUMINAÇÃO E INFORMAÇÃO	Propõe uma integração entre o mobiliário urbano e a informação.	
ESCOLA DE PERMACULTURA – FAZENDINHA	Estimular o turismo rural, com foco em atividades sócio educativas e sustentáveis.	

Quadro 5: Praças do Village e proposições de usos.

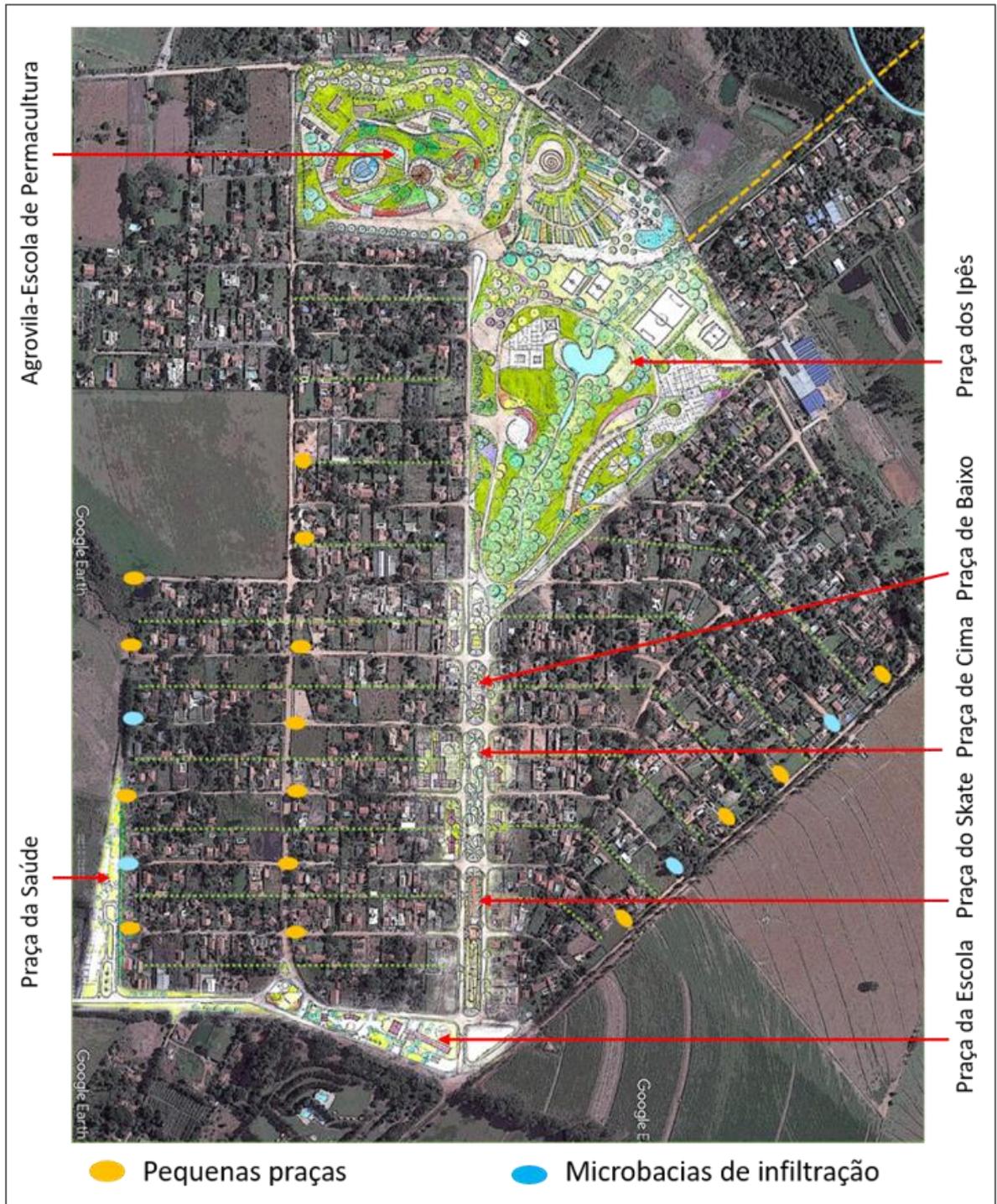


Figura 28- Plano geral de intervenções em processo de concepção espacial.

1. *Praça da Saúde*

Essa praça, assim como as demais propostas no projeto, assume forma triangular porque resulta de “sobras” de terrenos loteados ortogonalmente sem a preocupação prévia de produzir espaços de convivência generosos¹⁹. A forma triangular não é a ideal. É a possível.

Ao contrário dessa postura comum, em que não se pensa o espaço público, o desenho urbano ideal é aquele que valoriza os espaços públicos livres como ponto de partida para um planejamento urbano democrático e igualitário. Mas, aqui, não é esse o ponto de partida. Não se trata de iniciar um processo projetual a partir da *folha em branco*, uma vez que está se tratando de um núcleo residencial já existente. A proposta de praças cujo desenho é resultado residual vem ao encontro de provocar, pelo projeto de apropriações transformadoras, a urgência de se ter e se usufruir espaços comuns e valorizadores do comportamento coletivo.

O desenho da Praça da Saúde foi idealizado a muitas mãos. O enfoque conceitual mais importante foi orientado pela médica responsável²⁰ pela coordenação da Unidade Básica de Saúde do bairro (UBS). O destaque: atendimento mais humanizado e de forma integral aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), buscando não apenas cumprir, mas superar as diretrizes definidas pela Secretaria Municipal de Saúde²¹.

¹⁹ Como no caso do Village, e em outros projetos de loteamentos, o projeto de praças é relegado ao segundo plano. Denominadas “praças”, são áreas residuais, independentemente de sua forma, topografia e vegetação, desde que integre a porcentagem prevista em lei com destinação de espaço público, não importando o significado que representam na vida pública urbana.

²⁰ Dra. Regina Gomes.

²¹ “O Centro de Saúde é a Unidade Básica de Saúde, a porta de entrada para início de tratamento através do SUS, destinado à Atenção Básica, destinada a desenvolver ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde, respeitando os princípios de integralidade, equidade e universalidade, ampliando a participação e o controle social, através dos Conselhos Locais de Saúde. Ao Centro de Saúde cabe conhecer a realidade das doenças que afligem a população de sua comunidade; desenvolver ações de vigilância à saúde atuando no controle de doenças; prestar atenção integral aos munícipes, resolvendo a maior parte dos problemas da saúde detectados; organizar os serviços estabelecendo vínculos e desenvolvendo ações educativas; realizar processo de trabalho integrado aos demais níveis de atenção do sistema de saúde garantindo continuidade e qualidade da atenção”. Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em: <http://www.saude.campinas.sp.gov.br>. Acesso em: 3 abr. 2017.



Figura 29: Exposição e apresentação de maquetes à equipe de servidores do CSV.

Atualmente, as instalações da UBS encontram-se em edifício alugado, sendo prevista a construção de sede própria a ser localizada na área em que se situa a Praça da Saúde proposta.

Como o assunto requer atenção, não apenas do ponto de vista do projeto urbano de áreas residuais, como também, e especialmente, da saúde pública, desde 2014, disciplinas de paisagismo ministrada pela pesquisadora na FAU/PUC-Campinas envolvem-se com tal problemática. Como o terreno é triangular e alongado os projetos desenvolvidos seguem mesma diretriz: por princípio, permitir que a nova sede possa se integrar à Praça, fazendo uso de seu espaço para finalidades terapêuticas.

Traduzindo a preocupação de vincular ensino, pesquisa e extensão, as maquetes dos projetos foram apresentadas à equipe de funcionários da UBS (Figura 29). Juntamente a outros projetos de praças para o Village, exposição pública na

Subprefeitura de Barão Geraldo²² visou promover uma discussão a respeito das áreas de áreas subutilizadas e, em especial, despertar o interesse pela apropriação dos espaços urbanos por parte dos agentes sociais.

A Praça da Saúde, com frente de 60 metros em contato com a avenida de acesso ao Village, é sua porta de entrada. Em configuração triangular, estende-se pelos 600 metros do limite sudoeste do loteamento e adjacentes a seis ruas sem saída.

É necessário aqui um parêntese para a discussão da proposta do projeto.

Enquanto se discute projetos de possíveis usos para a Praça da Saúde visando, apesar dos pontos negativos, qualificar esse espaço público, a Prefeitura de Campinas, na contramão, apresenta²³ um projeto para UBS ocupando toda a extensão do limite frontal do terreno com construções que bloqueiam o acesso ao interior da área da “praça”! (Ocupação conforme terreno desafetado -ANEXO 6)

A iniciativa teve apoio de lideranças do bairro. A Associação dos Moradores e Proprietários do Village Campinas -AMPROVIC, na gestão do Sr. Paulo Faccio, (2014-2016, interrompida em 2015) reivindica junto à prefeitura municipal outros equipamentos comunitários, o que foi atendido conforme se pode verificar no projeto para a área atualmente previsto pela municipalidade²⁴.

Nela, o parcelamento de lotes está em “fatias” de áreas pré-definidas para cada equipamento: UBS Village, CRAS, Escola Infantil e Escola Fundamental (Figura 30).

²² 20 a 31 de outubro de 2016 – Ver solicitações para exposição no ANEXO 2.

²³ Agosto 2016

²⁴ Apesar da resistência oferecida pela municipalidade, na reunião de Agosto 2016, a planta em questão foi fotografada e, a partir disso, redesenhada, como será visto no item “Praça da Saúde”.

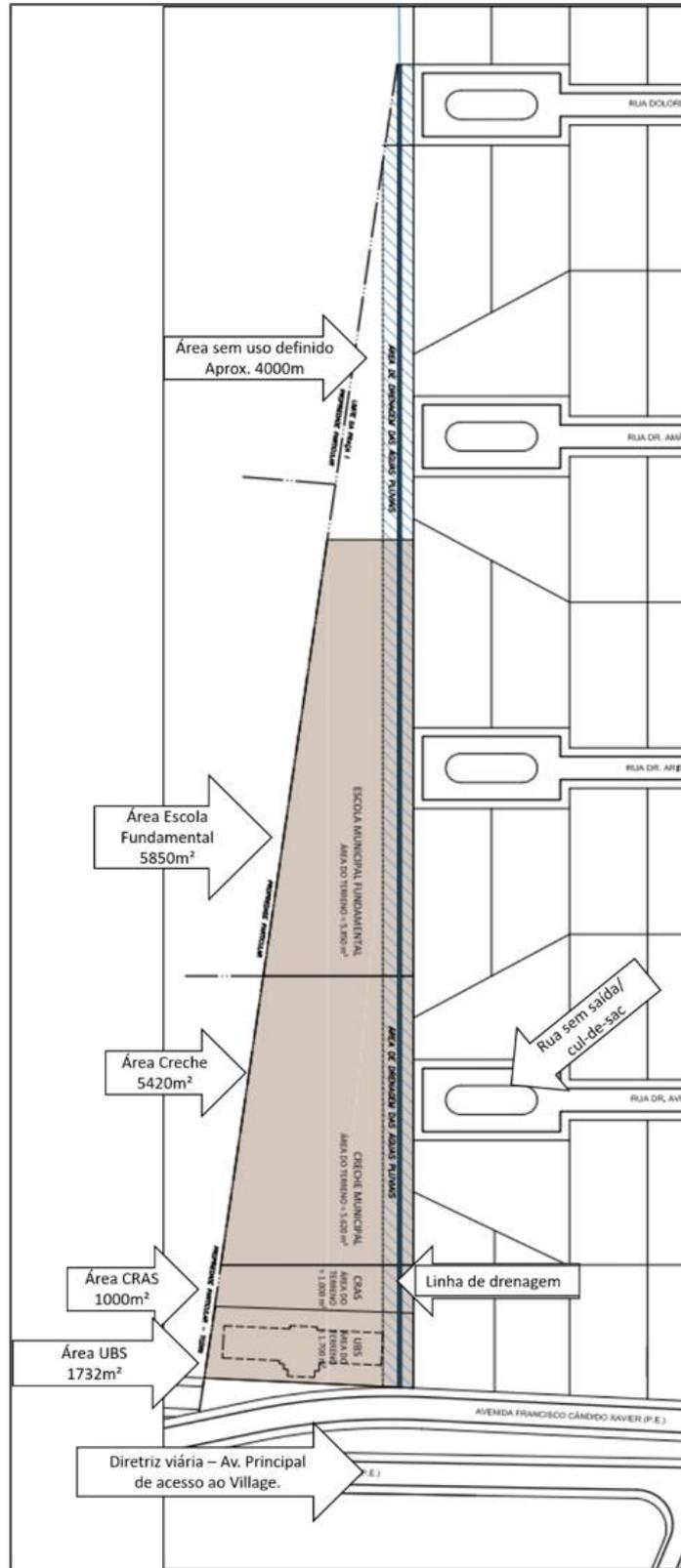


Figura 30: Desenho de parcelamento do solo com base em foto tirada em reunião com a PMC, Dep. de Projetos, na direção de Eng. Renato de Camargo Barros. Em agosto de 2016.

De acordo com essa proposta, o acesso aos equipamentos exige a abertura de ruas sem saída que, de acordo com o projeto original, abrigariam *culs-de-sac*; esse desenho garantiria a tranquilidade dos moradores. Com a implantação do projeto da prefeitura, o “direito adquirido” dos moradores é atingido pela abertura das ruas, que se transformariam em vias de acesso aos equipamentos gerando, conseqüentemente, aumento do fluxo de veículos e pedestres. Outros problemas decorrentes dessa ocupação seriam o comprometimento da linha de drenagem e a geração de 4000 m² destituído de uso, ou seja, áreas potencialmente abandonadas.

Para se estimar essa problemática, a área destinada à construção da UBS encontra-se oficialmente desafetada e, mesmo após muitas tentativas movidas pelo Conselho de Saúde e pela atual administração da AMPROVIC²⁵, o posicionamento da prefeitura mostra-se inflexível.

Como contraponto dessa postura, o projeto da Praça da Saúde foi desenvolvido com vistas a equacionar tais pontos, associando a proposta com a ideia de dotar as áreas livres do Village com características *espaço-territorial-educadoras*.

A Praça da Saúde foi discutida em várias reuniões com moradores, individual ou em grupos, e formalmente apresentada à comunidade do bairro, em reunião geral, no dia 28/08/2016 (Figura 31).

Na oportunidade também se apresentou o projeto da municipalidade e ambas foram discutidas e divulgadas não apenas nessa reunião do bairro, como também em enquete na rede social da AMPROVIC²⁶, e também em urnas que ficaram disponíveis nas instituições locais e de fácil acesso.

O projeto da Praça da Saúde (Figura 32), com área de terreno de 1.700 m² de implantação, é integralmente dedicado ao cuidado com a saúde pública. A UBS está disposta no sentido longitudinal ao terreno, possibilitando, assim, duas facilidades: (i) acesso privativo para ambulância, uma exigência legislativa da área da saúde que determina a obrigatoriedade de acesso exclusivo para a entrada de ambulância; (ii) acesso aos demais equipamentos comunitários previstos no

²⁵ Desde 2015 até o momento, a pesquisadora viu-se impelida a assumir a presidência dessa associação visando discutir esse projeto e mobilizar esforços para sua implantação. Esse assunto é posteriormente discutido no capítulo 3.

²⁶ O resultado dessa enquete pública é apresentado no capítulo 3.

projeto, sem prejuízo da linha de drenagem, nem mudança de trânsito nas ruas sem saída.



Figura 31: Exposição e apresentação do projeto de requalificação do bairro Village.

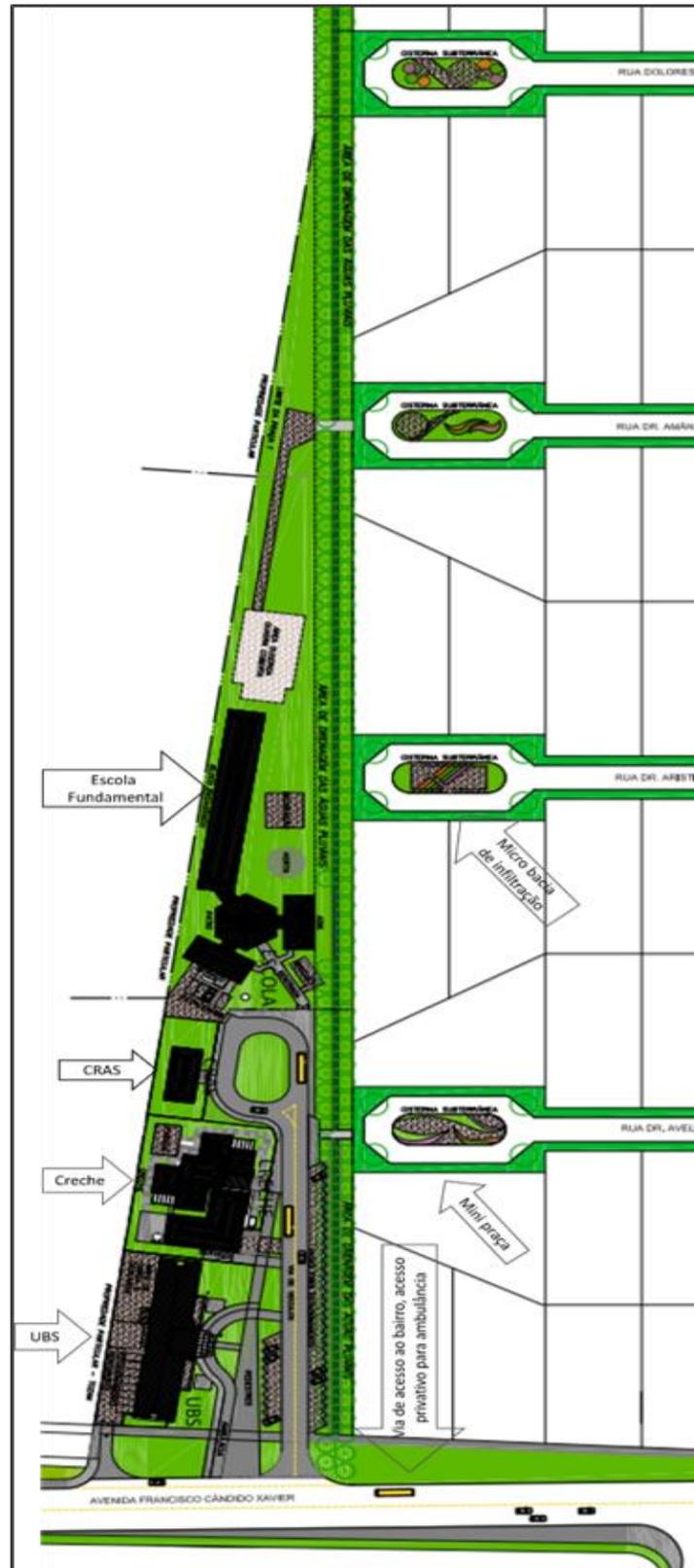


Figura 32: Estudo preliminar de implantação de equipamentos comunitários - Proposta pela pesquisadora, pela comunidade do Village

Nos espaços entre os equipamentos comunitários, as áreas livres complementam a dinâmica de uso com a interação de áreas de apoio e pequenas áreas de repouso



Figura 33: Praça da Saúde - Vista de acesso à unidade de saúde e demais instituições do complexo de serviços públicos comunitários.



Figura 34: Praça da saúde - Vista da saída do ônibus escolar

e contemplação. Os estacionamentos são destinados aos funcionários e ônibus escolar e a ideia é reduzir ao máximo o trânsito de veículos para garantir a segurança dos pedestres.

O desenho viário busca a otimização do uso da área existente; organizando a circulação, propõe um “calçadão” que favorece o conjunto de pequenos comércios e e instituições religiosas existentes nos arredores próximos. As Figuras 33 a 35 mostram como se desenvolve o uso da Praça da Saúde.



Figura 35: Praça da Saúde - Vista do acesso à escola fundamental

Mencione-se, também, que o projeto da Praça da Saúde resulta de processo iniciado na gestão anterior da AMPROVIC, quando se propôs reunir os equipamentos comunitários em uma só área, a da Praça, o que foi incorporado. Reconhece-se que essa concepção: (i) favorece a integração entre as áreas livres e de usos comuns como jardins e estacionamentos; (ii) promove maior segurança para a entrada exclusiva de ambulâncias, assim como para os ônibus e vans escolares; (iii) possibilita um sistema único de segurança, o que pode contribuir para a racionalização do orçamento público; e, (iv) reforça centralidade exercida pelo Village em nível local e regional.

Outra observação diz respeito à qualidade arquitetônica dos projetos, que responde exclusivamente às exigências institucionais e não às outras preocupações relacionadas na qualificação do espaço público.

2. Praça da Caixa D'água

Assim como em muitas cidades, a caixa d'água exerce o papel de marco visual. No Village, ela também é uma referência (Figura 36). É uma referência indicativa de entrada do Village e contribui para a organização do espaço e para direcionamento de trajetos pelo interior do bairro. Assim a Praça da Caixa d'Água desempenha dois papéis importantes. De articulador de fluxos e marco referencial



Figura 36: Praça da Caixa d'água da SANASA, existente, ao fundo. Foto tirada no dia da fixação de placas.

No entanto, o projeto da municipalidade restringe-se à visão setorial. De acordo o loteamento aprovado, essa praça é o conjunto de um “arquipélago” de canteiros ilhados entre uma série de vias e retornos definidos pelas diretrizes viárias (Figura 38), definidas pós a aprovação do loteamento. A fragmentação do que seria uma praça abrange inclusive a área da Escola; denota a sobrevalorização do automóvel em relação ao pedestre com uma peculiaridade que revela um desenho descuidado. O traçado viário proposto pela prefeitura resume-se a substituir os caminhos formados por rotas de pedestres (Figura 37) ao invés de projetar desenhos que, em respeitando tais práticas, estejam adequados aos fluxos de veículos. É uma alienação do território.

O projeto da Praça da Caixa d'Água, ao contrário, reforça os caminhos do pedestre e possibilita o trânsito seguro de veículos motorizados. Concomitantemente, o traçado proposto reduz a metragem de construção de vias e, conseqüentemente, o custo, em benefício aos cofres públicos. Ademais, ganha-se em área livres qualificadas como lugares de encontro ao invés da destinação conferida ao sistema viário.

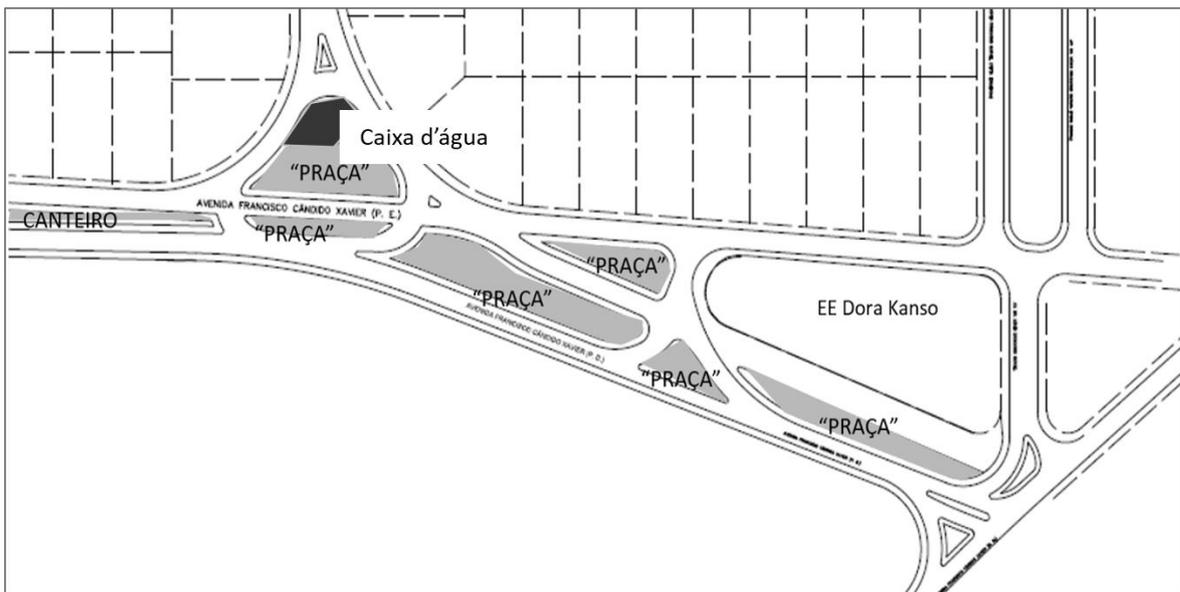


Figura 38: "Arquipélago de canteiros". Planta da diretriz viária - PMC



Figura 37: Caminhos de pedestres



Figura 39: Proposta viária, Pç. da Caixa d'Água e Pç. da Escola.

3. Praça da Escola

O projeto dessa praça é desenvolvido na área onde se encontra a Escola Estadual de Ensino Fundamental “Professora Dora Maria Maciel de Castro Kanso” (Figura 40) , abriga a sede da AMPROVIC em uma edificação precária concedida pela PMC, para uso da associação²⁷, e confronta-se com o Clube Fonte São Paulo – de Campo.

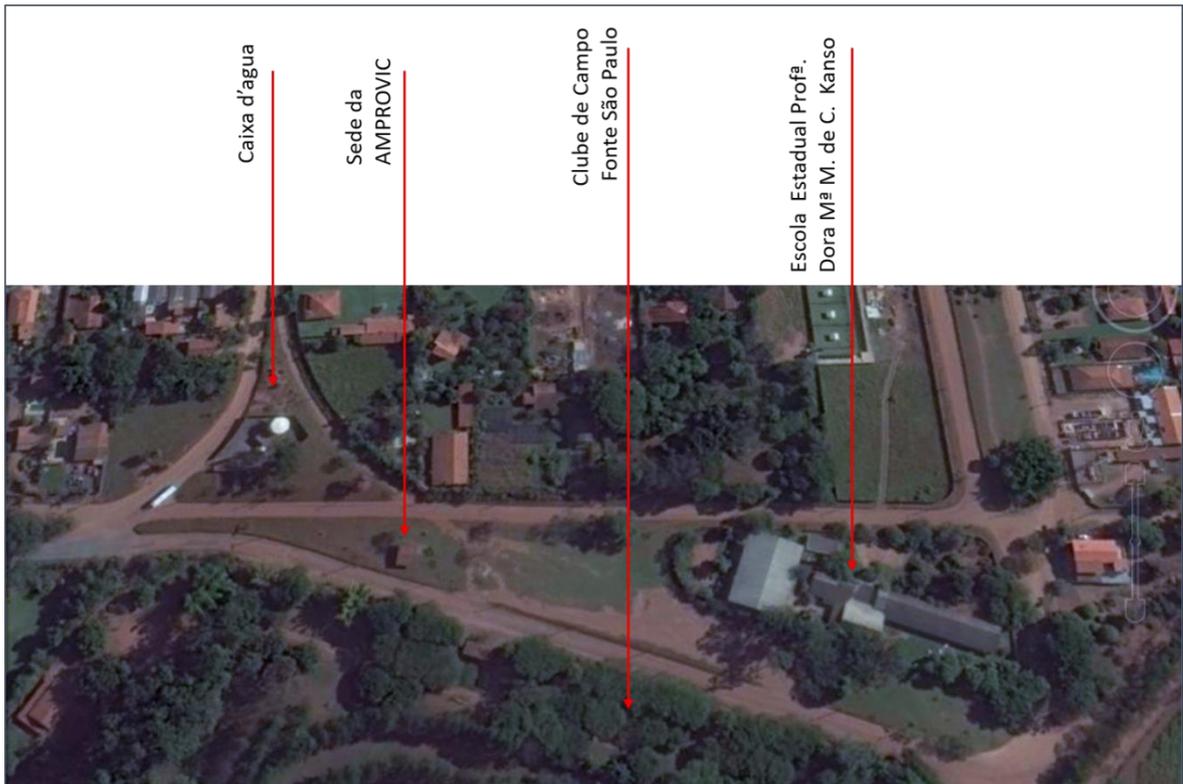


Figura 40: Praça da Escola-Situação atual

A Praça da Escola (Figura 39), assim como a Praça da Saúde, foi tema de atividade prática na disciplina Paisagismo B, na FAU/PUC-Campinas, e os projetos desenvolvidos também integraram, em 2014, a exposição que se deu Subprefeitura de Barão Geraldo (ANEXO 5). Também, visando a divulgação dessas atividades junto à comunidade, as maquetes desses projetos foram expostas naquela escola estadual (Figuras 41 a 45). Do ponto de vista da formação acadêmica, a mostra

²⁷ Edificação destinada à portaria do Village em seus primórdios. Em meio ao vazio, é impraticável usufruí-la: sem água e energia elétrica, o vandalismo é rotineiro. E o pior. Esse quadro revela a situação institucional em que se encontra reconhecido o “lugar” da associação de moradores.

objetivou estreitar relações entre estudantes universitários e trabalhos em bases concretas

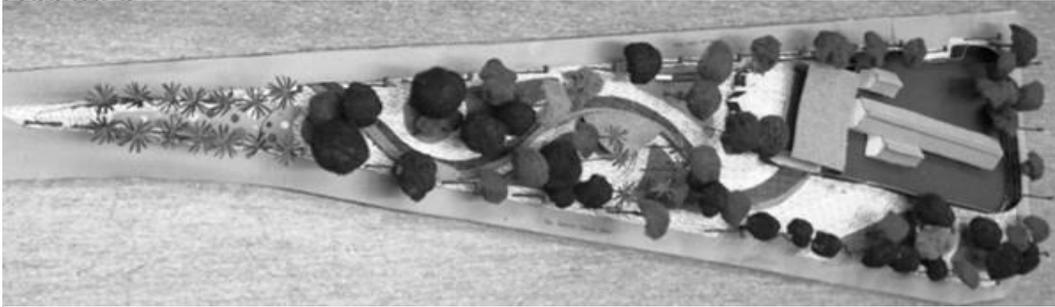


Figura 41: Praça da Escola - Maquete desenvolvida em disciplina de Paisagismo, FAU PUCC - 2014



Figura 42: Praça da Escola - Maquete desenvolvida em disciplina de Paisagismo, FAU PUCC - 2014

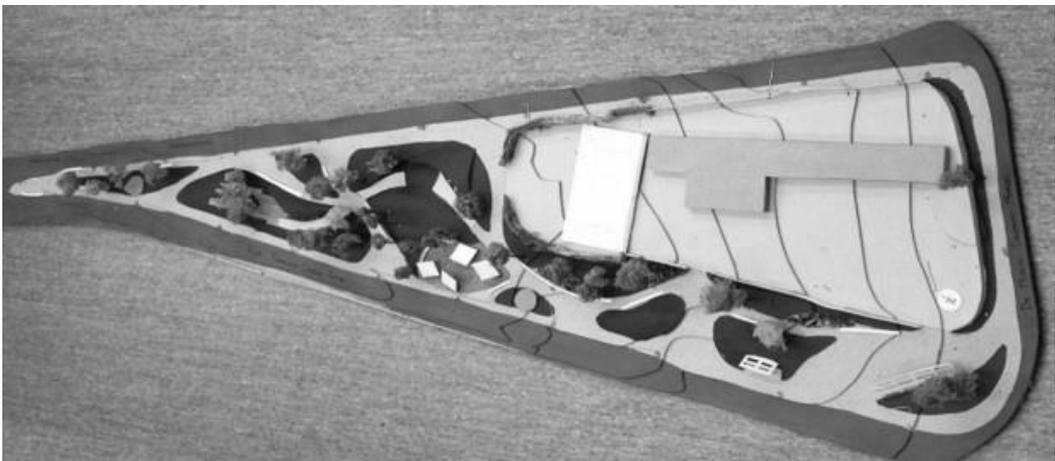


Figura 43: Praça da Saúde - Maquete desenvolvida em disciplina de Paisagismo, FAU PUCC - 2014



Figura 44: Praça da Saúde - Maquete desenvolvida em disciplina de Paisagismo, FAU PUCC -2014



Figura 45: Exposição de maquetes para os alunos da escola - 2014

A proposta de uso para a Praça da Escola (Figura 46 e 47) estrutura-se em torno de três equipamentos: 1) Escola fundamental a partir do equipamento pré-existente, propiciando, por meio do projeto, a política de “abrir as portas da escola para a comunidade”. 2) A “sede” da AMPROVIC. 3) um lugar para livre apropriação de atividades comunitárias apoiadas pela Associação.

Tendo em vista que, neste trabalho, a proposta envolve discutir o projeto urbano como instrumento de diálogo aberto a praticar princípios para cidades *educadoras*

e *socialmente justas*, sua tradução em ações práticas no desenho da Praça da Escola obedece aos seguintes princípios.

- Favorecimento da circulação de pedestres na superfície da praça, reforçando o desenho dos caminhos preexistentes.
- Diminuição do número de canteiros inúteis que foram desenhados para favorecer a circulação de veículos automotores.
- Maior segurança na dinâmica dos ônibus escolares.
- Maior segurança na dinâmica de parada do transporte público.
- Possibilidade de integração entre os equipamentos de cunho comunitário.
- Proposta de isolamento temporário da quadra da escola para uso da comunidade.
- Maior incidência de iluminação pública em vista de um maior número de equipamentos ativos.

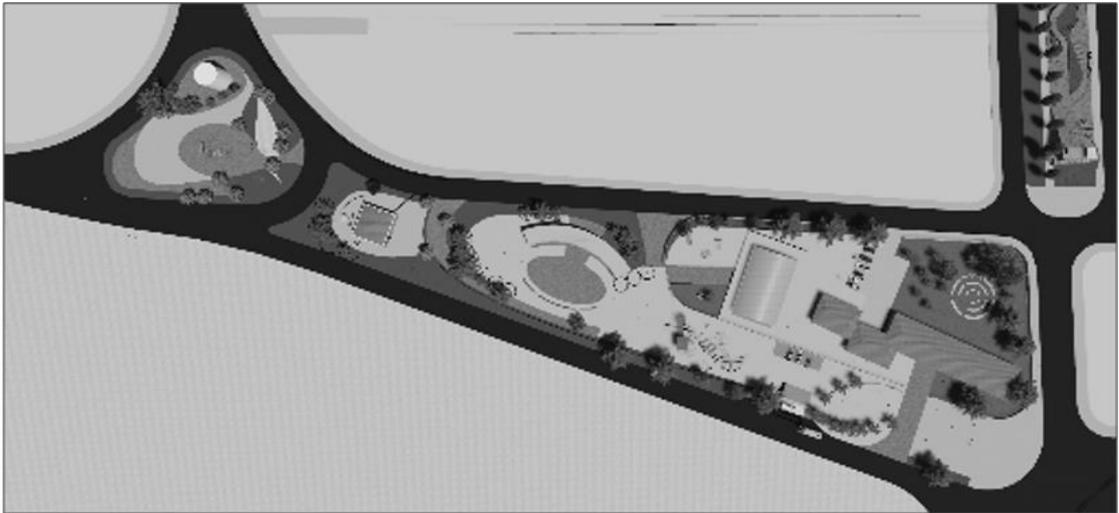


Figura 46: Praça da escola - Proposta da tese, vista aérea, "Sketchup" realizado por estudantes da FAU PUCG



Figura 47: Praça da Escola - "Sketchup" realizado por estudantes da FAU PUCC

Como elo de ligação e elemento estruturador dos espaços públicos, mas especialmente nessa Praça da Escola, estimula-se a implantação de “Jardim educativo e sensorial” entre as edificações.

4. Praça do Skate, Praça de Cima e Praça de Baixo.

As três Praças (Figura 48 e 49) integram um largo canteiro na única avenida do bairro. Embora seja denominada oficialmente de “rua”, a Múcio Drummond Murgel adquire no bairro função de “avenida”, interligando os espaços destinados no projeto para a Praça da Escola com a Praça dos Ipês. Esse canteiro, originalmente atravessado por apenas duas ruas transversais, ao longo dos anos foi interrompido por todas as vias transversais a ele.

A ideia é que essa área venha a se constituir elemento de integração e vivência entre os lados que ele interpõe. O canteiro, com 22 metros de largura e entre duas vias de 14 metros, perfaz, visualmente, um espaço livre de 50 metros. Nessa avenida, que é coletora, o comércio local é permitido. Alguns poucos terrenos ainda estão vazios. Em lotes habitados, são oferecidos serviços de caráter informal. Como cenário possível, e a depender dos rumos assumidos pela dinâmica



Figura 48: Localização das três praças: Skate e Bicycross, Praça de Cima e Praça de Baixo

imobiliária vis-à-vis a legislação urbanística, pode ser que esse comércio local

contribua para a consolidação de uma centralidade linear com baixa qualidade espacial. Daí a urgência de se refletir um projeto que mantenha a atual configuração e estimule a integração entre os “lados” do bairro que, pode ser, futuramente, venham a apresentar a fragmentação do tecido urbano.

No projeto, a circulação proposta reduz espaço público consumido com sistema viário em favor de áreas de convívio e para pedestres. Com essa conformação garante-se a qualificação do projeto de uma centralidade linear para o Village constituída pelas Praças dos Ipês, de Baixo, de Cima, do Skate e da Escola, assim como a interligação entre os lados opostos formados pela Avenida Dr. Múcio Drummond Murgel.

Pretende-se, com a arborização dessa praça, a continuidade de um corredor ecológico que contribui para a biodiversidade a partir das praças do bairro.

Adicionalmente, a Praça do Skate acolhe área para a prática do *bicicross* destinada à população jovem. Nesse caso, opta-se por implantar tal atividade nas proximidades da escola e da concentração dessa classe de usuários. Note-se que, embora a atividade privilegie a juventude, seus reflexos se estendem à medida em que podem fomentar o surgimento e a manutenção de pequeno comércio e estimular atividades esportivas como torneios locais e entre outros bairros do entorno.

Nessa rua é permitida a aplicação do parâmetro urbanístico municipal construtivo de uso misto; permite o uso da edificação para comércio e serviços concomitantemente com a habitação. O bairro já abriga alguns desses serviços. A intenção é incentivar a ampliação desses usos possibilitando a integração de outros também existentes no bairro, como: cabelereiro, sapateiro, mercadinho, etc. Esse tipo de uso dá continuidade ao eixo comercial e de serviços que está inserido o eixo comercial que inicia na Praça da Saúde e continua até a Praça dos Ipês.

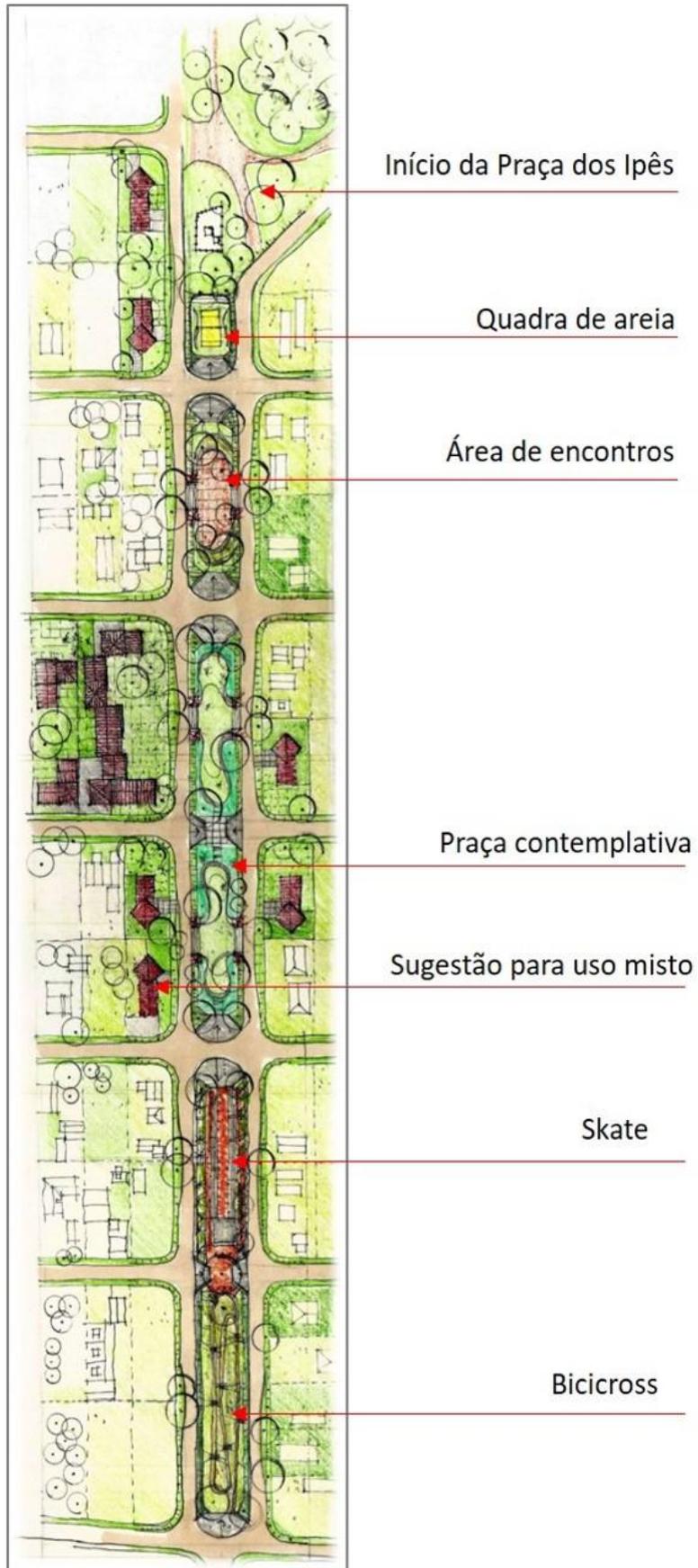


Figura 49: Proposta para as três praças.

A intenção é desenhar nova centralidade no bairro em meio ao usufruto dos espaços livres públicos.

Pressupõe-se que o fomento de comércio e serviços direcione o projeto das Praças de Cima e de Baixo a essas classes de uso. As praças assim, funcionam como uma extensão de tais usos enriquecendo a dinâmica cotidiana dos moradores num belo conjunto paisagístico. O projeto sugere uma forma de ocupação dos lotes vazios na avenida.

A inclinação da rua é irregular. Há trechos de desnível acentuado e outros onde o leito da rua está praticamente em nível com as Praças. Para evitar a terraplanagem constante da via de terra, propõe-se que seu revestimento, assim como de outras em que há tráfego de ônibus, seja feito com pavimentação permeável²⁸. O desnível entre o leito da rua e a área em que se situam as praças (Figura 50-a) pode ser aproveitado de modo dinâmico. Em determinados trechos, o projeto adota taludes vegetados (50-b) protegendo o solo de deslizamentos de terra.



Figura 50: (a) Desníveis de cotas variáveis entre lotes, vias e praças. (b) Referência para solucionar desníveis. Fonte da imagem: Printrest

²⁸ Alternativas de pisos: Concreto permeável, asfalto poroso, pavimentos intertravados, ecopavimentos com agregados ou grama, e, como maior característica, a manutenção do solo. No caso do Village, recomenda-se um uso misto de materiais, adequadamente em cada trecho e inclinação da via. O uso misto de materiais contribui para o tráfego lento.

5. *Praça dos Ipês*

Esse projeto requer uma descrição mais detalhada da problemática territorial. O contexto do projeto é conflituoso, podendo-se dizer que representa a situação em que atualmente se encontra a qualificação espacial do Village.

A Praça dos Ipês é a maior área livre e verde do bairro. Essa denominação foi atribuída pela população em razão de dezenas de ipês plantados pela própria comunidade. Abrigando uma APP, é uma área de 18,3 hectares onde está localizada a nascente de um córrego afluente do rio Atibaia. Apesar de existir área assim generosamente privilegiada, é esquecida pelo poder público. Se lembrada, é para viabilizar compensação financeira de empreendimentos que aplicam, ali, Termos de Ajustamento de Conduta (TAC)²⁹ ou de Compromisso Ambiental (TCA)³⁰. Na verdade, trata-se de ações burocráticas e financeiras totalmente alheias ao território, sem consulta às necessidades da comunidade. Como resultado, a recuperação florestal que, mesmo valendo-se do plantio de espécies nativas da região, não considera a urbanização da praça com equipamentos e serviços mínimos que garantam o uso público desse espaço.

Ao contrário da municipalidade, a população intervém na Praça dos Ipês com ações comunitárias, envolvendo práticas espontâneas para a sua apropriação efetiva. Por exemplo, a comunidade criou uma pista de caminhada ao redor dos limites da APP. Nesse caso, a premência do projeto é enorme. A pista é pouco utilizada devido a sensação de insegurança, o ar de abandono da área, inexistência de pontos de encontro e apoio aos usuários com bebedouros, sombreamento, piso adequado, etc. Mesmo assim, e, refletindo a conquista, grupos se reúnem para caminhadas

²⁹ TAC - Termo de Ajustamento de Conduta. É também conhecido como Compromisso de Ajustamento de Conduta. É um instrumento de resolução negociada de conflitos envolvendo direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos muito utilizado pelos órgãos públicos de defesa do consumidor, principalmente pelo Ministério Público. O TAC é um instrumento legal destinado a colher, do causador do dano ao consumidor coletivamente considerado, um título executivo extrajudicial de obrigação de fazer, não fazer ou de indenizar, mediante o qual o compromitente assume o dever (ou obrigação) de adequar sua conduta às exigências legais, sob pena de sanções fixadas no próprio termo de ajustamento de conduta. Fonte: http://www.esmp.sp.gov.br/eventos/passados/2008_mpconsumidor_marcoantoniozanellato.pdf, acessado dia 08/03/2017.

³⁰ TCA – Termo de Compromisso Ambiental. Através do qual o interessado se compromete a realizar a compensação ambiental pela vegetação a ser suprimida e/ou Área de Preservação Permanente a ser intervinda. Fonte: <http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente>, acessado 08/03/2017.

nessa pista, onde o olhar alcança a mata ciliar do rio Atibaia, o primeiro plano de vegetação arbórea ao fundo. (Figura 52).



Figura 51: Praça dos Ipês - Parte da pista de caminhada existente

No processo de análise e conhecimento dessa área existem antecedentes. Para ela, a pesquisadora desenvolveu algumas ações junto à EE Profa. Dora M. M. de C. Kanso.

“A praça de meus sonhos” (2002) (Figura 52), uma atividade temática, a partir do imaginário das crianças das diferentes séries”.



Figura 52: Trabalhos realizados por estudantes de ensino fundamental da EE. Profª Dora M.M.de C.Kanso, em 2002

Em 2014, foram desenvolvidos projetos paisagísticos desenvolvidos por alunos da FAU/PUC-Campinas (2014), expostos e apresentados em junto à comunidade³¹ (Figura 53).



Figura 53: Exposição dos projetos de paisagismo para a Praça dos Ipês - Estudantes da FAU PUCC - 2014

Os trabalhos realizados em 2002 denotam o quanto os equipamentos mais corriqueiros fazem falta. Uma das praças idealizadas até adquiriu o nome de “Praça da felicidade”! Assim, também, as redações produzidas pelas crianças receberam nomes idealizados que traduzem expectativas, carências e revelam desejos “Praça da Realidade”, “A praça”, “A Nova Praça”, “A praça dos Estudantes”, das quais destacam-se alguns trechos:

³¹ A apresentação dos projetos dos estudantes foi realizada na UBS Village, na qual participaram usuários da unidade, funcionários, e um grupo de alunos da escola estadual. A apresentação feita pelos estudantes teve como objetivo despertar o interesse da comunidade, através da parceria com as instituições do bairro.

“Atualmente, a praça dos ipês é muito horrorosa, mas com este projeto da praça, tenho certeza que ela vai ficar bonita [...]. Essa praça vai nos ajudar muito, porque não temos no bairro nenhuma atividade de lazer”.

“Peço também, para que os moradores não joguem lixo. Vamos preservar a natureza e cuidar dos animais que vivem lá [...]. Conscientizar as pessoas [...]”.

“Um dia eu estava brincando na praça, era tão divertido! [...] Estava tão legal e minha mãe me disse: — Acorda filho! Você vai atrasar para a escola [...] Era apenas um sonho, mas bem que podia ser realidade!!!”

“Muito legal essa ideia de reconstruir a praça, fazendo coisas boas, legais e saudáveis para as crianças brincarem [...]. Pode ter muitos brinquedos e também barracas para feiras e uma biblioteca [...]”.

Ainda no processo de reconhecimento da área, há conflitos sociais a serem considerados.

Os objetos do conflito: um “campinho” (Figura 54) e o campo de futebol (Figura 55). Ambos, conquistas da comunidade, que no desenrolar da história do bairro, foram apropriados por grupos de forma discriminatória.

O campinho foi cercado à despeito dos moradores, o que ocasionou uso restrito àqueles com “direito” à chave do portão. E o mais paradoxal de tudo é que a instalação desse cercado resultou da gestão pública por meio da execução de um TAC.

Já o campo de futebol existe, segundo os moradores mais antigos, antes do loteamento. A “Sadia”, empresa de alimentos, mantinha suas instalações na região e muitos moradores locais eram seus funcionários que, com apoio dessa firma, construíram o campo em área pública que, na época, era aberto a todos. Posteriormente, a Sadia abandona a região, ocupada, posteriormente, pela

empresa “Paes Engates & Free Hobby” que, por volta de 2015, cercou o campo, fechando-o a cadeado.



Figura 55: Campinho cercado.



Figura 54: Campo de futebol de dimensões oficiais

A ação veio acompanhada com melhorias. Gramado do campo, construção de banheiros e um “barzinho” aberto em dias de jogos. Instalou água e energia. Para possibilitar a manutenção, os times que utilizam o campo pagam por isso. Segundo os usuários, o equipamento é utilizado por quatro grupos aos sábados e domingos.

Não existe documento de concessão de uso e, sendo local público, a questão colocada é a seguinte: de quem é o campo? Da empresa ou do bairro? Concomitante com esse cenário, uma liderança, que se propôs incentivar a prática de futebol para crianças, moças e rapazes em situação de vulnerabilidade social, encontra dificuldades em utilizar o campo. Não podem arcar com a despesa da taxa injusta e ilegalmente cobrada pela Free Hobby Carretas e Engates – Paes Engates. A prefeitura se omite em fiscalização e, não bastasse isso, não fornece nenhum suporte burocrático oficial, ou mesmo esclarece a situação afim de amenizar conflitos. Ademais, parte do campo está sobre a APP, o que aumenta, e em muito, a irregularidade. A AMPROVIC, por sua vez, tenta inutilmente dialogar com a empresa e o poder público.

Esses não são os únicos problemas da Praça dos Ipês.

Por ser uma área de grandes dimensões e, principalmente por conter uma APP, a arborização sofre com queimadas em tempos de seca. Em uma das intervenções realizadas a partir de um TCA, foi reflorestada a área interna à pista de caminhada, onde se encontra grande parte da APP. O “Levantamento – Praça Village Campinas”, realizado pela empresa “PLANA-Licenciamento Ambiental”, que executou o plantio, após o trabalho fez as seguintes considerações em documento fornecido à associação de bairro:

“Ressalta-se que, mesmo com a execução dos esforços ora apresentados, a realização de plantio de espécies nativas reestabelece apenas algumas características da complexa condição ecológica originalmente encontrada naquele ecossistema”(Ruschel, p. 16)³².

Na expectativa de propor um projeto que atenda às necessidades dos moradores, e, considerando os conflitos apresentados, o projeto busca um desenho que

³² Relatório fornecido à AMPROVIC pela Plana Licenciamento Ambiental, 2013.

possibilite a convivência entre a indiscutível conservação da APP, condição de sua permanência, e o direito de usufruto da população, num ambiente de qualidade espacial.

Ao contrário das condições atuais de abandono e de terra de ninguém, essa praça, desconhecida por muitos moradores, desprezada por aqueles que a incendeiaram ou que lhe despejam entulhos, é um vasto campo perdido se não vivenciado pelas pessoas.

Na tese, o projeto é discutido a partir de um programa quantitativo e qualitativo (Quadro 6) que dá diretrizes para o desenvolvimento da Praça dos Ipês (Figura 56).

Item quantitativo	Objetivo qualitativo
Pequena lagoa e prainha formada pela bacia de retenção.	Maior aproveitamento das águas e recurso recreativo além de melhoria para a qualidade ambiental em tempos de estiagem.
Nascente protegida	Área protegida com cerca e possibilidade de acesso para atividades de educação ambiental.
Área de feiras em local quase plano e de fácil acesso.	Estímulo para divulgação e comercialização da produção local, fonte de renda e socialização. Pode ser utilizado para piqueniques, apresentações e encontros comunitários.
Viveiro de mudas para reposição de espécies danificadas.	Estímulo para a conservação e manutenção da nascente e da área de proteção permanente; pode promover atividades de educação ambiental.
Bosque dos Ipês	Árvores de boa adaptação na região, contribuem para a paisagem local assim como para a qualidade ambiental e biodiversidade.
Pista de caminhada	Pista que se conecta às demais atividades da praça, facilitando o acesso e a leitura do espaço. O traçado da pista parte do desenho original produzido pelos moradores, atualmente sem uso. A pista é também conectada aos acessos pelas ruas do entorno da praça.
Campo de futebol	Campo existente e de uso restrito, em busca de uma forma mais democrática de uso da comunidade.
Quadra de areia	Quadra para uso de vôlei de praia com aproveitamento do "arreião" que se acumula nas suas proximidades
Três quadras polivalentes	Quadras que terão seus usos definidos pela própria comunidade.
Dois áreas para recreação infantil	Áreas caracterizadas de forma a dar segurança para as crianças, sendo uma maior, junto à área de academia ao ar livre.
Academia ao ar livre	Equipamentos destinados á jovens e adultos de todas as idades.
Quadra de bocha	Atividade específica para usuários dessa preferência.
Pontos de encontros	Pequenas áreas que conectam as ruas do entorno à praça, com possibilidade de estacionamento de bicicletas e bancos.

Quadro 6: Programa quantitativo e qualitativo da Praça dos Ipês.

Propõe-se para a área vizinha à Praça dos Ipês, que é de propriedade privada, a implantação de uma “agrovila, escola de peremacultura”, conforme mostra a Figura 57.



Figura 56: Planta de localização das intervenções na Praça dos Ipês.

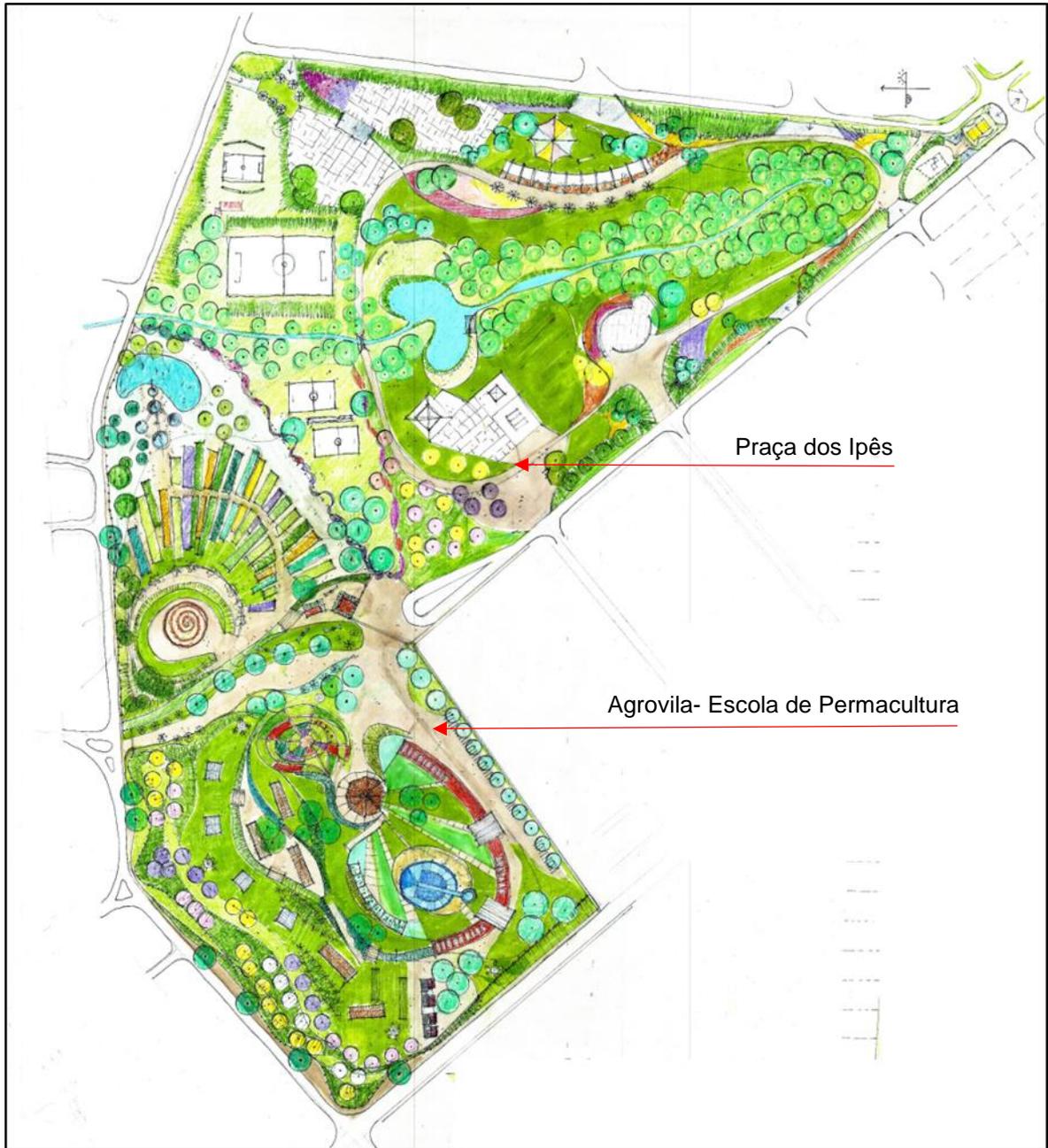


Figura 57: Integração Praça dos Ipês e Agrovila - Escola de Permacultura.

a) *Preservação da área de APP*

Essa área de APP tem aproximadamente 3,3Ha. É condição para a sua permanência, a preservação da mata ciliar em 30 metros de cada lado do córrego e, também, em um raio de 50 m em torno da nascente. Prevê-se que seja possível circular por dentro dessa mata, de forma ordenada, a fim de ser utilizada para atividades de educação ambiental. Para tal uso, recomenda-se o traçado de trilhas sinalizadas, com o nome da vegetação existente e pequenas áreas de repouso que servirão para explanações realizadas por quem orientará a atividade. Recomenda-se nesse sentido, que a área próxima ao entorno da nascente seja protegida com uma cerca dando a possibilidade de acesso visual, contemplativo e educativo.

b) *Viveiro de mudas*

O projeto do viveiro é desenvolvido na proximidade da mata ciliar, facilitando a dinâmica de reposição de mudas quando necessário. Corresponde a possibilidade de manejo dessa e das outras praças do bairro. São recomendadas as espécies nativas de vegetação³³ que mais se adaptam em solos úmidos na região do estado de São Paulo. Uma base de suporte em alturas confortáveis para o manuseio das mudas nas faixas etárias de crianças e adultos. Abrigo para equipamento de apoio como ferramentas e outros materiais utilizados no viveiro.

³³Xylopia emarginata (pindaíba); Protium spruceanum (almecegueira); Protium heptaphyllum (almecegueira-cheirosa); Calophyllum brasiliense (guanandi); Magnolia ovata (pinha-do-brejo); Dendropanax cuneatus (maria-mole); Xylopia emarginata (pindaíba); Cedrela odorata (cedro-do-brejo); Rapanea gardneriana (capororoca); Styrax pohlii (benjoeiro); Tapirira guianensis (peito-de-pombo); Pterogyne nitens (amendoim-bravo), Schinus terebinthifolia (aoreira-pimenteira); Croton floribundus (capixingui); Cecropia pachystachya (embaúba-do-brejo); Ficus insipida (figueira-do-brejo); Campomanesia rhombea (guariroba); Inga vera (ingá-do-brejo); Handroanthus umbellatus (ipê-amarelo-do-brejo); Genipa americana (jenipapo); Enterolobium contortisiliquum (orelha-de-negro); Citharexylum myrianthum (pau-viola); Croton urucurana (sangra-d'água); Alchornea sidifolia (tapiá); Erythrina crista-galli (corticeira); Erythrina speciosa (eritrina-candelabro); Sebastiania commersoniana (branquinho); Tabebuia insignis (ipê-branco-do-brejo); Tapirira guianensis (fruto-de-pombo); ; Triplaris americana (pau-formiga); Alchornea sidifolia (tapiá). Fonte: Bôas e Giselda – Organizadores. Pesquisas em Conservação e Recuperação Ambiental do Oeste Paulista, 2004. Acessível em <http://iflorestal.sp.gov.br>. Acessado em 15/06/2015.

c) *Bosque dos Ipês*

Uma área arborizada com um maciço de Ipês de várias cores, vegetação essa, que é facilmente adaptada à região. O conjunto dessas árvores coloridas (na época de florada) servem como ponto de referência no conjunto paisagístico da Praça. A praça já foi no passado, tema de oficinas de plantio dos ipês, alcançando até a fase adulta. O bosque dos Ipês vem de encontro à recuperação dessa ação coletiva.

d) *Pista de caminhada e/ou bicicleta e áreas de repouso*

No projeto, os traçados do desenho mantem o eixo original da pista existente, uma vez que ela também é referência de conquistas da comunidade. É a partir dela, que as conexões com todas as atividades oferecidas na Praça acontecem, assim como a conexão aos acessos. A pista é sinalizada com placas, indica distâncias percorridas com informações, indicações, manutenção e alertas de segurança para o usuário e para a vegetação e equipamentos. Pequenas áreas de repouso são propostas ao longo da pista, com bancos que configurem áreas de encontro, nelas, barras de alongamento corporal.

e) *Quadras esportivas: Campo de futebol, duas quadras poliesportivas, quadra de areia.*

Propõe-se manter o campo de futebol oficial existente. Assunto que deve ser tratado pela gestão pública que atualmente não fiscaliza o seu uso que é restritivo a alguns usuários. Além do uso discriminatório, é exigido o pagamento de uma taxa, mesmo sendo área pública e, portanto, não permitido esse tipo de exploração. Essa situação fica a cargo de uma empresa local que assumiu a manutenção do campo.

São também propostas duas quadras poliesportivas dando possibilidade ao uso recreativo de um maior número de pessoas. As quadras devem ser posicionadas no sentido Norte-Sul, evitando a incidência de sol nos olhos dos usuários. Uma terceira tipologia de quadra esportiva, a quadra de areia, é proposta no lugar do atual “campinho”. Essa é uma área que faz parte do conjunto das Praças de Cima e de Baixo, e que está junto a um dos acessos à Praça dos Ipês. Essa proposta vem de encontro às condições naturais do solo da região, que é bastante arenoso,

costumando concentrar-se justamente nesse trecho, devido a declividade da Rua Dr. Múcio Drummond Murgel, onde se encontra.

f) *Área de piquenique e espaço para feiras*

As atividades “piquenique” e “feiras” podem acontecer na mesma área, próxima à avenida, com isso, flexibilizando e otimizando o uso da construção de uma grande cobertura que abriga equipamentos como mesas, bancos, lixeiras, bebedouro e a possibilidade de acesso *Wi-fi*. As feiras podem reunir artesões e produtores locais. Prevê-se uma área reservada para estacionamento de carros dos feirantes e visitantes assim como um bicicletário.

Uma observação: A experiência bem-sucedida realizada com a comunidade, em festa de confraternização de passagem de ano (2016 - 2017) (figuras 58 e 59) surpreendeu com a variedade de artesanato produzido pelos moradores da região. A festa também contou com apresentações de dança com grupos de crianças que praticam o balé em oficinas e também na igreja católica local. Numa primeira experiência desse tipo, ainda sem a participação do potencial existente na região, mais de 15 pessoas expuseram seus produtos para apreciação e venda.

Essa “feira” aconteceu nas dependências da escola local, limitada pelo espaço da quadra de esportes, o que justifica pensar em um local no bairro para essa finalidade, possibilitando a participação de mais produtores.



Figura 58: Bazar comunitário

A utilização do mesmo espaço para piqueniques tem como objetivo concentrar em um só local a produção de resíduos, facilitando assim a sua coleta e com isso a manutenção da praça.



Figura 59: Festa de confraternização

g) Equipamentos para recreação infantil

Os equipamentos recreativos infantis são protegidos pela área de academia ao ar livre. A ideia é que crianças e adultos possam estar perto uns dos outros e assim oferecer mais segurança para as crianças, possibilitando esporte e saúde para os adultos. A proposta é de utilizar equipamentos que despertem maior curiosidade e



Figura 60: Recreação infantil: Ideia de brinquedos com materiais de simples manuseio e confecção, com baixo custo

criatividade das crianças, sem deixar de oferecer movimentos gerados por equipamentos tradicionais como balanços, gangorras e escorregadores. Uma recomendação é que os brinquedos sejam produzidos a partir de reunião de pais

com vista na discussão sobre o tema e pensar em alternativas para a sua produção. Algumas referências podem abrir a discussão (Figura 60).

h) Equipamentos para academia ao ar livre

Os equipamentos da academia ao ar livre são concentrados junto à área das crianças podendo ter alguns outros equipamentos distribuídos pela praça, facilitando o acesso aos mesmos e motivando os moradores para atividades esportivas. Essa área possibilita também o acesso à cadeirantes e pessoas com necessidades especiais.

i) Lago e Prainha

O município de Campinas tem períodos de estiagem que tem como consequência uma baixa umidade do ar. Represar a água do córrego, além das questões de drenagem já vista anteriormente (Cap. II, Item A), contribui, através da superfície d'água, para a qualidade do ar. A prainha proposta, complementa o usufruto do lago, possibilitando uma *refrescância* em dias de calor.

7. As pequenas praças

As pequenas praças são implantadas em áreas de ruas sem saída, destinadas, originariamente, ao sistema viário como área de retorno. Compreendem os *cul-de-sac* que também se apropriaram dessa área para compor o sistema de drenagem, conforme mencionado anteriormente.

Pelo caráter de uso coletivo, as pracinhas vêm com a possibilidade de se concretizarem sub-centralidades como pontos de encontro e estímulo para a socialização da vizinhança.

O projeto mantém a funcionalidade do retorno de veículos em baixa velocidade, o que é garantido pela aplicação de pavimento apropriado para isso. O desenho propõe uma arborização que cria um pórtico “natural” com duas árvores que marcam o acesso à praça.

Lembrando-se de que esses desenhos são sugestões de projeto (figuras de 61 a 66), não excluía a possibilidade de outras propostas de uso discutidas e apoiadas pelo grupo de moradores que usufruirão diretamente cada caso.

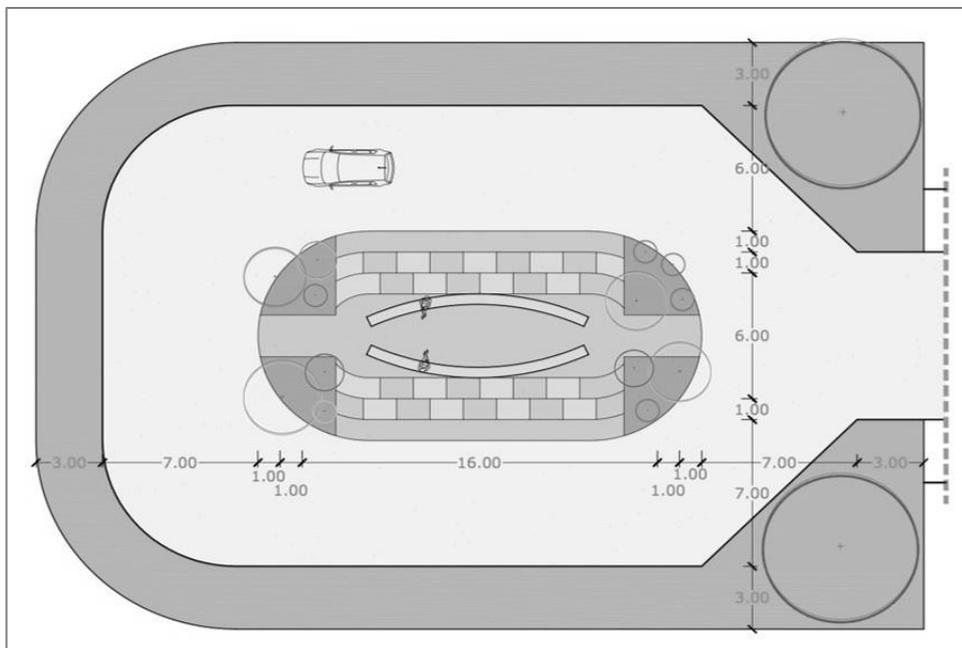


Figura 61: Pracinha bate papo – planta esquemática

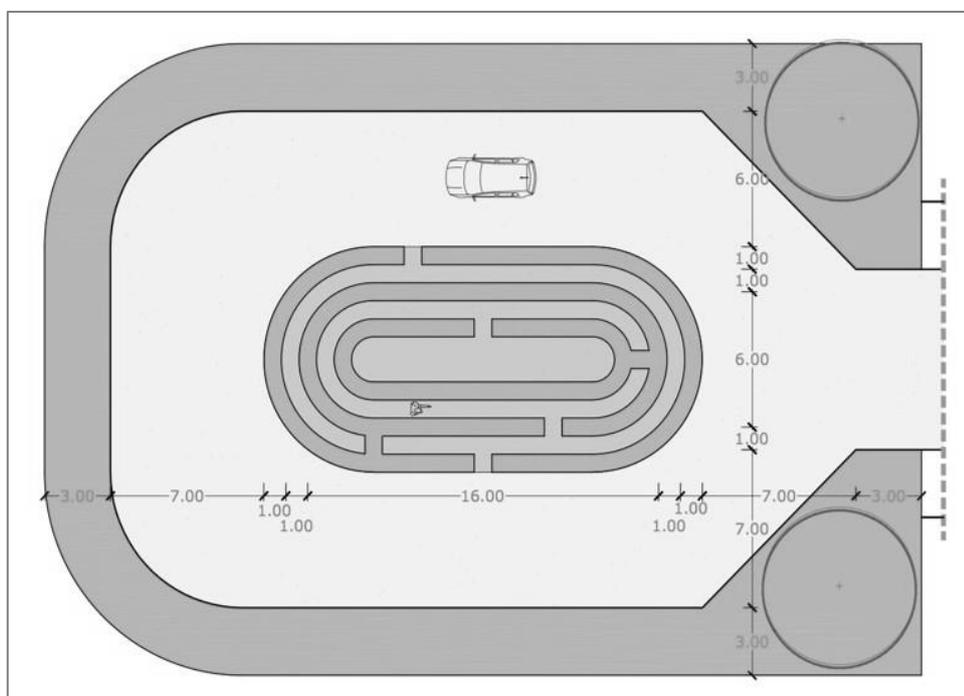


Figura 62: Pracinha Labirinto

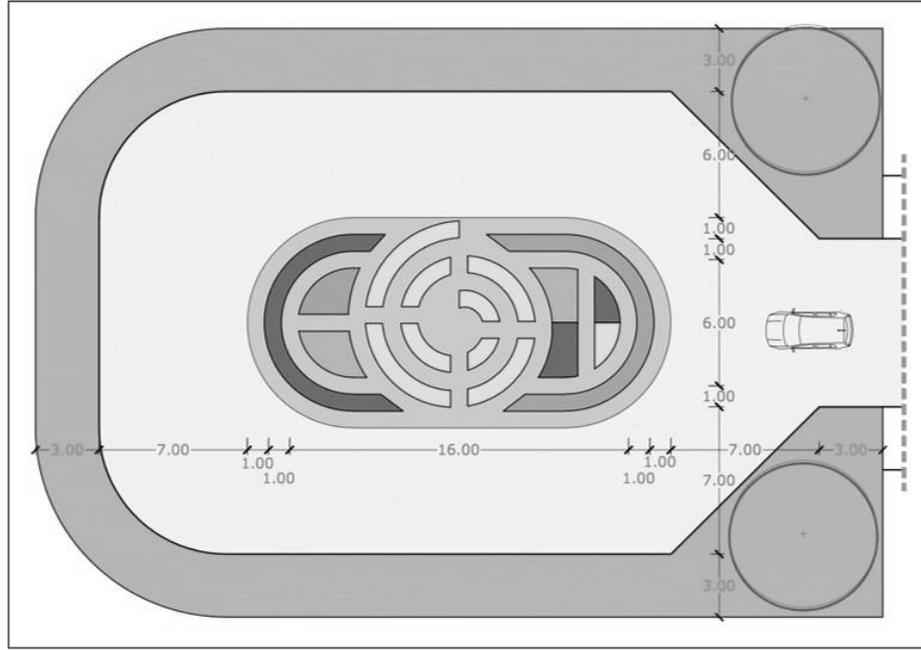


Figura 64: Pracinha Horta mandala

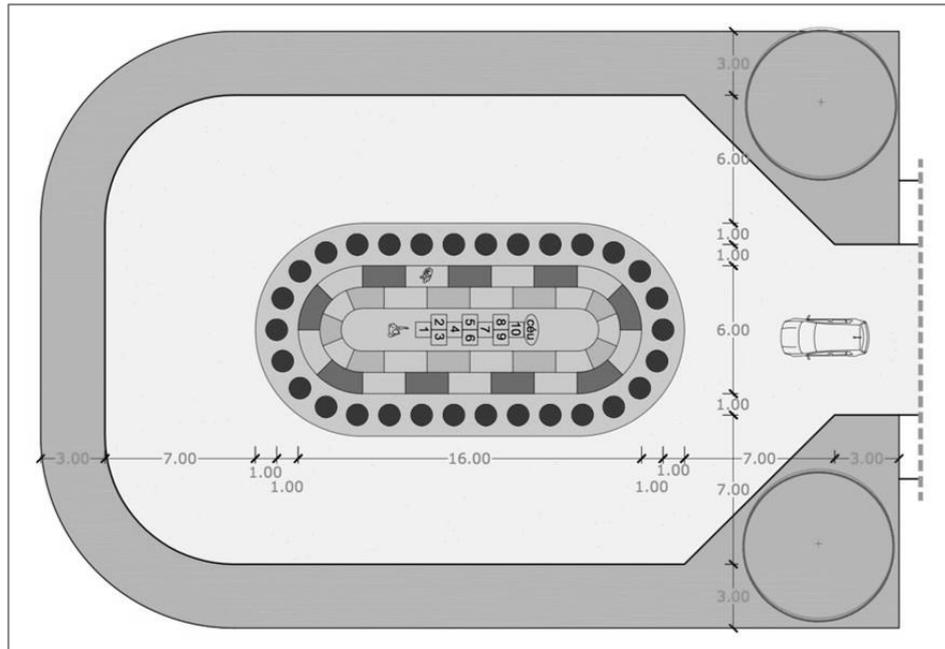


Figura 63: Pracinha Brincadeiras

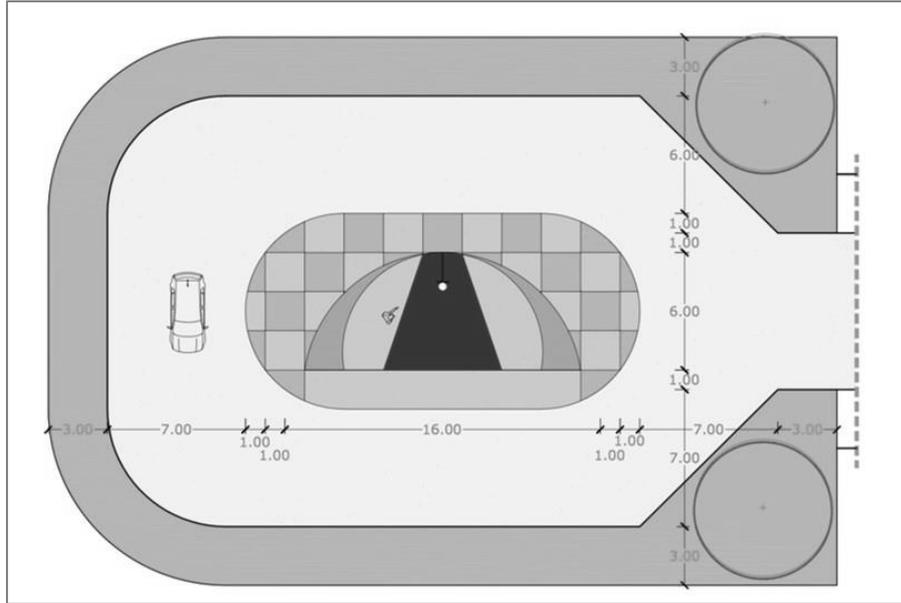


Figura 66: Pracinha Tabela de basquete

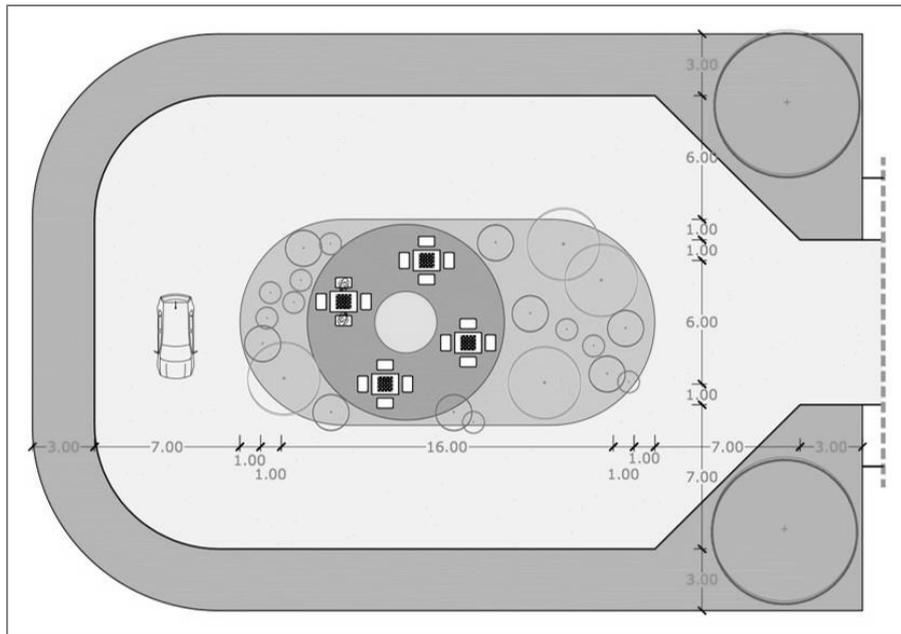


Figura 65: Pracinha Damas

8. Paradas de ônibus

Para as paradas de ônibus, que são na rotina diários moradores, pequenos pontos de encontro, o projeto propõe uma unidade visual que represente o bairro. Mas, qual seria essa unidade? Qual seria a identidade do bairro? Uma identidade rural? Ecológica? Rústica? *Hightech*? A proposta é de se discutir a respeito com a comunidade, dar um nome escolhido pelos moradores para cada parada, vislumbrar alternativas de materiais, mão de obra, formas. Esse mobiliário urbano deve permitir abrigo de chuva e do sol, onde seja possível sentar, um painel de informações, uma lixeira, mais conforto e dignidade.

Como proposta de projeto, é considerada a utilização de um material único de base, contribuindo para a identidade do bairro e, que as mesmas sejam construídas em mutirão, com o apoio financeiro público-privado, fornecido a partir de um projeto comunitário, com a mão de obra local.

Na região, existem vários bambuzais. A proposta é utilizar esta matéria prima, que se presta muito bem às estruturas desse tipo, e também, vai de encontro aos princípios da permacultura que minimiza os impactos ambientais quando propõe a utilização de materiais e mão de obra locais. Sobre o bambu:

“ Não se colecionam bambus apenas para o prazer de admirá-los. Naqueles que observam, estudam e amam este vegetal, gera-se uma visão menos pessimista do futuro do planeta. Muitos problemas ecológicos poderiam ser resolvidos, pelo menos em parte, com o bambu” (Crouzet, Bambuseraie de Prafance)³⁴.

No Brasil, o bambu ainda não é utilizado na plenitude de suas potencialidades, porém já pode ser visto o seu uso em construções de diversas dimensões e usos, como quiosques, galpões e até pontes (Pereira e Beraldo, 2008). Importante ressaltar que:

³⁴ O bambu é uma planta de mil usos: alimentação, habitação, artesanato, paisagismo, matérias manufaturados como laminados, painéis, lambris, pisos, etc.

“Por se tratar de uma planta tropical, perene, renovável e que produz colmos anualmente sem a necessidade de replantio, o bambu apresenta um grande potencial agrícola. Além de um eficiente sequestrador de carbono, apresenta excelentes características físicas, químicas e mecânicas. Pode ser utilizado na recomposição de matas ciliares, e também como protetor e regenerador ambiental, bem como pode ser empregado em diversas aplicações ao natural ou após sofrer um adequado processamento” (Idem, p. 39-40).

Um belo exemplo que aproveitou suas características estruturais e estéticas pode ser visto no Centro Max Feffer – Cultura & Sustentabilidade (Figura 67), de 2008, em Pardinho, município do interior de São Paulo.



Figura 67: Cobertura com estrutura de bambu. Centro Max Feffer – Cultura & Sustentabilidade – Pardinho, São Paulo. Projeto Arquiteta Leiko Motimura. Foto arquivo pessoal.

Considerados tantos potenciais do bambu e, exemplos concretos de utilização em construções (Figuras 68 a 70), prevê-se que seja possível criar um elemento que, a partir de uma unidade de linguagem dos abrigos nas paradas de ônibus, caracterize uma identidade espacial que contribua com a paisagem do Village.



Figura 68: Parada de ônibus com estrutura em bambu. Fonte: <http://www.maceio.al.gov.br>. Foto: Pei Fon Secom Maceió



Figura 69: Quiosque com estrutura em bambu construído na UNESP - Botucatu, SP. Foto: Foto M. Pereira e Beraldo, 2008



Figura 70: Parada de ônibus com estrutura em bambu. Colômbia. Foto M. Pereira e Beraldo, 2008

9. Postes de iluminação com informação

Os postes de iluminação da rede pública, objeto de função específica de iluminar a via pública, têm uma superfície subutilizada na qual o projeto propõe que seja transformada como suporte para informações indicativas e informativas.

A exemplo de postes que receberam uma intervenção a partir de ações populares (Figura 71), o projeto propõe que os postes de iluminação pública do bairro, recebam tratamento que elucide informação, indicação, direção: elementos de sinalização que esclarecem e facilitam a relação entre o morador e o espaço livre urbano.

Para isso, como sugestão, ficam as possíveis primeiras intervenções (Figura 72), uma vez que de início já são urgentes como ações concretas e atuais.



Figura 71: Postes ilustrados pela iniciativa popular.

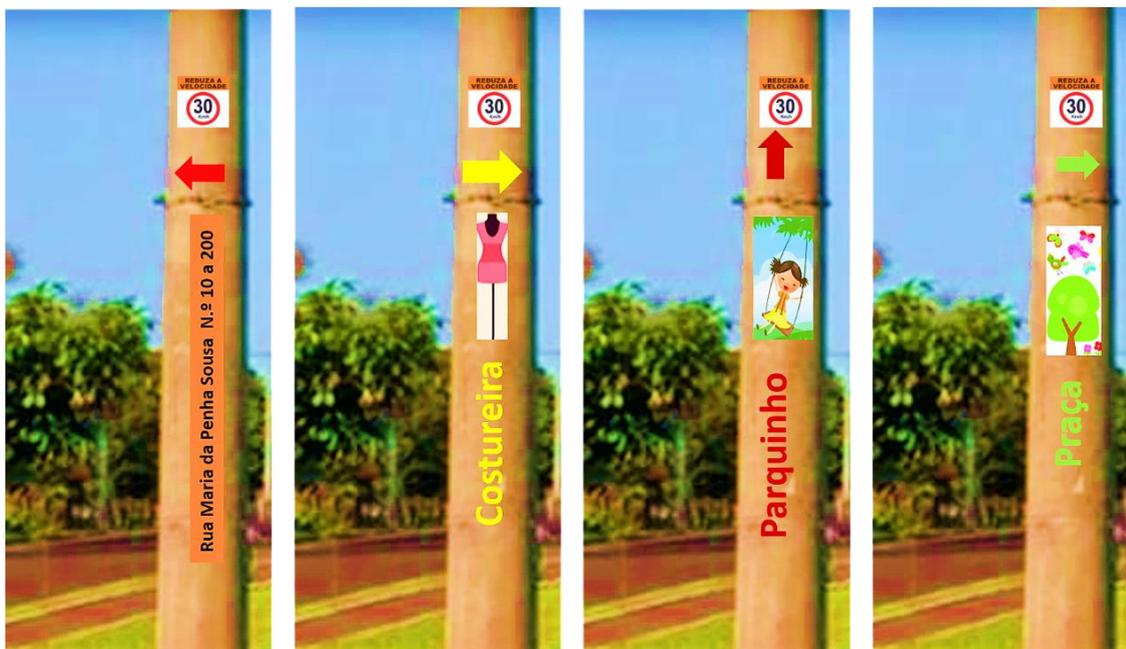


Figura 72: Proposta de intervenções em postes no Village

III. As ações e diálogos

Como instrumento de diálogo, o projeto mostra-se fundamental porque é através das suas propostas que se encontram os aspectos que necessitam ser analisados e reconsiderados, principalmente pela municipalidade. Trata-se dos temas abordados a partir das propostas de usos e configurações das praças públicas e demais espaços públicos do bairro. Temas que podem servir de base para diálogos a esse respeito nas várias áreas da cidade, especialmente ao se tratar do espaço público.

É na apresentação de estudos propositivos do projeto (Figura 73) que ações e reações se dão. Tanto pela comunidade como pela municipalidade. O partido do projeto é, pois, alicerçado à intenção de provocar a discussão sobre o futuro do bairro com a anuência de seus moradores.



Figura 73: Desenhos para discussão

Importante esclarecer que não se pretendeu o desenvolvimento de um anteprojeto ou projeto executivo, mas sim, uma proposta baseada em conceitos e expressa em desenhos propositivos que possam ser motivadores da discussão.

A discussão com os moradores e com os técnicos da municipalidade identifica problematizações decorrentes da atividade prática do projeto do Bairro Village. Equivale a responder à questão inicialmente posta “do projeto enquanto instrumento de diálogo”.

Para tal prática, tornam-se necessárias estratégias para incorporar atores sociais.

A. Incorporação de atores - veículos

1. Maquetes

As primeiras conversas a respeito de um projeto para o futuro do bairro Village acontece entre a equipe de moradores que constituem a AMPROVIC, em agosto de 2014. A primeira maquete topográfica do Village (Figura 70) é apresentada ao grupo para dar início à visão geral do território, assim como o de alguns pontos referenciais, no sentido de homogeneizar o conhecimento dentro do grupo.

É importante relatar que esse grupo é heterogêneo. Há indivíduos de 25 a 67 anos de idade, assim como diferentes graus de escolaridade, que vão desde o analfabetismo à pesquisadora doutoranda.

Nessa oportunidade foi sugerido ao grupo:

- Encontrar seu local de moradia e percursos realizados diariamente.
- Relatar os problemas de infraestrutura encontrados nesses percursos.
- Relatar observações coletadas quanto ao comportamento de moradores.

Foi colocado ao grupo o desejo de desenvolver a tese de doutorado tendo como base de estudos, o bairro Village. Foi colocado também, que seria desenvolvido um projeto para transformações e melhorias do bairro que passaria ser um documento de referência doado para a associação. A ideia foi aprovada, e logo apresentada em assembleia geral, quando foi disposta uma segunda maquete (Figura 74), maior, para que os presentes identificassem as suas moradias e demais referências. Foi curioso perceber que vizinhos de mesmas ruas não se conheciam e ao situar-se na maquete iniciavam alguma forma de contato.

A ideia seria a de produzir uma maquete progressiva, ou seja, que a cada reunião geral, as intervenções complementaríamos aos poucos, as transformações no bairro. Porém, apesar de parecer uma ideia favorável ao desenvolvimento de um diálogo com a comunidade, não foi possível dar continuidade à produção da maquete, dada a interferência de uma série de entraves dentro da AMPROVIC, entre elas, duas mudanças de presidência: De Paulo Faccio para Danilo Negreti e, finalmente, do segundo para a autora da tese. Esse movimento dificultou o andamento do



Figura 74: Maquete interativa utilizada na reunião geral da AMPROVIC na apresentação da proposta para discussão do futuro do bairro.

propósito da maquete, uma vez que assumindo a presidência, novos aspectos políticos relacionados ao projeto começaram a fazer parte da investigação.

Nesse sentido, a estratégia de aproximação com os moradores mudou de figura, passando a ser necessária uma maior aproximação das instituições locais. Inicialmente o contato aconteceu com a escola e a unidade de saúde, e posteriormente, com a Subprefeitura de Barão Geraldo, a Prefeitura de Campinas

e instituições religiosas do bairro. Além das questões de infraestrutura de pavimentação e rede de esgoto, demandas primordiais, outras como a segurança, a recreação e a educação tomaram lugar.

Do ponto de vista do projeto territorial, aspectos relevantes às decisões projetuais tornaram-se um entrave. É o caso apresentado sobre os projetos da Praça da Saúde, cuja proposta da Prefeitura é contraditória ao bom senso do uso da área, assim como os projetos da Praça da Escola e da Caixa d'Água, que contestam a diretriz viária existente e inadequada (assuntos abordados no Capítulo II).

Na evolução da discussão, e, com a busca de viabilidades de um desenho mais coerente às necessidades locais, e também, com o olhar crítico às tendências indicadas pela negociação público-privada, instituídas na revisão do plano diretor 2016, as propostas de usos das áreas públicas encontram as maiores barreiras. As barreiras burocráticas e a ausência de vontade política dos gestores.

2. *Ações com a comunidade*

A AMPROVIC passou a realizar reuniões bimestrais com a comunidade, intercaladas entre encontros preparatórios para as mesmas. Além de discutir problemáticas, optou-se por propor ações interventivas. Essas ações, com o propósito de reunir pessoas, conhecer, dialogar, participar de uma construção, possibilitavam, quiçá, estreitar laços, afinidades, interesses comuns.

Como princípio, as ações que acontecem, a partir desse momento no processo da tese, visam especialmente benefícios para o coletivo, direta ou indiretamente.

Das ações interventivas podem se destacar:

- a) *Oficinas de produção de placas temáticas de sinalização e fixação ao longo das avenidas* (Figura 75).

Na ausência de uma política urbana que qualifique e ordene os espaços públicos do bairro, a proposta da realização de placas foi uma atividade muito produtiva e envolveu crianças e adultos, ao mesmo tempo em que se realizava uma das

reuniões gerais da associação. A oficina foi realizada na EE Dora M^a M. de C. Kanso, oportunidade em que foi apresentada a maquete interativa.

Dado relevante, foi a doação de 100 placas confeccionadas pela empresa Free Hobby Carretas e Engates – Paes Engates, que possibilitou essa atividade. Inicialmente, as primeiras placas pintadas foram colocadas todas juntas, para causar impacto e questionamentos. Posteriormente, aos poucos, os moradores se apropriaram delas e as colocaram onde julgavam mais conveniente. Dessa atividade participaram estudantes da FAU PUC Campinas.

Outra atividade de pintura de placas foi direcionada para motivar os motoristas a transitar em baixa velocidade, o que levou à ação de moradores que incomodados com o desrespeito dos motoristas, a construir lombadas, mesmo que com o impedimento da lei, que proíbe esse tipo de intervenção em ruas de terra. Consequentemente, a municipalidade acabou por colocar placas oficiais de sinalização. Mesmo que em número mínimo, pode-se dizer que foi uma conquista.



Figura 75: Oficina de placas educativas. Participação da comunidade e de estudantes da FAU PUCG, 2015.

Importante ressaltar, que as atividades realizadas em eventos comunitários têm a sua importância no projeto territorial quando os participantes das ações conferem ao espaço público o que lhe é atribuído como espaço de direito a todos, sem discriminação social ou territorial.

b) Reivindicações

Foram várias as tentativas de contatos com os gestores públicos com objetivo reivindicatório, o que aconteceu por meio de reuniões, protocolo de cartas, abaixo assinados, e até mesmo manifestação popular (Figura 76) e uma Carta Aberta (ANEXO 3) entregue em mãos para o Prefeito Jonas Donizetti quando de sua visita à UNICAMP, neste mesmo dia, em 29/10/2015.

Mas isso não impediu que os resultados fossem insatisfatórios.



Figura 76: Manifestação popular dos moradores do Village em Barão Geraldo. Correio Popular, Campinas, 29/10/2015

c) Comunicação

A AMPROVIC desenvolve a comunicação com os moradores através de veículos físicos e virtuais. Essa também é, uma estratégia de incorporação de atores sociais, que, além de informar e divulgar, estimula a participação de indivíduos e grupos interessados nas questões que são discutidas.

Os veículos de internet são grandes facilitadores, porém não atingem toda a comunidade, principalmente os moradores mais antigos da região e pessoas mais idosas. Em função disto, foram criadas algumas alternativas supondo que pelo

menos alguma pessoa daquelas famílias tenha acesso. Foram criados: Facebook AMPROVIC (1136 assinantes em 25/5/2017), *Blog AMPROVIC* e Boletim AMPROVIC, além de um mailing, e um contato via grupo *WhatsApp* para permitir o maior número de acessos e comunicações entre os moradores. O Boletim AMPROVIC é lançado na rede e distribuído de forma física nas reuniões gerais da associação, no formato como as edições apresentadas na Figura 77.

O Blog AMPROVIC (<https://amprovic.wordpress.com/page/7/>), iniciou em gestões anteriores da associação. A partir de 2016, foi reativado por membro da diretoria atual, Matheus Vieira de Luca. Ele é alimentado com os eventos da associação e notícias de interesse, e como um registro de atividades que futuramente poderá compor uma memória do bairro.

O veículo mais utilizado atualmente, vista a facilidade de acesso e baixo custo, são os aplicativos de rede social *WhatsApp*, e o *Facebook*. Neles, os contatos são diários e servem para os mais variados fins, como solicitação de serviços, divulgação de eventos, publicação de registros de atividades e outros.

Com o objetivo de valorizar o comércio e os serviços existentes no Village, sejam eles formais ou informais, a AMPROVIC produz uma agenda, que em 2017 terá a sua segunda edição, aumentando o número de anunciantes e colaboradores.

A comunidade começa a comparecer nas reuniões da AMPROVIC.
 Conseguimos fazer duas boas reuniões nos dias 22 de Março e 17 de Maio.

Houve alterações da membresia da diretoria AMPROVIC
 apresentamos um plano de trabalho para este ano, fizemos placas que já estão colocadas no bairro e fizemos algumas reuniões com moradores, como segue: Comissão de mobilidade, comissão de Meio Ambiente, Comissão Administrativa, Comissão de Cultura e Comissão de Mulheres e crianças. As comissões estão abertas para a participação de novos moradores e vão trabalhar em conjunto com a diretoria. Em breve vamos divulgar mais informações sobre o funcionamento destas comissões.

PRIMEIROS PASSOS

Somos moradores de um bairro de mais de 40 anos. Apesar da idade, ainda não conseguimos ser uma comunidade no sentido de ter força coletiva ativa para as mudanças e transformações que se fazem necessárias no local que o bairro ocupa.

Cada um de nós, pessoas e famílias optam por ter água e luz, moradia, saúde, o bairro não é mais caracterizado com um bairro de chácaras de fim de semana ou de chácaras de aluguel para festas. Além disso, o Village começa a sofrer com as consequências das empreendimentos imobiliários que se desenvolvem no nosso entorno.

Este gerêdo da AMPROVIC, veio com muito que para buscar melhores apartar de tantas dificuldades que são encontradas pelo comitê. Porém, no dia que ele foi configurado, a presença e aprovação, assim como a grande participação de moradores, nossos que sim, podemos. Podemos juntos! Podemos juntos ir em busca do bairro bom para todos. Nosso plano é tornar realidade.

Queremos uma associação que busque formas de melhorar para o coletivo do bairro, com vista no presente e no futuro, no sentido de qualificar as áreas públicas e áreas verdes, preservando o meio ambiente no sentido mais amplo, em todos os seus aspectos relativos à saúde e bem estar dos moradores, assim como incentivar a sua participação dos moradores do bairro nas atividades.

Já fizemos uma reunião com o Sec. de relações institucionais da Prefeitura para apresentação de nossa diretoria e discutimos as nossas antigas demandas: Espaço, pavimentação, ônibus, água... Agora estamos protocolando os ofícios, cobrando as responsabilidades pela situação das secretarias em nosso bairro, tentando estabelecer um diálogo para buscar soluções e alternativas para nossos problemas.

PRÓXIMOS EVENTOS

REUNIÃO GERAL
 Todos são convidados a assembleia geral que irá discutir o tema:
QUE VILLAGE QUEREMOS EM 10 ANOS? COMO VOCE PODE AJUDAR?
 DATA: 26/07 as 9:30h / LOCAL: Centro de Saúde - Rua Professor Emilio Cuelho, 546 - Village Campinas

FALE COM A AMPROVIC

Nosso bairro é grande e diversificado. Muitas pessoas possuem acesso a internet, e-mails, e outras não. Nosso principal meio de contato e divulgação esta sendo o grupo AMPROVIC no facebook. Já temos mais de 200 moradores!!! PARTICIPE!!!! Você também pode participar da lista de e-mails geral do bairro ou escrever para: diretoria_amprovic@gmail.com

INFORMAÇÕES ÚTEIS

ILUMINAÇÃO PÚBLICA:
 A luz de sua rua quem tem? Ligue para o CPFL. A iluminação pública tem manutenção para os moradores do Village. Sendo assim, iniciamos um movimento junto ao Fincacombi e Guarã para cobrar da ENDEC a ampliação de ônibus. A proposta é mais um carro entre 05:00 e 06:00 e 17:00 e 22:00 além de mais um veículo nos finais de semana. O 322 atende a muitas paragens e temos que esperar, em média, 45 minutos para utilizar o ônibus que todos os dias quebram. A ENDEC diz que não há demanda. Será??? Precaremos de sua colaboração neste item. **AGUARDE!!! IMPORTANTE:** Avante avante e quebre as coisas com dia, hora, e o número do carro. **Este dado é valioso para registro de protocolos na ENDEC. Envie para a AMPROVIC**

DENGUE / CHICUNGUNHA:
 Todo atença para os criatórios de larvas do Mosquito. A Chicungunya, assim como a dengue, é transmitida pela picada de um mosquito *Aedes aegypti* infectado.

ÁGUA
 A Souza já esta autorizada a finalizar a ligação de água da estrada da Blauitz para a caixa de água principal do bairro. Estamos de olho!

ECONOMIZAR ÁGUA E FUNDAMENTAL!!!

TÍTULO DE ELEITOR:
 Transfira seu título de eleitor para a Escola Dr. Karan. Isso é importante para o bairro. Leve doc. Identidade, Título eleitoral, comprovante de endereço e residência até o Palácio da Justiça, das 12h às 18h.

PAVIMENTAÇÃO:
 Projeto para asfaltar todo o bairro está iniciado no PAC 3, ainda sem previsão de início. Saiba que a Prefeitura não aprova pavimentação sem rede de esgoto!

UTILIDADES

- Uma colher de sopa de vinagre de maçã na água de seu café evita que ele tenha pulgas. (1 colher de sopa para 10 litros)
- Repelente natural para mosquitos: deixe 100g de cravo em um litro de álcool por 1 semana, coarado e use por dia. Acrescente 30ml de óleo de amendoim ou óleo de bebê. *Saudável, passa no corpo. E barato, natural, e funcional!*

PARTICIPE DA AMPROVIC JUNTOS POR UM BARRIO MELHOR

Grupo: **Amprovic Village Campinas**

grupo@amprovic.com.br

ÔNIBUS

Chega de alterações nas linhas da 322. A última mudança foi uma alteração da Associação de Moradores do Fincacombi, acompanhada pela AMPROVIC. A mudança trouxe novamente transtornos para os usuários do Village. Sendo assim, iniciamos um movimento junto ao Fincacombi e Guarã para cobrar da ENDEC a ampliação de ônibus. A proposta é mais um carro entre 05:00 e 06:00 e 17:00 e 22:00 além de mais um veículo nos finais de semana. O 322 atende a muitas paragens e temos que esperar, em média, 45 minutos para utilizar o ônibus que todos os dias quebram. A ENDEC diz que não há demanda. Será??? Precaremos de sua colaboração neste item. **AGUARDE!!! IMPORTANTE:** Avante avante e quebre as coisas com dia, hora, e o número do carro. **Este dado é valioso para registro de protocolos na ENDEC. Envie para a AMPROVIC**

O NÚMERO DO PROTOCOLO

EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE
 Você deve ter notado como o contator central da Múcio Drummond Murgel ficou bonito com o corte do mato. Infelizmente alguns dias depois as espigas já estão com lixo. Muitos moradores continuam usando estas áreas para descarte de galhas, grama e até móveis. Pensando em diminuir este problema, queremos criar **DOIS ECO-POSTOS** para que todos possam ter um lugar onde colocar seu resíduo. Você também pode usar folhas e grama para fazer uma composteira ou criação de biofertilizante em casa. Não podemos ajudá-lo.

A LUZ E EXTENSÃO DA SUA CASA!!!
 Oriente seu Jardineiro, verifique onde ele descarta o que retira do seu jardim e se o solhar de vegetais e jardineiros que descartam lixo pelo bairro comecem com ele ou não a AMPROVIC. Nós tentaremos dialogar com a passas e mostrar alternativas para solucionar este problema. **EFICACIDICA**

ATIVIDADE NO CAMPINHO

Das 05 de Junho foi o Dia Mundial do Meio Ambiente e, em comemoração, a Comissão de Meio Ambiente da AMPROVIC promoveu um plantio no entorno do Campinho de futebol recém construído no final da Av. Múcio Drummond Murgel. Participaram 28 adultos e 12 crianças que plantaram palmeiras, árvores nativas, frutíferas e retiraram 08 sacos de lixo do local. ***** Ajude a preservar!!!**

ESPAÇO DO LEITOR

Muitos moradores vêm sendo prejudicados por moradores do Village como uma forma de jogar terreno e acabar com os demais proprietários das pedras, porém isso acontece numa série de problemas, desde a saúde dos moradores do bairro, desde danos para o meio ambiente, além de risco de incêndios. Porém existem algumas soluções para evitar as queimadas, uma delas é reaproveitar o material das pedras como folhas, galhas e outros materiais orgânicos para utilizar como adubo, além disso existem cooperativas de origem para coletar e exportar para esse tipo de material. Para mais informações sobre coleta seletiva acesse: http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos_publicos/dm_programa.php

Quemada não mata, a natureza agradece! (Maitheus de Luca)

BOLETIM VILLAGE CAMPINAS - EDIÇÃO JUNHO DE 2015

Figura 77: Exemplo de boletim AMPROVIC

O guia de Comércios e Serviços do Village (Figura 78), conta, atualmente, com 27 anunciantes e promete dobrar o número na próxima edição porque novos interessados se apresentam à medida em que a comunidade se reúne.

 <p>Ateliê de roupas artesanais Acessórios em feltro Cristete Mary dos Santos Tf: (11) 5042-2822 E-mail: gromary@guia.village.com.br</p> <p>Análise Paralela e Vídeos de Informática Leila Rogério Vieira de A. Neta Tf: (11) 5042-2822 E-mail: leila@guia.village.com.br</p>	<p>Disk Cds Janice Tf: (11) 5042-2822 E-mail: janice@guia.village.com.br</p> <p>Fachos em geral Cristete Mary dos Santos Tf: (11) 5042-2822 E-mail: gromary@guia.village.com.br</p> <p>Fachos de papel Erlaine da Silva Tf: (11) 5042-2822</p>	<p>Um projeto</p> <p>AMPROVIC Associação de Pequenos Produtores do Village e Região</p> <p>amp@provinc@guia.village.com</p>	<p>Guia de Comércio e serviços Village - 2016</p> 
<p>Ateliê de roupas artesanais Acessórios em feltro Cristete Mary dos Santos Tf: (11) 5042-2822 E-mail: gromary@guia.village.com.br</p> <p>Análise Paralela e Vídeos de Informática Leila Rogério Vieira de A. Neta Tf: (11) 5042-2822 E-mail: leila@guia.village.com.br</p>	<p>Comércio e Lazer Cristete Mary dos Santos Tf: (11) 5042-2822 E-mail: gromary@guia.village.com.br</p> <p>Cartões Kátia Cristina Oliveira da Cruz Tf: (11) 5042-2822</p> <p>Cartões de em Casa Rosângela Tf: (11) 5042-2822 E-mail: rosangela@guia.village.com.br</p>	<p>Festas Infantis Dionísio Cristiane Carvalho Diniz Tf: (11) 5042-2822 E-mail: dionisio@guia.village.com.br</p> <p>Festas e Matrimônios com Combido Buzi Dionísio Roberto Acorzi Tf: (11) 5042-2822 E-mail: dionisio@guia.village.com.br</p> <p>Imobiliária, escola e recepção de turistas Ricardo Salles Tf: (11) 5042-2822 E-mail: ricardo@guia.village.com.br</p>	<p>Jardineiros Fernando Agostini do Carmo Tf: (11) 5042-2822</p> <p>Atendimento Jorge Vitor Junior Tf: (11) 5042-2822 E-mail: jorge@guia.village.com.br</p> <p>Lanchonete Village Lanches Sandra Regina Tf: (11) 5042-2822 E-mail: sandra@guia.village.com.br</p>
<p>Preserve o Verde</p> <p>Preservação e Psicoterapia Raquel Patrícia Teixeira Lima Tf: (11) 5042-2822</p> <p>Peixeiro Alexandre Romário Ferraz Tf: (11) 5042-2822</p> <p>Professor de Acreditação / Educador Físico Jose Roberto Espagnolo Tf: (11) 5042-2822</p>	<p>Organização de Eventos - Ferraz Vera Lucia de Oliveira Bagazzi Tf: (11) 5042-2822 E-mail: ferraz@guia.village.com.br</p> <p>Professora matemática - Colegial Cristina Maria Tf: (11) 5042-2822 E-mail: cristina@guia.village.com.br</p> <p>Professora Sociais Caroline Cardoso Silva Tf: (11) 5042-2822 E-mail: caroline@guia.village.com.br</p>	<p>Reflexão e acolhimento / Fabricação de Emprego Juliana de Cássia Lopes Miorin Tf: (11) 5042-2822 E-mail: juliana@guia.village.com.br</p> <p>Personal em Atendimento Físico Lucas Feres de C. C. Tf: (11) 5042-2822 E-mail: lucas@guia.village.com.br</p>	<p>Veterinária Chique & Tosa Bianca Tf: (11) 5042-2822 E-mail: bianca@guia.village.com.br</p> <p>Web Designer Artesão Gráfico Bruno Belier Prates Tf: (11) 5042-2822</p>
<p>Mentore e Jiarista Tatiane R. de Campos Alves Tf: (11) 5042-2822 E-mail: tatiane@guia.village.com.br</p> <p>Mestre de Cerimônias Serravallo do Village Tf: (11) 5042-2822</p> <p>Mercado do Village Cristete Mary dos Santos, Charrmann, Jéssica, Jéssica e Renata Tf: (11) 5042-2822 E-mail: mercado@guia.village.com.br</p>	<p>NOVAS ATITUDES, NOVO BARRO</p>	<p>Organização de Eventos - Ferraz Vera Lucia de Oliveira Bagazzi Tf: (11) 5042-2822 E-mail: ferraz@guia.village.com.br</p> <p>Professora matemática - Colegial Cristina Maria Tf: (11) 5042-2822 E-mail: cristina@guia.village.com.br</p> <p>Professora Sociais Caroline Cardoso Silva Tf: (11) 5042-2822 E-mail: caroline@guia.village.com.br</p>	<p>Reflexão e acolhimento / Fabricação de Emprego Juliana de Cássia Lopes Miorin Tf: (11) 5042-2822 E-mail: juliana@guia.village.com.br</p> <p>Personal em Atendimento Físico Lucas Feres de C. C. Tf: (11) 5042-2822 E-mail: lucas@guia.village.com.br</p>

Figura 78: Exemplo de Guia de Comércio e Serviços do Village

Outras ações desenvolvidas com a comunidade, têm todas o mesmo objetivo, o de dar visibilidade à associação de bairro, reunindo os moradores e produzindo troca, conhecimento e socialização.

Entre outras ações- eventos comunitários:

- Festas de confraternização (Figura 79).
- Reuniões gerais AMPROVIC (Figura 80).
- Ação Paz no Trânsito (Figura 81-1).
- Oficinas de Plantio na praça (Figura 81-2).
- Encontro com candidatos nas eleições 10/2016 (Figura 82).
- Coletivo Arte Saber e Amizade – CASA: Um coletivo entre instituições locais para o oferecimento de atividades como: balé clássico para crianças, capoeira para todas as idades, caminhadas e alongamento, horta comunitária educativa (Figura 83).
- Instalação de estrutura para colocação de faixas (Figura 84-1).
- Construção de círculo de bananeiras (Figura 84-2).
- Bazar de doações, artesanato, produção caseira de alimentos.
- Palestras temáticas e preventivas com agentes da Segurança Civil e Guarda Civil (Figura 85).



Figura 79: Festa de Confraternização 2016/17

As atividades contribuem indiretamente na concepção do projeto de um futuro do bairro porque dinamizam a socialização e o diálogo, permitindo a manifestação da multiplicidade de interesses, ações e posicionamentos políticos e ideológicos dos moradores e agentes sociais atuantes naquele território.



Figura 80: Reuniões Gerais AMPROVIC (1) Na praça, (2) Na escola



Figura 81: (1) Ação Paz no Trânsito, (2) Pintura de placas de sinalização



Figura 82: Reunião de apresentação dos candidatos nas eleições municipais de 2016 - local: Centro de Saude Village.



Figura 83: Atividades do coletivo CASA- (1) Oficina de capoeira, (2) Aula de balé classico



Figura 84: (1) Instalação de estrutura para fixação de faixas, (2) Construção de um círculo de bananeiras



Figura 85: Reuniões temáticas - Prevenção frente à enchentes e alagamentos. Encontro com a Defesa Civil de Campinas. Local: Escola.

3. Reflexão-ação-Abordagem com os agentes políticos envolvidos na ação local

Para compreender o envolvimento dos agentes políticos, é necessário primeiramente entender os fenômenos da evolução da população do Village, versus a involução na qualidade de vida do espaço consequente. Os aspectos que influenciam esse descompasso são notórios por influenciarem as relações sociais e políticas que moradores estabelecem com os agentes sociais, em especial, com os gestores públicos.

- Quando a terra foi fragmentada com o parcelamento da gleba, já existia na região uma população residente, trabalhadores rurais. Há, atualmente, poucos moradores de mais de oitenta anos que nasceram nessas terras e contam as suas memórias.
- Entre as características rurais e a urbanização da área, parte da população estava a serviço da Sadia S.A. com a produção avícola em área adjacente ao Village.
- Com a saída da Sadia, sua fábrica foi ocupada por nova fábrica, desta vez, na produção de engates para veículos motores, a Free Hobby Carretas e Engates. Atualmente, a mão de obra da empresa é, em grande parte, de moradores do Village, sendo descendentes dos antigos funcionários da Sadia. Isso confere um certo grau de influência política no bairro, do ponto de vista do proprietário e também dos funcionários.
- A urbanização da área realizada em conjunto com os loteamentos, datam de um período político de menor exigência para a legalização dos empreendimentos imobiliários (década de 1970).
- Com a ocupação dos lotes, vieram as transformações da paisagem. Pastos deram lugar às vias, num desenho geométrico ortogonal, alheio às características locais.
- Os lotes mais próximos à fábrica de engates são gradativamente ocupados, na maioria, pelos moradores originários.

- O *novo morador* que se estabelece, com moradia fixa ou de fim de semana, na sua maioria, não tem nenhum vínculo histórico com essa terra, aproveita a oportunidade de investimento.
- Produz-se, a partir dessa composição social, fragmentação social, e com ela, segregação espacial..

Consequência generalizada, espaço se degrada.

“O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. (Santos, p.122).

“(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de umas práxis coletivas que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, p. 171) ”.

Como tendência, a configuração espacial do Village responde conflituosamente a distintos interesses:

- Aqueles que desejam um desenvolvimento da região no sentido de valorização (econômica) da terra. Fazem parte desse grupo, os que tem moradia fixa e também os que mantêm o terreno à valorização fundiária, e também os que subdividem o lote.
- Novos moradores constituídos por famílias jovens com projeto de criar filhos em ambiente menos urbanizado e que priorizam o contato e o cuidado com a terra e a natureza em geral.
- Aqueles, que tem como objetivo, encontrar habitações com preço mais baixo no distrito de Barão Geraldo, moradores temporários e sem vínculo afetivo com o bairro.
- O grupo de migrantes que aumentam os núcleos familiares gradativamente, na maioria, aumentando o número de habitações dentro do mesmo lote. Na região, se os primeiros moradores colonos eram japoneses, atualmente, a maioria é de famílias migrantes são do Nordeste e do Paraná.

- O grupo que aos poucos se dissolve, e que detém a história da formação espacial do bairro.

Fato é, que o bairro Village e o seu conteúdo estão sujeitos a transformações submetidas a imposições da cidade como um todo. Nesse sentido, as possíveis transformações, estão para as imposições da cidade como um todo, assim como os impactos das transformações são inerentes às dinâmicas do cotidiano.

O Village, que é caracterizado como espaço rural da cidade, tem na sua formação espacial a presença de instituições privadas de importância relevante. É o caso das instituições de grande porte como o Haras Cooper, de abrangência internacional, o clube de *baseball* ACA Tozan Baseball e Softball e o Clube de Campo Fonte São Paulo (Figura 86). Essas instituições margeiam o bairro e atualmente pouco contribuem com ele. São, porém, potencialmente, importantes pela sua capacidade de agrupar um grande número de pessoas que circulam pelo bairro e podem influenciar em suas melhorias.

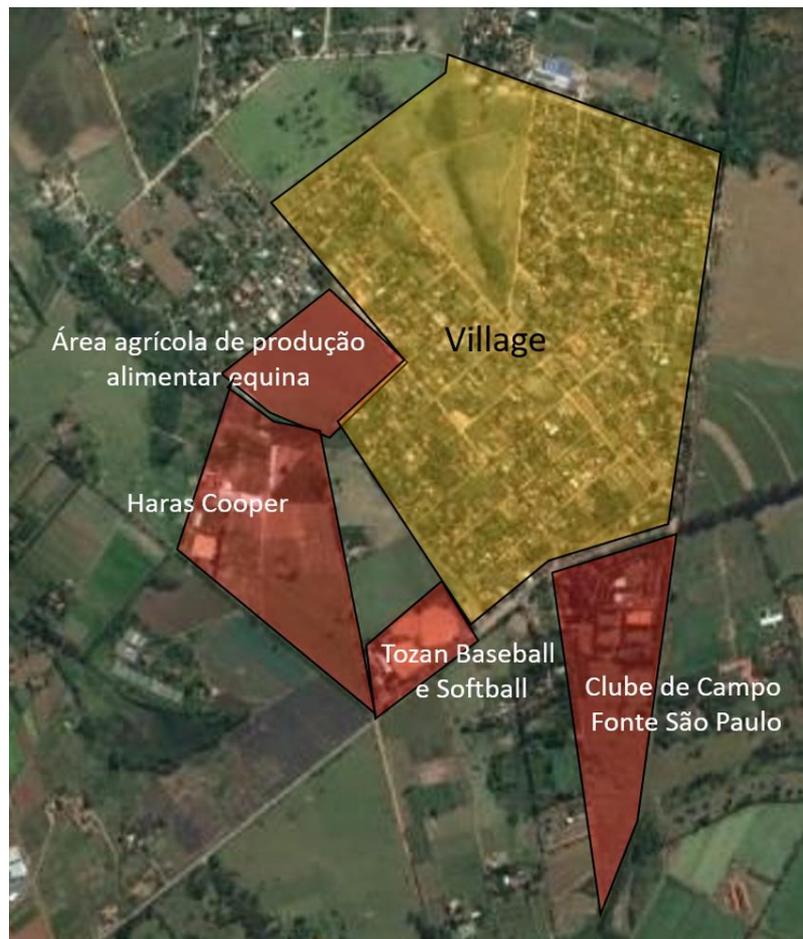


Figura 86: Instituições de grande porte no entorno do Village.

Pelo porte dessas instituições, o Estado poderia intervir no sentido de propor-lhes incentivos para que a partir delas, se fizessem melhorias estruturais no bairro. Para tal, seria necessário ultrapassar as barreiras da burocracia e da morosidade. Para se ter uma ideia, exemplo dessa dificuldade pode ser vista pela quantidade de iniciativas realizadas pela pesquisadora, através da AMPROVIC e demais instituições interessadas, no sentido de reverter o processo de forma de ocupação do terreno para a implantação da sede de unidade de saúde proposta pela Prefeitura, desde estudos e projetos desenvolvidos em disciplinas de paisagismo da FAU/PUC-Campinas às reuniões com o setor público. Essas últimas, em vão.

A respeito dessas iniciativas malogradas, veja-se as ações relacionadas com a proposta de uso do área da Praça da Saúde:

- 2004 - Maria do Carmo Cabral Carpintéro -Sec. Mun. Saúde, encaminha o ofício de N° 625/2004/SMS/DA/A3E, para a Exma. Prefeita Izalene Tiene, solicitando área do terreno da Praça 1, para a construção de sede de unidade de saúde Village.
- 2007 – Vereador Francisco Sellin encaminha o requerimento de N° 606/2007, para a Câmara Municipal de Campinas, pedindo aprovação do terreno solicitado.
- 2007 - Vereador Francisco Sellin encaminha retorno referente ao Protocolo N° 04/10/63632 para a Dra. Coord. Do Centro de Saúde Village, informando que “o processo que versa sobre a cessão de área pública municipal no loteamento Village Campinas, está localizado no Gabinete do Prefeito. De acordo com informações da gestão anterior, a área em questão será utilizada para a construção de módulo de saúde da família”.
- 2013 - Reunião com a Diretora do Centro de Saúde Village para discussão a respeito da posição do terreno, como alerta.
- 2014 – Sob N° 13/10/22310 é protocolada a LEI N° 14.876 DE 09 de setembro de 2014 desincorpora da classe de bens públicos de uso comum do povo e afeta para para a classe de bens especiais parte da praça pública do loteamento Village Campinas, para a construção do centro de saúde Village.

- 2014 - Desenvolvimento de projetos de paisagismo para a denominada “Praça da Saúde”– Disciplina de Paisagismo B da FAU PUC Campinas -, incluindo a discussão para a melhor posição de implantação da unidade, sem prejuízo do uso total da praça.
- Jun./2014 - Exposição dos projetos de paisagismo para os funcionários da unidade de saúde atual.
- 20-31/10/2014 - Exposição dos projetos de paisagismo em local público: Subprefeitura de Barão Geraldo.
- 10/8/16 – Reunião a convite da Prefeitura para a apresentação do projeto arquitetônico da futura unidade. O projeto foi apresentado para equipe do Centro de Saúde Village e para representante da AMPROVIC, no caso, a pesquisadora. A reunião aconteceu no Departamento de Projetos, com seu diretor, Engº Renato de Camargo Barros, da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA – PMC) Observou-se que o projeto da construção não está implantado no terreno e isso é questionado. Nessa oportunidade que se constata a forma da fragmentação integral da praça, e, tendo como já visto, a unidade de saúde obstruindo toda a área de acesso à praça.
- 12/8/2016 - Solicitação de reunião para apresentar uma nova proposta desenvolvida pela autora - negado.
- 15/08/2016 – AMPROVIC e Conselho de Saúde Village solicitam nova reunião com a Prefeitura, para discutir e apresentar uma alternativa de desenho, mas é negada.
- 28/8/2016 - Apresentação de estudo preliminar, sustentável, completo, do bairro, para a comunidade do Village em Reunião Geral da AMPROVIC. O caso da Praça da Saúde é apresentado e discutido.
- 04/09/2016 – Lançada a discussão em rede social – Facebook AMPROVIC³⁵
- 5/9/2016 - Reunião no Conselho de Saúde Village- a pesquisadora apresenta a proposta de implantação da sede da unidade, a mesma apresentada na reunião com os moradores.
- 6/9/2016 - Reunião com vereador Luiz Carlos Rossini, na expectativa de um encaminhamento favorável.

³⁵ Resultado da discussão virtual pode ser visto no ANEXO 4.

- 19/09/2016 – AMPROVIC, em parceria com Unidade de Saúde promovem encontro entre os moradores do bairro e adjacências, com candidatos à vereador para as eleições municipais de Campinas-2016. Entre outras discussões é abordado o tema “terreno” da nova UBS e suas consequências para o bairro.
- 1/11/2016 - Reunião com a Primeira Dama de Campinas, Dra. Sandra Ciocci – apresentação das propostas de implantação da prefeitura e a da nova proposta aprovada pela comunidade. É entregue prancha da proposta.
- 23/11/2016 - Segundo informação dada pela secretária do gabinete de Sandra Ciocci, por telefone, o material foi encaminhado para o Secretário de Urbanismo.

OBS: desde ponto até o próximo evento, ou seja, de 23/11/2016 até 6/3/2017, foram em vão todas as tentativas de contato com a Prefeitura.

- 6/3/2017 – Em reunião do Conselho Cidadão, do qual a pesquisadora faz parte, representando a Região Norte de Campinas, tentou-se um contato informal com o Secretário de Saúde Dr. Cármino Antônio de Souza, para solicitar encontro e esclarecimentos sobre o assunto do terreno.
- 22/03/2017 - Reunião com o Dr. Edison Martins da Silveira, assessor do Secretário de Saúde, Dr. Cármino Antônio de Souza , quando pela primeira vez, foi possível mostrar, dialogar e argumentar a respeito do assunto. Na ocasião, Sr. Edison concordou com todos os argumentos e prontificou-se a tratar pessoalmente do assunto. O que não aconteceu.

O exemplo apresentado atesta as dificuldades encontradas quando o arquiteto se dispõe a desenvolver um projeto comunitário (assunto tratado adiante).

O projeto como diálogo, ou melhor, discutir o futuro do bairro através, de um projeto, levou a pesquisadora a envolver-se numa série de atividades. O interesse maior, aqui, é o de ganhar a confiança dos moradores, a fim de abrir espaço para o diálogo e desmitificar o trabalho do arquiteto, que, ainda nos dias atuais é interpretado como “profissional da elite”.

Na tese, o projeto não é um fim em si, mas um meio articulador entre análise, agentes e interpretações resultantes. Aplicado em um território ocupado, ele insere passado e futuro, história e utopia. Torna-se imprescindível perpassar pela teoria e

pela prática através de atividades-eventos que, sem os quais, o desenho seria descolado da realidade concreta, de um saber local, e finalmente do lugar, indicador mais fiel dos conflitos que carregam em si, seus próprios potenciais de alternativas de soluções. Isso acontece num “tempo” próprio:

“Um tempo empírico que vai ser buscado numa definição muito simples do que existe, em que, o que existe, é um conjunto de possibilidades a tomar ou a deixar de tomar[...]. Esse tempo empírico que flui da existência de possibilidades concretas, que permite uma história já feita ou uma história por fazer”. [Neste sentido, contribui-se para com as palavras do autor, quando ele escreve que] “Essa produção do saber local é o que vai permitir que os estudos sejam menos dirigidos aos colegas, já que o que hoje produzimos não é para mais ninguém senão para nós mesmos” e, as universidades [...] podem ter um papel importante na produção do saber local, com a produção de um saber global que não seja apenas discurso, mas que permita oferecer elementos de análise localmente reciclados” (Santos, 1999a, p.16).

As ações sociais possíveis de serem praticadas, através de atividades-eventos, promovem a elaboração de problematizações e repercutem, direta ou indiretamente no desenho do projeto, isso porque, tratando-se de uma projeção para o futuro, o “projétil” não pode, em absoluto, ignorar aqueles que serão afetados por ele.

4. Ações possíveis

Circunstancialmente, e de acordo com as oportunidades que se apresentam, ações foram possíveis de serem experimentadas, assertivamente ou não.

O Quadro 6 apresenta, em síntese, a ação de enrobustecimento da associação de bairro – a AMPROVIC. É uma das ações mais importantes. Exigiu um intenso envolvimento da pesquisadora com a associação, a ponto de tornar-se primeiramente membro e depois tornando-se presidente da associação.

ATIVIDADE - EVENTO	RESULTADO
A pesquisadora participa da diretoria eleita em 2015, com o cargo de Vice-Presidente.	É apresentada a proposta de elaboração de projeto de qualificação para o bairro.
Organização de comissões temáticas de trabalho para discutir e implementar ações comunitárias.	O entusiasmo foi inicial, em pouco tempo se desfizeram mostrando não ser adequado para o contexto.
Encontro temático: “ Qual é o futuro do Village que queremos?	“Asfalto”: A prioridade. Discute-se sobre consequências de uma pavimentação mal feita; a questão da drenagem, das enchentes nos bairros adjacentes, as alternativas de materiais menos impactantes, os custos, quem paga, tempo.
Colocação de urnas em locais acessíveis para coleta de sugestões da população para melhoria do bairro.	Foram colhidas sugestões de 50 pessoas, sendo a grande maioria proveniente da urna do centro de Saúde Village.
Grande quantidade de reclamações, sendo várias delas, repetidas vezes, protocolados na Prefeitura. Maior número de reclamações: falta de água, iluminação pública, limpeza de praças, precariedade do transporte público, solicitação de medidas para implementação de trânsito lento.	Grande demora para retornos na sua maioria com respostas pouco esclarecedoras e evasivas. Os problemas de falta de água, assim como a iluminação pública da estrada vicinal que leva ao bairro, foram resolvido nas vésperas das eleições municipais de 2016
Plantio comunitário de árvores nas praças.	Participação de moradores mais jovens, com bom nível escolar e com filhos pequenos. Nestes encontros, há pouca participação da população mais pobre.
Leitura na praça com instituições parceiras	A parceria com outras instituições, aumenta a diversidade de participantes.
Oficina de pintura de placas educativas para o bairro. Atividade para as crianças.	O tema atraiu grande número de pessoas com seus filhos.
Produção de um Guia de Comércio e serviços do bairro.	Boa forma de reconhecimento do bairro, pessoas e oferecimento de serviços. Gerador de renda e de interações sociais.
Produção de boletim bimestral, inserção nas redes sociais e mailing.	Apesar da distribuição diversificada, ela não consegue atingir a grande maioria do bairro.
Oficina de Permacultura – construção de ‘círculo de bananeiras’ nas chácaras, para depósito de resíduo orgânico e cultivo de banana, nas chácaras.	Experiência exitosa, porém, realizada com os proprietários que se dispuseram, estabelecendo uma escala individualizada e consequentemente em menor número.
Nova eleição para diretoria da associação. Gestão maio/2016 a maio/2018.	É instaurado um grupo gestor. Por questões burocráticas, mantem o estatuto da associação e fica a pesquisadora como presidente.
Criação do CASA Coletivo Arte, Saber e Amizade. Parceria entre escola, creche, associação de moradores e voluntários.	Aulas de balé clássico, capoeira e desenvolvimento de horta educativa
Festas Comunitárias de final de ano (2015/16 e 2016/17)	Forte socialização, tanto nos preparativos (atuais) como na própria atividade.

Quadro 7: Atividades-eventos que contribuíram para o enrrubostecimento da associação de moradores.

B. Impulsos teóricos subjacentes ao projeto

1. O sujeito territorial-corporificado

No movimento de ida e vinda, o projeto. Projeto-reflexo de um território situado no espaço-tempo presente. Uma intenção: o futuro, ou um futuro possível.

Nesse movimento, o sujeito territorial sou eu. Eu e o outro. O outro que reconheço como igual, como diferente. Sujeito, como eu. Sujeito eu, sujeito coletivo, sujeito território.

Mergulhar no território é mergulhar na sua totalidade, incluindo tudo e todos, agentes formadores do território:

“A análise do espaço, do território, impõe, como afirma Milton Santos (1996), a compreensão da indissociabilidade entre espaço e tempo, que inclui a indissociabilidade entre forma e conteúdo (processos)” (Ribeiro, 2013, p.209).

O processo, aqui, referindo-se aos movimentos sociais, que influenciados pelas forças internas e externas, na sua totalidade, manifestam-se através da concretização do espaço da vida resultante. Neste contexto, Ana Clara Torres Ribeiro vai mais além. Defende a necessidade emergencial de conhecer os movimentos espontâneos, aqueles que não dependem das forças externas, e que movem a sociedade. É a manifestação de um humanismo que é entendido, concreto.

Quem, senão o sujeito territorial, para conhecer o próprio território, através de seu tecido social? Um tecido social que, dia a dia, tende a se tornar mais claro, mais próximo, mais humano, mais “eu”. O outro é parte intrínseca do “nós-eu” (Id., *ibid.*, p. 210).

Para o sujeito territorial é imprescindível a presença viva: “Pensamento e reflexão assinaram um pacto indestrutível com a práxis, com a situação concreta da existência” (Buber, 1979, p. 6). Assim: “O experimentador não participa do mundo: a experiência se realiza *nele* e não entre ele e o mundo” (Id., *ibid.*, p. 6). Isso quer dizer, se experiência se realiza em mim, e eu, sou nós-eu, faço parte do movimento espontâneo, sou sujeito corporificado que:

(...) *“ao desafiar controles da experiência urbana e a burocratização da existência, alcança o direito à definição de sua forma de aparecer e acontecer. (...) Esse sujeito transforma-se em acontecimento, onde e quando são esperados seu silêncio e o apagamento de sua individualidade”* (Ribeiro, 2000, p.63).

Como sujeito territorial e corporificado, sou também objeto e agente do território e me vejo em nós-eu, sujeito coletivo que:

“Emerge, de forma incidental, na cidade comandada pela especulação da vida coletiva – ensina que a procura da transcendência permanece latente nos encadeamentos do cotidiano” (idem, p. 63).

Nas condições atuais globais, o sujeito territorial, nessa tese, corporifica, o sentimento que muito tem se tornado “comum” na mídia: a questão da imigração. Sentimento esse, que dá margem ao entendimento vivenciado e emotivo, de sua territorialização.

Desse prisma a incorporação dos agentes adquire uma tamanha centralidade a ponto da pesquisadora vir-se impelida a contribuir igualmente como um sujeito territorial, vendo os demais agentes como seus pares.

a) O arquiteto e o projeto comunitário

Para desenvolvimento do projeto, repita-se, a pesquisadora se viu impelida a assumir papel de liderança – isso porque a ideia original de se desenvolver um projeto a partir da metodologia da pesquisa-ação apresenta, por hipótese, limitações: originalmente concebida no âmbito de áreas como a da saúde e da

educação, o desdobramento no campo do projeto urbano não obedece a mesma lógica³⁶.

As investigações realizadas a partir do contato com seres humanos, são por exigência, submetidas ao Comitê de Ética³⁷. Na pesquisa em urbanismo, quando do ponto de vista do *urbanismo concreto*, e que, também implica em contato com seres humanos, a submissão de formulários de entrevistas ao Comitê de Ética, torna-se impraticável. Isto porque, a concretude está justamente no cotidiano dos seres humanos e seus territórios de vida. Território que é mutável, portanto incerto, e, com uma bagagem diversificada de ordem política e de comportamento.

Nessa tese, mediante a impossibilidade de prever, com antecipação, os aspectos relacionados aos “seres humanos”, opta-se por estabelecer o diálogo através das instituições locais, no caso: [1] Associação de bairro, [2] Centro de Saúde, [3] Escola [4] Subprefeitura do distrito. Assim fica estabelecido o contato entre os agentes da sociedade civil e gestores públicos especialmente das áreas de saúde e educação.

No desenvolvimento de parcerias com as instituições é que foi possível conhecer mais o bairro, suas dificuldades e limitações, assim como as potencialidades perceptíveis nas manifestações da comunidade, tanto pela participação como pela ausência dela.

Para a pesquisadora, é fundamental que, a proposta de o projeto territorial seja alicerçada no projeto comunitário. É a partir daí, que ela assume a liderança da AMPROVIC.

³⁶ Assunto discutido no item “Impulsos teóricos subjacentes ao projeto” – A pesquisa-ação nas investigações em urbanismo.

³⁷ O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, [...] é um órgão colegiado, multidisciplinar, de caráter público e autônomo, vinculado à reitoria, respondendo, no que couber, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, que tem por finalidade avaliar e acompanhar os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos e, dessa forma, proteger a integridade e a dignidade dos sujeitos/participantes, de acordo com valores ético-cristãos, integrando-se à Missão Institucional da Universidade. Fonte: Site PUC-Campinas. Acessado em 11/03/2017.

b) Agentes-instituições

(1) Associação de Moradores

Assunto já comentado, nos últimos três anos a diretoria alterou sua composição por três vezes. A primeira mudança foi devido à necessidade do então presidente se ausentar do cargo, o que aconteceu numa assembleia de substituição de presidência que, por aclamação, elegeu os cargos de presidente e de vice-presidente, que na ocasião, ficou para a autora. O envolvimento com a comunidade tornou-se mais intensivo, sendo inevitável, passar para a presidência em eleição para o biênio 2016/18.

Na primeira reunião geral foi apresentado o plano para 2016, tendo como um dos temas o projeto do futuro do Village, do qual faz parte o projeto que alicerça essa pesquisa. A nova diretoria é apresentada com a proposta:

“Uma associação que busca formas de melhorias para o coletivo do bairro, com vista no presente e no futuro, no sentido de qualificar as áreas públicas e seus usos, preservando o meio ambiente no sentido mais amplo, em todos os seus aspectos relativos à saúde e qualidade de vida dos moradores, assim como incentivar a participação da comunidade nessa caminhada”.

É através dessa concepção de associação, que a pesquisadora e o grupo gestor, passa a reconhecer, enfrentar e problematizar as questões do bairro e que, conseguinte, influencia nas decisões projetuais. Para tal, é que se vale de reuniões com os sujeitos internos e externos ao bairro, oficinas, boletins, panfletagem, festas comemorativas, manifestações populares e toda iniciativa que se dirija às melhorias do território atual, com vista no desenrolar do futuro.

(2) Centro de Saúde

A posição física do Centro de Saúde Village no perímetro de área de abrangência (Figura 87) da unidade, reforça a centralidade do Village em relação aos bairros do entorno. Através da gestão da médica e coordenadora, Regina Célia Nogueira

Gomes³⁸, residente na região, este centro tem características peculiares: valoriza a saúde integral dos usuários.

Ao longo dos anos de sua existência, as instalações da unidade foram reinstaladas algumas vezes, pela dificuldade de custos e de necessidade de ampliação. Atualmente está situado em área alugada e vem lutando há mais de dez anos na reivindicação de uma sede própria.

A apropriação da área proposta para sede própria é tema abordado em trabalhos anteriormente realizados na universidade, como os projetos de paisagismo para a futura Praça da Saúde. Na ocasião da realização desses projetos de paisagismo, já se previa uma tendência que levaria a uma implantação equivocada, alertando os alunos que desenvolviam os projetos, quanto a otimização do uso de praça que teria uma área desafetada³⁹ para a construção de um centro de saúde. Fato previsto, foi o que aconteceu. A Prefeitura desafetou o terreno na pior forma do ponto de vista urbanístico (CAPÍTULO II, B, 1.).

Essa instituição, e principalmente pela sua direção, colabora com o projeto do bairro direta e indiretamente. Diretamente pela sua forma e postura em atendimento e disponibilidade para o diálogo reflexivo sobre o futuro do bairro. O espaço físico é cedido para divulgações da AMPROVIC, e também para apresentações e

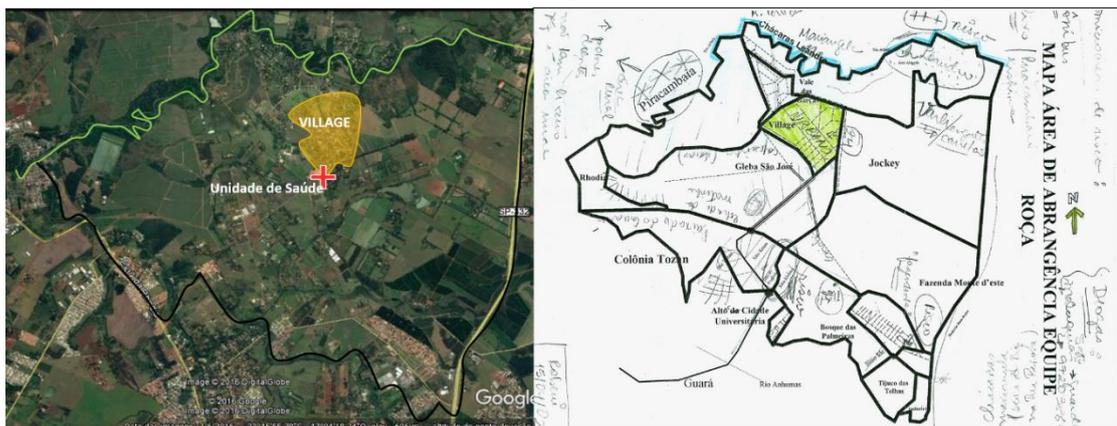


Figura 87: Área de abrangência do atendimento do Centro de Saúde Village, a figura da direita foi cedida pela diretora do CSV.

³⁸ Atualmente em licença médica e substituída pela Enfermeira Marta Patrícia Spazapan.

³⁹ Desafetação se define pela perda da destinação pública de um bem de uso comum ou de uso especial para caracterizá-lo como bem dominical, visto que somente os bens dominicais podem ser alienados, pois não tem destinação específica. Fonte: <http://www.viajus.com.br>

encontros com a comunidade. A discussão sobre o uso do terreno para a construção da sede própria, repercutiu no programa adotado para o uso da praça.

A postura da diretoria da instituição revela concretamente o quanto se faz necessária a integração social e política entre setores. Isso é demonstrado através do relacionamento que faz as demais instituições, o que se mostrou possível através da vontade política da direção.

(3) Escola

Desde o início dessa pesquisa, a escola passou por duas diretorias e atualmente é dirigida pela terceira. Apesar das mudanças de diretoria, a escola sempre se mostra aberta para atividades comunitárias. Por falta de um espaço próprio que atenda à necessidade, as reuniões gerais e assembleias da comunidade são realizadas na escola. A presença da escola é de importância social para o bairro. Nela acontece uma vez por mês, as atividades do “Sábado Legal”, atividade proposta pela Igreja Batista, que desenvolve ações recreativas e educativas para a comunidade. A escola oferece uma média de duas festas anuais: a Festa da Primavera e a Festa de Formatura. Essas atividades são realizadas na quadra coberta que nunca é utilizada aos domingos.

Uma vez que se trata de um patrimônio público, de uso público, na condição de liderança, e considerando a disponibilidade, a pesquisadora recomenda através do projeto, uma adequação física para a disponibilidade da quadra para a comunidade aos domingos, sem risco ou adversidades com a dinâmica da escola.

Outro aspecto importante, é o fato da escola estar inserida em uma praça. Rodeada por um muro, a escola é isolada da praça (Figura 88), o que sugere a necessidade de uma maior integração entre o espaço construído e o espaço livre.



Figura 88: Localização da Escola Estadual Profª Dora Maria Maciel de Castro Kanso, na Praça da Escola.

O frequente contato com a diretoria da escola, e na experiência de contato com três direções sucessivas, aqui, como no Centro de Saúde, foi flagrante o quanto a postura política e humana da direção pode promover transformações favoráveis ao bem coletivo, desde que disposta para isso.

(4) Subprefeitura

O maior alcance que a Subprefeitura de Barão Geraldo atinge, no Village é nivelar as ruas de terra com máquinas que raspam o solo e que às afunda, o que provoca grandes barrancos, muitas vezes, impossibilitando o acesso às chácaras.

Nas reuniões da AMPROVIC com a Subprefeitura, os problemas são discutidos há várias gestões. Ou seja, não é por falta de solicitações à atenção do poder público, que o Village não é contemplado. Até mesmo, nessa 2ª gestão assumida pelo Prefeito Jonas Donizetti (2016-2020), dos quatro componentes representantes de Barão Geraldo no Orçamento Cidadão⁴⁰, três são da AMPROVIC.

⁴⁰ Antigo “Orçamento Participativo”.

Surpreendentemente, nem assim, conseguiu-se inserir o Village no plano de melhorias efetivas do orçamento da prefeitura para os próximos quatro anos.

É através da Subprefeitura que associações ou indivíduos comuns conseguem alguma aproximação com o poder público, no qual é possível estabelecer um diálogo do qual raramente se chega a uma solução antes de passar pela burocracia normativa. Dada a demora do processo burocrático, as solicitações acabam por caducar. Problema recorrente.

“No processo de ultrapassamento da modernidade em crise, e dentro desse movimento, o pensar a cidade que queremos, o urbanismo deverá colocar-se a partir de um outro humano, que se constrói não a partir da determinação-opressão do Eu cartesiano, mas da relação dialogal eu-Nós” (Signorelli e Neto, 2012, p. 16).

Em tempo de incertezas da sociedade humana, a potencialização do sentimento coletivo de insegurança tem direcionado as pessoas ao comportamento de reclusão, desconfiança, agressividade e até mesmo, em irracionalidade, vista a violência com a qual são desencadeados, atualmente, conflitos sociais.

Neste cenário, instalam-se sentimentos de resistência, queixas e cobranças, ou então, a alienação, a resignação e o conformismo - vício do passado, medo do futuro: reflexos de uma política que não prepara os indivíduos para o exercício da cidadania, da discussão, da construção do sujeito coletivo. E muito menos, prepara o espaço urbano para um cenário da prática democrática.

Na contramão, são valorizadas a participação social e a evolução da consciência coletiva e sua reflexão na atitude cidadã. Duas forças contrárias: uma que isola, outra que agrupa. O isolamento individualiza, o agrupamento socializa. Democratiza. Revela-se eu-Nós.

“ (...) o urbanismo tem uma função clara, qual seja, a de buscar fazer com que a cidade seja do Eu-Nós, onde a dimensão do valor de troca da cidade, como mercadoria, possa substituir-se, no âmbito da política urbana, por sua dimensão dialeticamente complementar a do valor de uso. E mais. Valor de

uso consensualmente alcançado pelo exercício da liberdade praticado por todos” (Idem, p.4).

Na ideia do Eu-nós, a tese encontra bases teóricas, no pensamento dos autores que analisam a transformação que surge a partir da teoria da ação social Weber (Ribeiro,2014).

Para Gramsci (1966), a base das transformações estaria na negociação e no compromisso. Aspectos fundamentais do relacionamento humano, primeiro, porque a negociação é resultante de um diálogo, através do qual se estabelece uma relação e segundo, porque o compromisso desperta um engajamento. Convencido destas ideias, Gramsci criou ainda dois conceitos uteis em intervenções transformadoras: O consentimento ativo e a vontade coletiva. O consentimento ativo seria uma atitude de aprovação consciente dos participantes em um projeto com base em compromissos de cada uma das pessoas envolvidas, e a vontade coletiva, corresponderia a um objetivo atingido após um processo de negociação de interesses entre o sujeito e o projeto comum.

(...) “a elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, não esquece jamais de ficar em contato com os ‘simples’, ou melhor, encontra através deste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e solucionados” (Gramsci,1966, Apud Nunes, 2002, p. 15).

Ana Clara, vai além:

“ É a partir da ação contextualizada (protestos, reivindicações e lutas) que sujeitos sociais vivem a sociabilidade que permite a sobrevivência e, conseguem defender valores culturais recusados pela modernidade tardia” (Ribeiro, 2009, p. 151).

Essa tese, que busca o diálogo, através de um projeto urbano para um bairro existente, tem como princípio, envolver seus moradores nas decisões que poderão orientar futuras transformações com vista em melhorias da qualidade ambiental e de vida. Daí a importância da aproximação do pesquisador com os moradores e

agentes envolvidos, condição que ausente, tornaria o projeto e a pesquisa “esquizofrênica”.

“(...)emerge a partir da auto-organização, onde autonomia, individualidade, complexidade, incerteza, ambiguidade tornam-se caracteres próprios ao objeto. Onde sobretudo, o termo “auto” traz em si a raiz da subjetividade. (...) uma nova concepção emerge da relação complexa do sujeito e do objeto, e do caráter insuficiente e incompleto de uma e de outra noção. O sujeito deve permanecer aberto, desprovido de um princípio de decidibilidade nele próprio; o objeto deve permanecer aberto, de um lado sobre o sujeito, de outro lado sobre seu meio ambiente, que por sua vez, se abre necessariamente e continua a abrir-se para além dos limites de nosso entendimento” (Morin,2005, p. 44).

Recentemente, em 11 de março 2015, na França, o termo “complexidade” tornou-se uma disciplina na École Supérieure des Sciences Économiques e Commerciales - ESSEC. A ideia é de introduzir estudos e aprofundamentos sobre a complexidade da vida e do mundo contemporâneo. A complexidade é calcada no fenômeno da emergência, ou melhor, a necessidade da organização do novo, produzindo qualidades novas. Em seu discurso na aula inaugural da disciplina Edgar Morin diz que vivemos uma época de incertezas, e isto é de fundamental importância para começar a entender a complexidade. Questiona-se os conhecimentos do passado que hoje são reconhecidos como uma ilusão. No passado, o futuro foi visto como uma certeza, um alcançar algo palpável, concreto. Hoje, diferentemente e neste mundo de complexidades, o futuro é calcado na incerteza. E é preciso ensinar a viver dentro da incerteza, enfrentando o problema.

Em seu discurso Morin (2015) lembra que, atualmente, o ensino deve inserir o sentido da incerteza na produção do conhecimento e na compreensão dos fenômenos. Toda decisão insere um risco e, assim sendo, necessita de uma estratégia que beneficie uma linha de ação. E complementa: a estratégia opõe-se ao programa. O uso da estratégia deve adaptar-se às informações e às dúvidas que surgem no processo, e não as adaptar a um programa pré-estabelecido. Ele vê o programa como uma fábrica de objetos onde o sujeito é invisível ou inexistente.

Nos estudos de complexidade, o autor chama a atenção ao sentido de que o todo é mais do que a soma das partes e exemplifica: em uma tapeçaria é possível ver uma figura, se a desmanchamos, os fios por si não mostram nada além de fios. Então, a sociedade, como a tapeçaria, é um todo. O homem é um ser social, biológico e individual. Nesta civilização, atualmente, o ser humano é afetado na sua totalidade. O individualismo é cada vez maior, porém o “eu” depende dos “nós”. Tudo está interligado. O individualismo é insuficiente.

Zygmunt Bauman, em *Fronteiras do Pensamento*⁴¹, respondeu a uma entrevista intitulada: “É possível que já estejamos em plena revolução”. E entre o que ele argumenta, concorda com Morin:

“O mundo, pela primeira vez na história, é interdependente, todos nós dependemos uns dos outros, o mundo é um só país”. No entanto, o individualismo é cada vez maior, e ao mesmo tempo, cresce a insegurança. Bauman diz: “segurança e liberdade se contrapõem, quanto mais liberdade menos segurança, quanto mais segurança menos liberdade”(Programa gravado em 10/08/2011).

Por um lado, nunca será encontrada a solução perfeita para o equilíbrio entre segurança e liberdade; por outro lado, nunca se deixará de buscar uma solução. Atualmente, ele afirma,

“Existe uma rede de amigos, antigamente falava-se em laços de amizade. A diferença entre estas formas de relacionamento é que uma é on line e a outra é off line. Numa comunidade, os laços humanos precedem a pessoa, numa rede, a relação se mantém viva, e depende da facilidade de conectar ou desconectar. Os laços off line são ao mesmo tempo uma bênção e uma maldição. Uma bênção pela satisfação de fazer pelo outro o que é indisponível na rede; uma maldição porque os laços podem levar a uma prisão, impossibilitando outras oportunidades. Cria-se aí, uma situação

⁴¹ *Fronteiras do Pensamento*: projeto cultural que traz ao Brasil conferencistas internacionais para abordar a temática da contemporaneidade. Entrevista publicada em 10/08/2011

ambivalente que se instala entre a segurança e a liberdade, valores fundamentais para a satisfação humana”(Idem).

Para arquitetos e urbanistas, que se qualificam por terem o conjunto sociedade-espço como preocupação central, a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro nos deixou um patrimônio que indica uma alternativa. Ela alerta para a necessidade de entender o lugar onde atuamos, e este entendimento remonta aos relacionamentos mais aproximados, como os laços herdados, porém, com olhar observador, imparcial, intencional e amoroso. Isto é: conhecer para poder cuidar melhor.

Ana Clara nos mostra que na prática, para entendermos o lugar, é necessário conhecer os saberes deste lugar: “ lugar e saberes são verdadeiros nortes reflexivos, que posicionados no presente tem uma implicância no futuro[...]e sinalizam possíveis rumos para a ação social”. E ainda:

“Estas ideias-conceito[...] correspondem a verdadeiras ferramentas para a elaboração de projetos orientados ao descobrimento de relações sociedade-espço conduzidas por racionalizações alternativas[...] Lugar e saber são desta maneira, ideias que conversam com a renovação desejada para a geografia, com os deveres do intelectual público e o valor atribuído a ação. Orientam a busca do sujeito da transformação e de um modelo cívico que favoreça a experiência real da cidadania” (Ribeiro,2013, p.17,18).

Em outra publicação, Ana Clara nos apresenta uma cartografia da ação: um instrumento que pode auxiliar no conhecimento do lugar, do saber, e da conformação do território. Neste sentido, as cartografias convencionais de levantamentos físicos ficam num segundo plano, destacando-se agora, como instrumento de conhecimento e ações, uma cartografia mais humanizada, própria do lugar, a partir das pessoas do lugar.

Ana Clara integra suas ideias apresentadas no livro Cartografias Sociais e Território organizado por Henry Acselrad. Em “O lugar dos mapas nas abordagens participativas”, o planejamento comunicativo e participativo tem por objetivo pensar, organizar e permitir a construção contínua do território:

“Esta forma de planejamento pretende ligar atores e territórios, construir o território com os atores e mobilizar os atores através do território com a hipótese de que, nesta relação, uns e outros mudarão. [...] A construção de um território comum com os atores necessita associar estes últimos, à produção de conhecimentos sobre o território ” (Joliveau,2008, p.54, Apud Ribeiro, 2013).

Continuando com o precioso apoio teórico da Ana Clara, *a cartografia da ação social*, abre possibilidades para quem investiga o lugar - no local.

“A cartografia da ação social é aquela possível de compreensão e de representação do movimento da sociedade, das lutas e de novos desejos, das ações e desejos das bases populares. É a cartografia da ação que representa também o cotidiano da vida coletiva” (Ribeiro, 2004, Apud Silva p.3).

Outra contribuição teórica para essa tese, Catia Antonia da Silva, em trabalho de colaboração com Ana Clara Torres Ribeiro, lembra que:

Uma cartografia que vise a valorização imaginativa dos lugares vividos, onde a vida escorre ou ganha força reflexiva e transformadora. [...] Cartas, mapas, [fotos e maquetes] não aparecem como instrumento isolado ou ilustração; mas sim como ferramenta analítica e como sustento da memória dos Outros” (Silva, 2004).

Ana Clara orienta para uma sistemática sociológica de reconhecimento de uma realidade socioespacial e, Milton Santos, mostra o mesmo conceito sob o olhar do fenômeno geográfico. Do ponto de vista urbanístico, os dois se encontram na práxis do planejamento urbano.

“O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da

natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributária dos imperativos espaciais ” (Santos,1979, p.18).

O espaço da cidade é o espaço da sociedade total.

Os interesses político-imobiliários, com a mínima participação popular, têm retirado da cidade o seu conteúdo social e cultural, fomentando assim, o aumento e a proliferação da criminalidade (inclusive promovendo o encarceramento como política pública!) e a insegurança da população. Nesse contexto, a cidade perde em sociabilidade, ganha em discriminação espacial.

Urge repensar a cidade no seu sentido original: na convivência democrática entre os seus cidadãos.

2. *O papel educador da cidade – urbanidade*

O território como sujeito, e os meios pelos quais se torna possível revelar a voz dos atores sociais, evidencia a potencialidade do papel educador da cidade, remetendo a cidade como território educativo. Nela, seus diferentes espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, que podem, ao assumirem uma intencionalidade educativa, garantir a perenidade do processo de formação dos indivíduos para além da escola, em diálogo com as diversas oportunidades de ensinar e aprender o que a comunidade e seu meio ambiente oferece.

Esse conceito teve seu desenvolvimento no movimento das Cidades Educadoras, que teve início em 1990 com o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona, na Espanha. Nesse encontro, um grupo de cidades pactuou um conjunto de princípios centrados no desenvolvimento dos seus habitantes que orientariam a administração pública a partir da “Carta das Cidades Educadoras”, cuja versão final foi elaborada e aprovada no III Congresso Internacional, em Bolonha, na Itália, em 1994.

A Carta é, ainda hoje, o referencial mais importante da Cidade Educadora, reunindo mais de 450 cidades em 40 países do mundo, incluindo o Brasil. O

movimento compreende a educação como um elemento norteador das políticas da cidade e o processo educativo como um processo permanente e integrador que deve ser garantido a todos em condições de igualdade e que pode e deve ser potencializado pela valorização da diversidade intrínseca à vida na cidade e pela intencionalidade educativa dos diferentes aspectos da sua organização: do planejamento urbano, da participação, do processo decisório, da ocupação dos espaços e equipamentos públicos, do meio ambiente, das ofertas culturais, recreativas e tecnológicas. A carta afirma que:

“A cidade educadora deve exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (econômica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida. As razões que justificam esta função são de ordem social, econômica e política, sobretudo orientadas por um projeto cultural e formativo eficaz e coexistencial”⁴².

Entre o esforço ‘transformador’ de políticas públicas, e o conceito da cidade educadora, existem objetivos comuns e passíveis de se complementar através da pesquisa e da concretude física do espaço. O espaço da cidade concreta que educa, contribui para o desenvolvimento da urbanidade.

Urbanidade: afabilidade; reunião dos costumes, formalidades e comportamentos que expressam respeito entre pessoas; demonstração de civilidade, [...] civilidade, característica do que é urbano, civilizado (Dicionário Aurélio).

Do ponto de vista da geografia humana, pela interdisciplinaridade do tema, e também, do ponto de vista urbanístico, a urbanidade adquire diferentes definições. Todas revelam um teor qualificativo, ou seja, a urbanidade é uma qualidade. Ela

⁴² I Congresso das Cidades Educadoras – Barcelona. Carta das Cidade Educadoras, 1990.

pode ser evidenciada por um grau cortesia e civilidade, ou, quando existe um grau de urbanidade, de acordo com a densidade e a diversidade. (Quadro7).

REFERÊNCIA	TEXTO TRADUZIDO ⁴³
Michel Lussault: Dictionnaire de Géographie, 2003.	Sistema social que agrupa um conjunto de <i>géotypes</i> caracterizados pelo acoplamento específico da densidade da diversidade; uma característica propriamente urbana do espaço.
René Schoonbrodt: « La ville, rien que la ville », Poïesis, nº6, 1997.	Ética da coexistência à qual se deve a possibilidade de viver de maneira positiva, as relações sociais na cidade.
Nicolas Soulier: Cité par Huet M., Le droit de l'urbain : de l'urbanisme à l'urbanité, Paris, Economica, 1998.	O termo urbanidade designa a qualidade de um espaço habitado e compartilhado, que permite acontecer nas relações de vizinhança, de convivência e de encontros, uns com os outros, com cortesia e civilidade.
Jacques Lévy: Le tournant géographique, Paris, Belin, Coll. Mappemonde, 1999	É o que faz de uma cidade ser uma cidade. Cidade: Situação espacial caracterizada pela concentração de uma sociedade em um local (...) de modo a maximizar a densidade e a diversidade das interações sociais.

Quadro 8: Conceitos sobre "Urbanidade".

No processo de desenvolvimento da tese, o grau de urbanidade é diretamente relacionado à duas situações: primeiro, no exercício da cortesia, da solidariedade e democracia, enquanto relações sociais e sua própria diversidade; segundo, quando qualifica os espaços públicos e procura beneficiar o bem-estar social através de um desenho propositivo, transformador e educador. Ambas situações, qualificadoras.

“Utilizo o termo exatamente em seu sentido tradicional e mais corriqueiro – aquele que se refere à cortesia entre pessoas - apenas que aplicado aos não humanos; edifícios, ruas e cidades. Edifícios dotados de cortesia, gentis com o corpo. Ruas e bairros dotados de civilidade, e por aí vai. Ou ao contrário,

⁴³ Tradução: a autora.

situações espaciais onde o corpo sofre ou situações da cidade que foram abandonadas pelo corpo. Situações com baixa urbanidade. A urbanidade é composta, portanto, por algo que vem da cidade, da rua, do edifício e que é apropriado, em maior ou menor grau, pelo corpo, individual e coletivo” (Aguiar, 2012)⁴⁴.

Qualificar o espaço urbano público no sentido amplo e humanista está particularmente associado ao “papel educador” da cidade. E vice-versa. Ambos elementos promovem a boa urbanidade na medida em que é no espaço público que se exerce a cidadania; densidade e diversidade desse espaço público indica a presença da urbanidade e de como se qualifica para possibilitar papel ativo na formação educativa e cidadã da população.

3. *Forma ativa - Forma coletiva - Forma-ativação*

“O urbanismo entendido como planejamento e regulação urbanística não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade apenas [...]” (Maricato 2000, p.112, Apud Santos, 2009).

O urbanismo na realidade concreta incorpora-se ao espaço urbano do território existente e à sua população. Neste sentido, no processo participativo encontra-se uma forma de entender enfrentar a dimensão social e política do território e assim projetar dentro do interesse coletivo. Porém, se a participação é apenas aquela correspondente ao usuário, ela é unilateral e parece reforçar comportamentos que resultam em intervenções que acontecem de cima para baixo. Quer dizer, falta a inter-participação dos agentes envolvidos.

⁴⁴ Arqtextos, 141.08ano 12, mar. 2012. Acessível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.141/4221>. Acessado em 15/06/2015

Do ponto de vista da concretude, a realidade se transforma e também se diferencia em contextos históricos diferentes, em tempo e em espaço.

A expressão do espaço da cidade é tema de discussão entre arquitetos desde os CIAMs, no pós-guerra, no século passado, quando a reconstrução das cidades passou a ser imprescindível.

“A extensa e numerosa demanda de reconstrução das cidades e/ou novas formas de construções e do “habitar” foram base de problematização enfrentada pelos arquitetos e urbanistas que neste período postularam e revelaram seus projetos urbanísticos e de arquitetura moderna em um modelo calcado no funcionalismo” (Cavalcante, 2015).

A cidade que precisou “funcionar” após a destruição da guerra, foi dotada de funções específicas como (habitar, trabalhar, recrear-se e circular), o que gerou a formação das cidades configuradas sob o princípio do zoneamento ainda em plena utilização nos dias atuais.

Houve sim, a crítica: o fim dos CIAMs veio com novas visões de cidade, como a proposta do Team X, em 1956.

A cidade para pessoas, ultrapassou a exclusividade conceitual da funcionalidade, incorporando ao debate, a humanização das cidades e a “questão das inter-relações sociais no espaço construído” (Barone, 2002, p.61).

Fumihiko Maki foi precursor na análise das formas coletivas.

“Nós devemos agora ver nossa sociedade como um campo dinâmico de forças inter-relacionadas. É um grupo de variáveis mutualmente independentes em uma série rápida de infinita expansão” (tradução livre da autora de MAKI, 1964, p. 3).

A *forma coletiva*, foi conceituada por Fumihiko Maki no contexto histórico mundial da década de 1960 revelada pelo seu contato com outras formas de agrupamentos humanos.

Um novo paradigma urbanístico surgiu: a inter-relação entre forma, cidade e história. A concepção arquitetônica urbanística indicava para novos rumos. Fora percebida a relação dos espaços construídos e os espaços comuns de usos coletivos. Uma característica diferenciada da forma hierárquica das ruas do modelo ocidental adotado.

Maki conduz para o conceito de *linkage*, ou seja: fazer ligações. Tais princípios estão presentes no projeto para o bairro Village.

Os espaços se desenvolvem a partir de certos elementos básicos, cujas articulações geram espaços que respeitam a topografia, escala humana e as relações que ocorrem na cidade. Ligar é um ato inerente à forma coletiva.

Na pesquisa sobre a forma urbana das cidades brasileiras, José Claudio Gomes, conceitua a *forma ativa* (Gomes, 2012).

Na sua concepção, a forma ativa resulta das articulações dos elementos que compõem o espaço em um equilíbrio dinâmico, promovendo a adaptabilidade para novas necessidades do cotidiano. O cotidiano é permanentemente instável, uma totalidade aberta e ao mesmo tempo ordenada. As partes constitutivas já trazem em si a própria lei da formação do todo.

É na relação espaço-temporal que se dá a vivência, o cotidiano das pessoas. Quer dizer, na forma ativa, é no cotidiano que se dão as novas necessidades, vindas da própria dinâmica das pessoas.

Ambas as formas, a forma ativa e a forma coletiva, tem algo em comum: é subjacente a presença humana participante na, e da forma resultante.

O presente trabalho guiou-se pelo teste dessas hipóteses. A presença humana é condição absoluta, sendo ela o principal sujeito que é representada por todos os atores participantes. Enquanto a forma coletiva e a forma ativa são categorias de formas perceptíveis de fora para dentro, o processo de desenvolvimento do projeto envolvido nessa pesquisa, procurou-se o contrário, ou seja, de dentro para fora, assim como de baixo para cima, o que implica em um comportamento ativo e interativo do pesquisador com os atores envolvidos. Poderia se arriscar na construção de uma terceira categoria, ou seja: a *forma-ativação*.

1º - A forma coletiva, percepção da forma geométrica resultante de uma complexa manifestação do coletivo (Maki).

2ª- A forma ativa, percepção de um mundo vivo e mutante, cujas regras se constroem na concretude da realidade (Gomes).

3ª- A forma-ativação, a forma resultante de intervenções, interativas, transdisciplinares e transformadoras, de baixo para cima, de dentro para fora (NNN).

A forma-ativação representa a práxis que envereda pelos processos participativos sociais como meio e como fim. Como meio democrático de discutir a cidade. Como fim, propondo a discussão sobre a apropriação da metodologia da pesquisa-ação em pesquisas de arquitetura e urbanismo.

A forma-ativação é subjacente à práxis do pesquisador, na estratégia da prática em ações, nas atitudes e comportamento frente aos desafios revelados pelo grupo social em questão. Refere-se à forma de envolvimento entre o sujeito, o objeto e as ações propostas, intencionais e propositivas. A forma-ativação também é a forma espontânea das relações sociais, em decorrência de outras ações. Nesse sentido, a forma-ativação depende da existência e da co-presença de pessoas. Suas ações e contribuições para o conhecimento e entendimento mais profundo das problemáticas e da elaboração de problematizações. Ela expressa, ao mesmo tempo, uma intenção objetiva e a percepção intuitiva.

A forma-ativação também deve estar presente na integração e articulação das estâncias acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. A transversalidade de saberes corresponde aos princípios fundamentais de uma universidade, articulando e integrando os conteúdos. Assim, também, a teoria e prática no desenvolvimento de projetos, perpassa pela forma-ativação na realidade concreta

“A cidade assim concebida demanda a realização de análises tentativas, abertas e parciais da ação social, orientadas por hipóteses cuja correção será verificada no próprio desenrolar do acontecimento” (Ribeiro, 2013, p.197).

Já no final do século XIX, Martin Buber observou:

“Eis a eterna origem da arte: uma forma defronta-se com o homem e anseia tornar-se uma obra por meio dele. Se for submetida ao critério da objetividade, a forma não está realmente “aí”; entretanto, o que é mais presente do que ela ”? (BUBER,1979, p.11)

4. A Pesquisa-ação e as investigações em urbanismo concreto

Sabe-se que há controvérsias quanto ao uso da metodologia da pesquisa-ação em investigações no âmbito do urbanismo.

Se analisamos na sua origem, de fato, verifica-se que a metodologia da pesquisa-ação não é direcionada às questões da cidade, mas, em geral, a especificidades de políticas públicas, tais como a educação e a saúde.

Cabe, desse modo, iniciar uma reflexão a respeito de uma possível especificidade da metodologia da pesquisa-ação no âmbito da pesquisa urbanística a partir da qual esse projeto-tese-pesquisa se apoiou. Note-se que essa metodologia, a pesquisa-ação, primeiramente aplicada na área da saúde mental, teve seu início após a Segunda Guerra Mundial, assim como, também no mesmo momento histórico, os novos paradigmas da arquitetura e do urbanismo após o IV CIAM, especialmente. Ambas situações, num período de grandes transformações no sistema de vida ocidental.

Anos dourados: década de 1950.

O mundo se bipolariza entre as influências e domínio de duas grandes potências, a União Soviética e os Estados Unidos da América. Neste cenário, o Brasil integra-se ao chamado Terceiro Mundo e adota o estilo de vida *american way of life*, e todas as “facilidades” que ele oferece através de equipamentos mecanizados.

A história das cidades brasileiras, que seguiram a americanização, está cheia de exemplos em que a configuração espacial testemunha essa influência através de

seu desenho de ruas, avenidas e rodovias. Especialmente evidenciado pelas construções das largas vias que impulsiona o uso e a dependência do veículo motorizado. Um modelo de cidade que tem suas repercussões até os dias atuais. Repercussões boas e más, sobre as pessoas, sobre o território, sobre a cidade como *locus* da democracia.

Naquele contexto histórico, o psicólogo alemão-americano Kurt Lewin, desenvolve seus trabalhos de pesquisa de abordagem experimental, de campo, junto ao governo americano. A finalidade dos trabalhos é a mudança de hábitos alimentares da população, assim como a mudança de atitudes dos americanos frente aos grupos étnicos minoritários. Na mesma época, o fordismo entra em fase de forte desenvolvimento na indústria automobilística. A industrialização está em alta, assim como a exploração do operariado e o estímulo ao consumo de bens industrializados.

Para Lewin, o pesquisador só deve tentar modificar a dinâmica de um grupo a partir do consentimento explícito dos membros desse grupo, e ainda, o pesquisador deve assumir dois papéis complementares: de pesquisador e de participante do grupo.

“(...)caminhando para a transformação de uma realidade, implicada diretamente na participação dos sujeitos que estão envolvidos no processo, cabendo assumir os dois papéis, de pesquisador e de participante, e ainda sinalizando para a necessidade dialógica na consciência dos sujeitos na direção de mudança de percepção e de comportamento” (Franco,2005, p. 487).

Ironicamente, piora a vida do operariado. O filme de Charles Chaplin, Tempos Modernos, de 1936, (...) “É considerado uma forte crítica ao capitalismo, stalinismo, nazifascismo, fordismo e ao imperialismo, bem como uma crítica aos maus tratos que os empregados passaram a receber durante a Revolução Industrial”⁴⁵.

Apesar de outros pesquisadores terem caminhado pelo mesmo rumo de métodos de investigação, foi Lewin que deu nome à expressão “pesquisa-ação”,

⁴⁵ Observatório das lutas sociais. Acessível em <http://www.cress-mg.org.br>. Acessado em 10/05/2015

aprofundando-se entre a experimentação científica com a ação social. A pesquisa-ação é dada como um processo cíclico de exploração, atuação, e valorização de resultados. Seus trabalhos, dedicados àquele contexto de desenvolvimento organizacional da indústria dos anos dourados, não muito mais tarde, foram revisados e adaptados por John Elliott, historiador britânico, dessa vez, para a investigação na área da educação. Desde Lewin até Elliott,

“afirma-se que uma importante característica da pesquisa-ação é seu processo integrador entre pesquisa, reflexão e ação, retomado continuamente, sob forma de espirais cíclicas, dando tempo e espaço para que a integração pesquisador-grupo vá se aprofundando. Assim, permitindo-se que a prática desse processo vá, aos poucos, se tornando mais familiar, e também, com um tempo para que o conhecimento interpessoal se aprofunde e, ainda, por meio de tais espirais, dá-se o tempo e espaço para apreensão cognitiva/emocional das novas situações vividas por todo o grupo”(Franco, 2005, p.493).

Para arquitetos e urbanistas, é necessária uma mudança de pedagogia das práxis nas investigações, para as quais, a pesquisa-ação, como um processo eminentemente interativo, vai requerer do pesquisador:

“[...] atitudes problematizadoras e contextualizadoras das circunstâncias da prática; dentro de uma perspectiva crítica sobre as ideologias presentes na prática, tendo por objetivos a emancipação e a formação dos sujeitos da prática” (Idem, p.88).

Na prática, segundo a mesma autora:

- A ação referendada deve estar vinculada a procedimentos decorrentes de um agir comunicativo.
- As ações empreendidas devem emergir do coletivo e caminhar para ele.
- As ações em pesquisa-ação devem ser eminentemente interativas; dialógicas, vitalistas.
- A ação deve conduzir a entendimentos/negociação, acordos.
- As ações devem se reproduzir na produção de um saber compartilhado.

- As ações devem procurar aprofundar a interfecundação de papéis: de participante a pesquisador e de pesquisador a participante, cumprindo assim seu papel formativo; ações devem procurar conviver e superar as relações assimétricas de poder e de papéis.
- Ações devem ser readequadas e renovadas por meio das espirais cíclicas;
- Ações devem integrar processos de reflexão/pesquisa e formação.
- Ações devem se autoproduzir na sensibilidade de diferentes tempos e espaços, emergentes das necessidades vitais do processo.

Observando a forma destas ações, alguma poderia se dizer inadequada para uma pesquisa urbanística?

“ (...)a pesquisa-ação revela-se como uma adequada proposta frente a desafios interdisciplinares quando contemplada diante de múltiplas dimensões – biológica, social, cultural, política, econômica, ética, entre outras” (Toledo, 2014, p.2).

Aqui,

“A interdisciplinaridade se apresenta, portanto, como um pensamento e um campo de conhecimento em construção, alternativo e complementar e, ao mesmo tempo, inovador, pois, além de relacionar saberes, busca a aproximação entre o teórico e o prático, entre o filósofo e o científico, entre ciências e humanidades, e entre ciência e tecnologia” (Ibidp., 17).

Analisadas setorialmente, as áreas da educação, da saúde e do meio ambiente, possibilitam alcances da pesquisa científica dentro de uma especificidade.

Do ponto de vista do urbanismo concreto, a pesquisa é multidisciplinar e integra os vários setores na práxis do cotidiano e no espaço da cidade.

Nas palavras de Milton Santos,

“O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...] o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...] o espaço se define como um conjunto de formas

representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções [...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de umas práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, 1978, p.122- 171).

Considerando que o arquiteto e urbanista tem como objeto de estudo e análise o espaço como um todo geográfico e também como um todo onde acontece a vida social; e considerando que o instrumento de comunicação do arquiteto é o desenho (designo) e o projeto (projétil), é com ele que essa tese propõe dialogar com a comunidade com vistas a um futuro possivelmente melhor. Assim, por intermédio do desenho, vale-se do projeto como instrumento na aplicação da metodologia da pesquisa-ação. Ou melhor. Se nas áreas de educação e saúde, que são áreas setorializadas, os instrumentos de análise estão concentrados (sujeitos e objetos) em escolas e/ou hospitais, na arquitetura e no urbanismo, quando está se tratando de espaço da cidade, pode-se dizer que a pesquisa é territorial, tendo como instrumento de análise e discussão o desenho de um projeto territorial.

Para subsidiar pesquisas afim, a metodologia da pesquisa-ação nas ciências sociais aplicadas, como na arquitetura e urbanismo, duas obras podem fornecer excelentes pontos de partida. São elas: Metodologia da Pesquisa-Ação e Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais. Apesar de serem obras de naturezas diferentes, elas contribuem cada uma na sua especificidade, na forma de desenvolver pesquisas que abordam associações do meio físico e social como objeto único (Quadro 8). A obra de Thiollent (1986) propõe uma metodologia científica que ainda é contestada fora do ambiente saúde-educação, porém, contudo, é incontestável que é um tipo de pesquisa que trata das pessoas dentro do meio e do campo de atuação do pesquisador. Presume-se que tratar das pessoas em seu meio físico é pertinente no campo da arquitetura e do urbanismo. Em Bruyne (1977), a proposta é exclusivamente focada no objeto sociológico. Embora haja convergências, é de se notar que a contraposição entre ambas reflete as múltiplas entradas de desenvolvimento da investigação científica. No caso, envolvendo o projeto urbano.

Metodologia da Pesquisa-Ação Autor: Michel Thiollent 1986	Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais Autores: Paul de Bruyne e outros 1982
É uma pesquisa alternativa à convencional; parte da empiria versus a construção de uma teoria, ao contrário da lógica positivista que sustenta conclusões verdadeiras sobre premissas objetivas.	Há um estado de crise permanente no qual as Ciências Sociais são sede; sustenta-se que seu domínio é refratário a todo método científico cartesiano.
Pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva que é orientada em função de resolução de problemas ou de objetivos de transformação. Busca de compreensão e de interação entre pesquisador e a participação dos membros da situação investigada.	A problemática do campo das Ciências Sociais é multidisciplinar, podendo distinguir múltiplas vias metodológicas, mas também é possível reconhecer uma vontade metodológica autônoma.
A pesquisa-ação, além de participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro.	O campo da pesquisa é lugar prático da elaboração dos objetos do conhecimento.
O processo é elemento fundamental de análise.	Examina o próprio processo de produção.
Sente-se falta de segurança em matéria de metodologia quando se trata de investigar situações concretas. Elas por sua vez, não são rígidas e exigem um retorno cíclico de análise e retorno à situação em questão.	Exige interpenetrações e voltas constantes entre os polos epistemológico, teórico, morfológico e técnico da pesquisa.
Pode existir uma complementariedade entre tipos de pesquisas: Estudos de caso, Estudos comparativos, Experimentações e Simulações.	Podem ser distinguidos 4 polos metodológicos no campo da prática científica: epistemológico, teórico, morfológico e técnico.
Permite uma alternância e/ou uma mudança de rumo na investigação em decorrência da imprevisibilidade relativa à forma de participação dos envolvidos.	Propõe 4 tipos de investigação: a) Estudo de caso; b) Estudos comparativos; c) Experimentações (de laboratório e de campo); d) Simulação em computador.

Quadro 9 – Elementos de metodologia da Pesquisa-ação x Elementos da pesquisa em Ciências Sociais.

Particularmente aplicável no caso aqui discutido, a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica concebida e realizada em estreita associação com uma ou mais ações, ou com a resolução de um problema coletivo no qual o pesquisador e os participantes representativos da situação do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

- Há uma ampla explícita interação entre pesquisador e pessoas implicadas na situação investigada;

- Desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- O objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontradas nesta situação;
- O objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- Há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- A pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende aumentar o conhecimento do pesquisador e o conhecimento ou “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.
- Do ponto de vista científico, a pesquisa-ação aqui, é uma proposta metodológica e técnica que oferece subsídios para organizar a pesquisa social aplicada sem os excessos da postura convencional ao nível da observação, processamento de dados, etc. Com ela, se introduz uma maior flexibilidade na concepção e na aplicação dos meios de investigação concreta.
- A estrutura de raciocínio é subjacente à pesquisa-ação. Não se trata de uma lógica simples, enquadrável em formas conhecidas. Ela é moldada por processos de argumentação ou de diálogo entre vários interlocutores. Não se trata de uma formalização lógica nem a um cálculo de proposições ou à manipulação de variáveis simbolicamente representadas.

Um projeto para o Village. Em se tratando de ação vinculada aos propósitos da requalificação urbana abrange o desenvolvimento da pesquisa em meio à especificidade de uma proposta de transformação espacial de uma porção da cidade de Campinas. A linguagem que a aproxima do coração da comunidade é a arte própria do arquiteto: o desenho. O desenho, que desde os primórdios da manifestação gráfica do ser humano, é a síntese da observação, da representação, da proposição e, para o arquiteto, também é base formal da análise e discussão para o qual e para quem se destina. O espírito da arte, aqui, evoca o estado da

arte, o instrumento da comunicação: o desenho, o destino, o projeto, o projetil. Nas intenções de projeto, a efetividade da comunicação (Habermas, 1984):

“[...] não é a relação de um sujeito solitário com algo no mundo objetivo que pode ser representado e manipulado, mas, a relação intersubjetiva, que sujeitos falam e atuam, assumem quando buscam o entendimento entre si, sobre algo. Ao fazer isto, os atores comunicativos movem-se por meio de uma linguagem natural, valendo-se de interpretações culturalmente transmitidas e referem-se a algo simultaneamente em um mundo objetivo, em seu mundo social comum e em seu próprio mundo subjetivo” (Habermas, Apud PINTO, 1995).

A partir da valorização das ações sociais comunicativas fica uma pergunta: Como lidar, na arquitetura, com a dicotomia entre “obra” de arte e “ciência” da técnica? Como o arquiteto pode articular a prática e a teoria na construção de um pensamento?

Esses dois campos, durante o período do processo dessa pesquisa, sofreram importantes transformações. Elas determinaram o rumo político que a pesquisa tomou, ao que a pesquisadora tornou-se presidente da associação de moradores. Como tal, defende os interesses do bairro, e usa as propostas de projeto também para dialogar com os agentes públicos, no que se revelam graus de hierarquias e divergências de interesses.

A pesquisa ação socialmente crítica, segundo Tripp:

“[...]é uma modalidade particular da pesquisa-ação política e ambas se sobrepõem porque, quando se trabalha para mudar ou para contornar as limitações àquilo que se pode fazer, isso comumente é resultado de uma mudança no modo de pensar a respeito do valor último e da política das limitações; [...] não se busca como fazer melhor o que já se faz, mas busca-se como tornar um pedaço de mundo um lugar melhor em termos de mais justiça social” (TRIPP, 2005, p. 458).

A “teoria de ação comunicativa” (Habermas, Apud Pinto, 1995) aponta para alternativas que se opõem à razão instrumental e à lógica iluminista. Numa mudança de paradigma filosófico, para a teoria da ação comunicativa, é necessário que existam condições básicas para que se estabeleça uma relação de intercompreensão entre os parceiros do processo participativo.

Débora Nunes em sua obra “ Pedagogia da Participação”, de 2002, resume as condições básicas para a ação comunicativa de Habermas:

1. A troca: os parceiros se reconhecem como sujeitos e desejam a troca.
2. Acordos: a busca de entendimento é a forma escolhida para construir o acordo, sem imposição de pontos de vista, sem a utilização de autoridade e poder.
3. Linguagem comum: a compreensão mútua da linguagem é essencial para a intercompreensão. A escuta respeitosa é fundamental e indispensável, bem como a construção de um saber comum. Isto pode acontecer através de conversas, atividades coletivas e outras mais.
4. Valores: as convicções adquiridas durante o processo são baseadas na exigência recíproca de validade nos campos da verdade, da justiça e da sinceridade. A verdade, com base no mundo objetivo; a justiça, no mundo social e na legitimidade de cada um; a sinceridade na autenticidade em relação ao contexto pessoal.

Sandra Rey⁴⁶, artista plástica e pesquisadora, atenta para o fato de que para a pesquisa muito mais que saber respostas é colocar questões. E que o desafio constante para o artista-pesquisador é provocar um avanço, ou talvez, ou um deslocamento.

⁴⁶ In: BRITES, B. e Tessler, E. Org. O meio como ponto zero. Ed. Universidade, P. Alegre, 2002. p. 116.

Essa tese se apropria de alguns instrumentos dados por Sandra Rey, através dos quais podem-se articular princípios para a adequação da metodologia da pesquisa-ação em pesquisa de arquitetura e urbanismo:

“Verbalizar: falar sobre o trabalho, explicar para outras pessoas o que está fazendo;

Criar estratégias: verificar direções que a pesquisa sugere, podendo descartá-las e retomá-las mais adiante. Manter um diário de anotações;

Estar atento às ambiguidades: na obra os contrários também podem se unir. Ficar atento, abrir a percepção ao que à primeira vista para “sem importância”;

Instrumentos para pesquisa teórica: Coletar dados das mais diversas formas. Procurar sempre que possível as informações nas fontes;

Conceitualizar: Fazer uso de obras teóricas utilizando-se de vários campos interdisciplinares, mesclando-os.

“As análises comparativas: tarefa de aproximar o que parece muito diferente e de afastar o que parece muito semelhante;”

“Redigir pequenos ensaios: realizar pequenos exercícios de redação desde a introdução;”

“Apresentar claramente suas ideias: na redação final, organizar bem as idéias. Na introdução, redigir claramente as questões que norteiam a pesquisa.”

“Expressar-se com propriedade: saber quando utilizar eu, nós, e o impessoal na redação, lembrando que a riqueza da pesquisa está na bagagem cultural que se cultiva;”

“Apresentar os resultados de forma criativa: É importante jogar o jogo da Universidade, mas também saber subvertê-lo, se necessário for”(In Idem,p.116-117).

5. Bairro

Recuperando os elementos subjacentes ao projeto-tese-pesquisa, cabe refletir o conceito de bairro, no contexto atual urbano das cidades, no contexto particular do Village Campinas.

Em Lisboa, por exemplo, a cidade é dividida em apenas quatro grandes bairros (Lisboa Oriental, Lisboa Ocidental, Bairro Alto e Bairro Baixo), que reproduzem 43 freguesias, sendo cada uma, representadas por um santo protetor da igreja católica. Os habitantes da cidade reconhecem as áreas pelas freguesias, já a importância dos bairros remete-se apenas a abrigar as funções administrativas e de controle de serviços da Câmara Administrativa de Lisboa.

Na França, o *quartier*⁴⁷ designa uma realidade similar à do bairro que conhecemos no Brasil, embora exista, também, o termo *banlieue*, equiparado aos nossos bairros de periferia nas grandes cidades brasileiras.

Na língua inglesa, *neighbourhood*, refere-se a uma unidade de vizinhança, onde acontecem relações primárias e espontâneas.

No caso em questão, a interpretação do bairro se aproxima a ideia de identificar, e de resgatar por meio do projeto a territorialidade do bairro tal como definida por Lefebvre (1975). O autor interpreta o bairro como forma concreta do espaço e do tempo na cidade, que atua como um módulo social de maior convergência entre o espaço geométrico e o espaço social, entre o quantificado e o qualificado.

“Seria o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e saída entre espaços qualificados e espaço quantificado, o lugar onde se faz a tradução (para e pelos usuários) dos espaços sociais (econômicos,

⁴⁷ *Quartier*. Parte de uma cidade com uma certa unidade. Dicionário Le Robert.

políticos, culturais, etc.) em espaço comum, quer dizer, geométrico. (LEFEBVRE, 1975, p. 200-201).⁴⁸

Essas conceituações abordam estâncias igualmente significativas e indissociáveis da porção bairro existente de uma cidade, quando se trata de conhecer e intervir territorialmente. Assim, o bairro assume :

“[...] um referencial direto e decisivo, pois define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação ou tensão); catalisa a referência simbólica e, politicamente, o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana” (Souza, 1989, p. 140).

Outras autoras⁴⁹ questionam se o bairro é uma unidade técnica ou popular. Elas dizem que um bairro se define ou individualiza por três elementos: paisagem urbana, conteúdo social e função. A paisagem urbana refere-se às construções, ruas e espaços livres em geral, o conteúdo social refere-se à população e seu modo de vida e a função refere-se à atividade básica dentro da cidade, por exemplo, residencial. Um quarto elemento é mencionado que seria o sítio, o lugar e sua história. Assim sendo, passado, presente e futuro estão ligados à população residente, uma vez que ela é a protagonista corporificada e também o sujeito coletivo que atribui forma ao bairro por ele identificado.

Na Carta do Novo Urbanismo, de 1996, a noção de bairro diz respeito ao seguinte.

“[...] um referencial para arquitetos e urbanista quando se almeja uma requalificação de comunidade ou bairro inter-relacionada com um centro

⁴⁸ BEZERRA, J. A. In: “ Como definir bairro”, Revista Brasileira de Geografia, v.1, n1. RGN, 2011.

⁴⁹ TEIXEIRA, Marlene P.V. e MACHADO, Rosa M.“ Conceito de Bairro- Unidade popular ou técnica”. Anuário do Instituto de Geociências-UFRG-1986

urbano maior, geralmente nas periferias que se criaram devido ao grande aumento do número de habitantes” (Andrade, 2013, p. 2).

O conceito de Novo urbanismo, procedente da escola americana, adequa-se a comunidades e bairros que podem ser requalificados, em Campinas, como em outras grandes cidades brasileiras. Bairros que são frutos de loteamentos implantados nas décadas de 1970 e 1980, sem que a legislação vigente obrigasse ao empreendedor a instalação completa dos serviços básicos de infraestrutura. O novo urbanismo contribui para o conceito de bairro se admitidos alguns de seus princípios básicos como: facilidades para pedestres, conectividade com a cidade, diversidade de uso, diversidade de moradias, qualidade arquitetônica e urbanística, transporte público adequado, princípios sustentáveis de reutilização de águas pluviais e resíduos orgânicos, energias alternativas e bem-estar social.

A relevância desses conceitos relativos à definição do que seja um “bairro” vem de um questionamento quanto à escala que ele assume relacionado à gestão pública. No Brasil, o bairro assume uma pequena escala de poder apenas, e somente apenas, se tiver constituído uma associação de bairro que, por sua vez, pode ter um maior trânsito representativo junto ao poder municipal para dialogar ou encaminhar reivindicações de demandas. Recentemente, nas eleições municipais de prefeito e vereadores (Outubro 2016), as associações de bairro, por exemplo, tiveram também, a oportunidade de promover encontros entre moradores e candidatos à câmara municipal e prefeitura.

Essa prática poderia ter sido mais incentivada para contribuir numa construção de politização dos eleitores, e principalmente para entender e atender às necessidades coletivas acima dos pessoais, assim:

(...)o bairro é entendido como uma unidade política, analisando a real dimensão deste fonema, ou seja, “seria o palco do cotidiano, a arena de lutas imediatas e o referencial organizador do espaço”. (SOUZA, 1989, p. 153)⁵⁰.

⁵⁰ SOUZA, M. J. L. de. O bairro contemporâneo: ensaio e abordagem política. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 51, n.2, p.139-172, abr./jun. 1989

O cotidiano se dá, portanto, no referencial organizador do espaço – o bairro. Em Campinas, as associações de bairro mostram que tem algum poder representativo junto aos gestores públicos. É necessário, porém, que essa articulação – associação e poder público – seja mais valorizada pelos moradores do bairro, assim como pelo Estado. Para tanto, um exemplo facilmente aplicável, é a utilização da estrutura existente da “Escola de Governo e Desenvolvimento do Servidor- EGDS da Prefeitura Municipal de Campinas - Secretaria Municipal de Recursos Humanos - para motivar e intensificar, através de cursos específicos, esse tipo de articulação. Fato é que a EGDS oferece cursos abertos com vários temas de interesse, mas não fornecem incentivos ou subsídios para fomentar as associações de bairro, no sentido de um maior diálogo e possibilidades de intervenção, nem tampouco de difundir ações de projeto fomentadas nas bases aqui propostas.

O bairro Village, caminha atualmente, para o *status* de “Grande Village”. Isso se dá através de reuniões entre as instituições locais e representantes de bairros vizinhos que estão preocupados com o futuro dessa região que é eminentemente agrícola e constitui o cinturão verde (ao norte) da cidade de Campinas.

6. *Espaços livres públicos*

Não faltam espaços livres no Village, tanto públicos como privados. Não faltam indivíduos preocupados e ocupados com esses espaços. O que falta são espaços livres de qualidade, especialmente os públicos. Os espaços públicos carecem de uma fiscalização efetiva dos gestores públicos. No Village, as intervenções de manutenção se restringem à terraplanagem de ruas e raras limpezas de áreas de praças. Dado esse descontrole, são percebidos abusos e descontroles. Na ausência de calçadas, proprietários que avançam sobre as áreas públicas. Alguns lotes abrigam várias unidades habitacionais, quando seria permitida apenas uma unidade. Os equipamentos esportivos, construídos pelos próprios moradores, são praticamente privatizados mesmo que em áreas públicas. Diante desses flagrantes, o bairro Village é dado como um “bairro esquecido e sem solução” por uma parcela de moradores que, ao invés da união, praticam isolamento ou, o que é mais grave, ações contrárias às manifestações coletivas que reivindicam melhorias. Daí o ar de “terra de ninguém”. Valas nas ruas provocadas pelo despejo de águas usadas.

Prática de queimas de podas. Descuido com o depósito de lixo. Abandono desumano e irresponsável de animais (cães, gatos, e até cavalos), mesmo que são.

Partindo do pressuposto que os espaços livres, público e privado, são espaços contíguos, e apenas interrompidos por construções, públicas e privadas, então, ele torna-se um só espaço. É a partir deste conceito de continuidade de espaços livres, públicos e privados, que se propõe, no projeto, um modelo de apropriação dos espaços de forma compatível com a possibilidade da sustentabilidade socioespacial. Se entendidas como um único espaço, o indivíduo se apropria do espaço público enquanto continuidade do espaço próprio, possibilitando, aos moradores e a tudo que é vivo nas ruas e praças, meios concretos para a transformação de comportamentos e mentalidades.

É a ideia banal. Cada indivíduo colabora em solidariedade com o próximo, oferecendo espaços generosos, sendo parte no todo. Como disse em um de seus discursos, Mahatma Gandhi “Você deve ser a mudança que você quer para o mundo”. Se cada *Nós-eu*, fizer por si, também fará por todos, e a construção de uma rede colaborativa surgirá.

No espaço da cidade, a rede coletiva se revela quando existe integração, respeito às diferenças, solidariedade entre os elementos que a constituem. Abrigado nesse contexto, a generosidade espacial, que além do espaço físico, contém os direitos da cidadania. Apesar de ser um dos principais ideólogos da “cidade global”, é razoável concordar com Jorge Borja (2006) quanto aos princípios que propõe para se alcançar desenvolvimento e a legitimação desses direitos sociais urbanos. Para o autor, dependem de um triplo processo.

- 1- Um processo cultural, de elaboração e hegemonia de valores que estão na base desses direitos e de explicação e especificação dos mesmos;
- 2- Um processo social, de mobilização para conseguir sua legalização e a criação dos mecanismos e procedimentos que os tornarão efetivos;
- 3- Um processo político-institucional, para formalizá-los, consolidá-los e desenvolver políticas que os tornarão efetivos (BORJA, 2006, p.82).

Espaços livres públicos, providos de elementos educativos, sejam eles informativos ou interativos, contribuem na boa e saudável relação homem-espaço. Socialização e lazer, nessa relação estão diretamente interligados a liberdade, o respeito e a igualdade social. É notável que, em 1975, no Congresso da União Internacional de Arquitetos – UIA, em Madrid, já estava lançada a preocupação dos arquitetos para o tema do próximo congresso que teria lugar na Cidade do México. O tema lançado: Lazer. Há mais de quarenta anos, portanto, essa temática tomava lugar nas discussões sobre o futuro dos espaços das cidades, e em especial, os espaços livres públicos, e o lazer. Discussão que permanece, guardadas as condições atuais e as especificidades locais.

No caso do Village, um aspecto é evidente: o espaço público de lazer é inexistente. Na proposta para revisão participativa da LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, de Campinas (em fase de aprovação), o Village é considerado como ZONA PERIURBANA – ZP⁵¹. Neste contexto, e, considerando a tradição agrônômica de Campinas, as características rurais da região, e o potencial em desenvolvimento de turismo rural, o projeto previu a implantação de uma “Agrovila- Escola de Permacultura”. O sítio ‘ideal’, segundo Bill Mollison, fundador da Permacultura, seria exatamente como a área proposta pelo projeto para o Village:

“ Um terreno com inclinação leve, de frente para o sol;(...) o planejamento por zonas trata do posicionamento dos elementos de acordo com a quantidade ou a frequência em que os utilizamos ou necessitamos visitá-los. Áreas que precisam ser visitadas todos os dias (estufa, galinheiro, jardim) são localizadas mais próximas, enquanto que locais visitados menos frequentemente (pomares, pastagens, arvoredos) são posicionados mais adiante” (Mollison,1994 p.22).

⁵¹ Tem como objetivo preservar e melhorar a qualidade de vida de bairros com ocupação periurbana existentes, tipo chácaras e usos não residenciais e mistos, de comércio local e turístico, visando a transição com áreas rurais ou de preservação ambiental. Fonte : Produto 5 da revisão da LUOS – Campinas 2016.

A possibilidade de implantação desse espaço-educador reforça a característica rural da região sem, no entanto, ter que se submeter às condicionantes e padrões das áreas urbanas mais densas. O conceito formal corresponde ao rural-urbano, ou *rurbano*, uma superposição de usos, uma multiplicidade de vidas animal e vegetal. O rurbano não é rural e também não é urbano. É uma sobreposição duas formas em um só ambiente, onde prevalece a área agrícola que cumpre essa função urbana.

A proposta de um espaço *permacultural* no Village visa, portanto, atribuir um conceito geral de qualificação do espaço livre público, valorização do turismo como força econômica e incentivo de valores de sustentabilidade socioambiental. Reafirma-se, assim, a importância do planejamento das áreas públicas da cidade, no sentido de lhes atribuir um caráter de acolhimento e proporcionando um lazer prazeroso, socializante, educativo, cidadão, e de características que contemplem a urbanidade.

IV. Considerações finais

“Projeto urbano: instrumento de diálogo?”

Sim.

A concatenação de teoria, empiria e técnica, correspondem à hipótese através de um projeto. Ele, o projeto, como jornada investigativa, não se encerra nesse trabalho. Ao contrário, os resultados levantam outras questões. Questões que podem em muito colaborar em trabalhos que incentivem a integração entre moradores de um determinado bairro da cidade com a gestão municipal.

O processo de desenvolvimento da tese revela que associações de bairros podem ter grande influência no desenho da cidade, uma prática que pode ser estimulada pelas prefeituras, incluída nos planejamentos participativos, principalmente na requalificação de áreas já ocupadas e consolidadas, com baixa qualidade espacial. Para tal, o reconhecimento do “bairro” é, por excelência, a unidade territorial a ser evocada. A experiência vivenciada mostra que entremeios, entrelinhas e entre ações, a tessitura do território se revela. Os espaços são explicados pela história que dos moradores, pelas transformações e pelo próprio território que revelam um imenso mosaico de acontecimentos e saberes locais.

É notável, no entanto, a forma como a Prefeitura de Campinas, através de seus funcionários e técnicos, demonstrou que a última coisa que a Prefeitura quer é enfrentar demandas bem-feitas, bem articuladas e, principalmente, com o apoio da população.

A possibilidade que por hora se apresenta, pode estar na revisão do Plano Diretor e nas suas propostas (zoneamento e outras possíveis ações) que são, por força da lei (Estatuto da Cidade), discutidas em audiências públicas. Nestas audiências, o bairro (ou os bairros) que tiverem propostas decididas coletivamente pelos moradores pode apresentar suas ideias e batalhar para sua incorporação ao Plano Diretor. Essa possibilidade pode contribuir no processo de produção do espaço público como apropriação coletiva, proporcionando a criação de âmbitos de segurança, uma proximidade de relações sociais, maior cuidado com o meio ambiente e o seu entorno.

Outra forma que a municipalidade deve dar mais atenção é a maneira como faz uso de algumas políticas públicas compensatórias que, se aplicadas aleatoriamente, ao invés de contribuir, podem prejudicar. É o caso, em Campinas, e, especificamente no Village, dos exemplos concretos apresentados como aplicação de TAC e TCA, assim como a equivocada desafetação de terreno implementada sem a consulta dos principais interessados: os moradores.

O projeto-tese-pesquisa mostrou que apesar das dificuldades encontradas durante todo o processo de investigação e diálogos articulados entre moradores e a municipalidade, foi através do projeto que submergiram alternativas de melhorias, aspirações e desejos.

Não se pode apresentar respostas matemáticas, mas uma reflexão a respeito do trabalho do arquiteto quando ele problematiza situações concretas em territórios existentes no seu cotidiano, com toda a complexidade que constrói as interações entre agentes sociais e condições sócio-físico-culturais. Assim, parece possível “enfrentar a complexidade do cotidiano no cotidiano”. Ser arquiteto territorial, um agente entre outros tantos, comuns, aos que usam e praticam aquele território.

Com vistas no futuro e na requalificação do bairro, e considerando a sua dinâmica, o envolvimento do arquiteto foi fundamental. Ele é impulsionado a assumir papéis junto à forma ativa-coletiva. A partir desse “papel”, que é político, ideológico e simbólico, o pesquisador pode, enfim, praticar ações e o enfrentar às reações consequentes, como as surgidas em relação aos usos das praças do bairro, ainda demandando discussão com o poder público. Por mais espontâneo que pareça, a rica economia campineira ainda abriga enorme discrepância entre a visão de projeto da municipalidade e a concepção de futuro da população.

Espaços públicos são para pessoas. Merecem devida atenção, planejamento e discussão com os agentes envolvidos, principalmente por quem irá usufruí-los. É o que se pretendeu apresentar. Os resultados escancaram descaminhos, paradoxos extremos, o que não é mais razoável, admissível, tolerável no século XXI, em Campinas, São Paulo, Brasil. E não deverá ser assim em lugar algum do mundo – mesmo nos desertos que vi quando criança. As soluções técnicas isentas

da realidade local, reveladas pelo poder público, e a realidade concreta do uso dos espaços entremeados na dinâmica do cotidiano.

Nesse sentido, o trabalho aponta reflexões inadiáveis a respeito da formação do arquiteto no que se refere ao ensino, à pesquisa e à extensão. Ainda que inserido no campo das ciências aplicadas, o aprendizado do ofício não pode mais ser entendido como formação de um sujeito externo às problematizações concretas do sujeito coletivo; como decorrência da satisfação da vaidade ou restrito apenas ao interesse particular que se traduz em projetos monumentais frequentemente desarticulados dos lugares onde se pretende implantá-los. Não se quer com isso, relegar ao segundo plano o repertório acululado pelos grandes projetos arquitetônicos-urbanísticos. A intenção, conclusiva, é confirmar e reconfirmar, é praticar, praticar e praticar a aproximação da arquitetura e do urbanismo ao mundo concreto de projetos de espaços destinados ao homem, e não para funcionamento da economia.

Cabe igualmente, uma discussão quanto a elaboração de uma metodologia com base na pesquisa-ação que possa ser aplicada ao desenvolvimento de investigações urbanísticas. A tese propôs, com seu desenvolvimento, que o projeto territorial seja indissociavelmente atrelado à forma-ativação, ao desenho como instrumento de diálogo.

A forma-ativação é subjacente à práxis do pesquisador, na estratégia da prática em ações, nas atitudes e comportamento frente aos desafios revelados pelo grupo social em questão. Refere-se à forma de envolvimento entre o sujeito, o objeto e as ações propostas, intencionais e propositivas. A forma-ativação também é a forma espontânea das relações sociais, em decorrência de outras ações. Nesse sentido, a forma-ativação depende da existência e da co-presença de pessoas. Suas ações e contribuições para o conhecimento e entendimento mais profundo das problemáticas e da elaboração de problematizações. Ela expressa, ao mesmo tempo, uma intenção objetiva e a percepção intuitiva.

É o que se quer.

V. Bibliografia (Referências citadas e/ou consultadas)

ABASCAL, E. Ordenamento territorial e planos urbanísticos: o equilíbrio territorial como ética. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view>. Acessado em 3/4/2016

ACSELRAD, Henri (Organizador), Cartografias Sociais e Território, IPPUR/UFRJ, Coleção Território, ambiente e conflitos sociais; n. 1, 2008.

ACSELRAD, Henri (Organizador). Planejamento e território, ensaios sobre a desigualdade. IPPUR/UFRJ. Ano 1, nº 1, 1986.

AGUIAR, Douglas, Arqutextos, 14108, ano 12, março 2012. Acessível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/12.141/4221>. Acessado em 15/06/2015.

ALEX, S. Projeto da Praça-Convívio e exclusão no espaço público. São Paulo, Editora SENAC, 2011

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. RJ, 2ª edição, Ed. FGV, 2004.

ALEXANDER, Christopher. Urbanismo y Participación. Barcelona. Gustavo Gili, S.A., 1978.

ANDRADE, Giovani M. e outros. Princípios do novo urbanismo do desenvolvimento sustentável de bairros brasileiros. Seminário Nacional de Construções Sustentáveis-NEPES, IMED, Brasil. 2013

ANTUNES, G. Plano de Desenvolvimento do Bairro: Uma Metodologia Participativa. Centro de Estudos de Arquitectura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa. Estudoprevio Nº 4, 2013.

AREDNT, Hannah. A condição humana. Forense-Universitária. RJ. 1981.

ASCHER, François. Os novos princípios do urbanismo. SP. Romano Guerra Editora, 2014.

BADARÓ, Ricardo. Campinas, o despertar da modernidade. UNICAMP, Campinas, 1996

BARONE, A.C.C. Team 10, Arquitetura como Crítica. São Paulo, Editora Annablume, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. Programa Sem Fronteiras. A individualização da sociedade contemporânea. Publicado em 10 de agosto de 2011.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 258p. Disponível em: <http://www.fronteiras.com/canalfrenteiras/entrevistas/> Acessado em 6/6/2016

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

BEZERRA, J.A. In: Como definir bairro. Revista Brasileira de geografia.v.1, n1.RGN,2011

BÔAS E GISELDA (ORG.), Pesquisas em Conservação e Recuperação Ambiental no Oeste Paulista, 2004. Acessível em <http://iflorestal.sp.gov.br>. Acessado em 15/06/2015

BORJA, Jordi. Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio Borja Arquitectos nº072. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/06.072/353>> Acesso em: 23/01/2015

BRITES, B. e Tessler, E. Org. O meio como ponto zero. Ed. Universidade, P. Alegre, 2002.

BRUYNE, Paul e outros. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais. 3ª edição Francisco Alves Editora, RJ,1977.

BUBER, M. Eu e TU. Introdução e Tradução Newton Aquiles Von Ruben. Ed. Cortez & Moraes. São Paulo, 1979.

BUBER, M. Do diálogo e do dialógico. Coleção Debates São Paulo, Editora Perspectiva, 1982.

CAMPOS, C.M.F. Reinvente seu bairro. Caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo, Editora 34, 2010

CANDOLETTA, Viviane. Questões estruturais e conjunturais dos loteamentos em São Paulo: o caso do Loteamento Village Campinas. Trabalho de Iniciação Científica. Orientador: Manoel Lemes da Silva Neto. 2015

CARR, S.e outros. Public Space. Cambridge University Press, 2009

CAVALCANTE, Débora, Solidariedade na Forma Ativa. Trabalho de Iniciação Científica. Orientador: Manoel Lemes da Silva Neto. 2015

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano: morar, cozinhar. 9ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CHAUI, Marilena, Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular no Brasil, SP, Ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.COSTA, Ana Maria da. Participação social: em busca de processos projetuais participativos relacionados a intervenções nos espaços urbanos. Tese de Doutorado em Desenvolvimento urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

CORBETT, J. AND M. Designig Sustainable Communities. Washington, DC, Island Press, 2000.

COSTA, Ana Maria. Espaço Físico Urbano e a participação Social: A importância da Compreensão dos Conceitos. Revista de Direito à Cidade. Vol.06.nº 01, p. 168-179. 2014.

ELLIOTT, J. Madrid: Ediciones Morata,1990

FARR, D., Urbanismo Sustentável- Desenho Urbano com a Natureza. Porto Alegre, Bookman Editora LTDA, 2013

FERCOMERCIO.Plano de Desenvolvimento do Bairro: Uma metodologia participativa. São Paulo: Fischer2; [disponível online a 29/12/2013 <http://goo.gl/1aCHNR>]

FONSECA,R.B. e Outros(ORG.) Livro verde. Desafios para a Gestão da Região metropolitana de Campinas. NESUR.UNICAMP. Campinas.2002

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra. 45ª edição, R J, 2005.

GARBOGUINI, Flavia Brito. UNICAMP.pdf - tese de doutorado, 2010

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo, Editora UNESP, 1990.

GOMES, José Claudio. Aproximações à forma urbana. Relatório de pesquisa realizada no triênio 1993-1996, FAU- BAURU, UNESP

GOMES, José Claudio. In Revista Oculum, N 15, J7un. 2012

GONÇALVES, M.; SEMEGHINI, U. Uma metrópole Singular In: FONSECA, Rinaldo Barcia, DAVANZO, Aurea M. Q. e NEGREIROS, Rovenia M. C, (Org.) Livro Verde: Desafios para a gestão da Região metropolitana de Campinas. UNICAMP.IE, 2002.

HABERMAS, J. The theory of communicative action. Vol 1. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press. 1984

HERZOG, Cecilia P. Ciudades para todos. RJ, MAUAD Editora LTDA., 2013.

Histórico do urbanismo de Campinas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/doc/historico.pdf>, acessado em 11/11/2016

HOLAHAN, Charles, J. Psicología Ambiental. Un enfoque general. Universidad de Texas, Austin. Editorial Limusa, S.A. de C.V. Grupo Noriega Editores, México D.F, 2012.

HOLMGREN, D. Permacultura-Princípios e caminhos além da sustentabilidade. Austrália, Editorial Via Sapiens, 2002

HUTCHISON, E. O Desenho no Projeto da Paisagem. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2011.

KAHTOUNI, S. (ORG.) e outros. Discutindo a Paisagem. São Carlos, SP, Rima Editora, 2006.

KENWORTHY, Jeffrey R. The eco-city: ten key transport and planning dimensions for sustainable city development. ENVIRONMENT & URBANIZATION Vol 18, p.67-85. No 1 April 2006. <http://eau.sagepub.com/content/18/1/67.short?rss=1&ssource=mfrLECLERCQ>, C. L'Architecture et son rôle éducatif. Paris: Éditions TRIADES, 1979.

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

LECLERCQ, Christian. L'Architecture et son rôle éducatif, Éditions TRIADES, Paris, 1979.

LEFEBVRE, H. In: Que Recorte Territorial Podemos Chamar de Bairro ? : O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife . *Versión en portugués*. Disponível em Revista de Urbanismo. Nº 09, Marzo, 2004. <http://revistaurbanismo.uchile.cl>

LEONELLI, Gisella C. A construção da Lei federal de parcelamento do solo urbano 6.766. Tese de doutorado, São Carlos, 2010.

MACHADO, M. H. F. Urbanização e Sustentabilidade Ambiental: Questões do Território. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, v.3, p. 81-95, nov. 2000.

MAKI, F. Investigations of Collectives Form. Disponível em <https://library.wustl.edu/wp-content/uploads/2015/04/maki-entire.pdf>

MANGABA, Danilo. Da cartografia do chão à cartografia da ação: subsídio de técnicas cartográficas para o desenho de estratégias de ação territorial em Campinas. Trabalho de Iniciação Científica. Orientador: Manoel Lemes da Silva Neto. 2015

MEIRELLES, Lopes Hely. Direito administrativo brasileiro. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 1988.

MENDES, Rosilda. Cidades Saudáveis no Brasil e os processos participativos: os casos de Jundiá e Maceió. Tese de Doutorado. Faculdade de da Saúde Pública, USP. SP. 2002.

MIRANDA, Z.A.I.: As terras que a Cidade engoliu. In: FONSECA, Rinaldo Barcia, DAVANZO, Aurea M. Q. e NEGREIROS, Rovená M. C. (Org.) Livro Verde UNICAMP- IE, 2002)

MOLLISON, B.; SLAY, R. M. Introdução à permacultura. Tyalgum - Austrália: Tagari Publications, 1994.

MORIN, E. Conférence de lancement de la chaire Edgar Morin de la complexité, evento transmitido ao vivo em YOUTUBE em 11 /mar/2014, publicado em YOUTUBE em 14/mar/2014. Fonte: <http://www.essec.fr>.

MORIN, E. Conférence Sans Tabou: Edgar Morin rencontre Jean-Michel Blanquer sur l'éducation – ESSEC, 25/ Nov /2014, publicado em YOUTUBE em 30/nov 2014. Fonte: <http://www.essec.fr>.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Porto alegre, Editora Sulina, 2005.

MORIN, E. Ciência com Consciência, Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 2010.

MORIN, E. e Outros Ética, Solidariedade e Complexidade. São Paulo. Ed. Palas Athena, 1998.

NUNES, Debora. Pedagogia da Participação: Trabalhando com comunidades. Salvador, UNESCO Quarteto Editora, 2002.

OSEKI, J. H.; PELLEGRINO, P. R. M. Paisagem, Sociedade e Ambiente. In: PHILIPPI, A.; et al.(org.) Curso de Gestão Ambiental. São Paulo: Ed. Manole, 2004. p. 485-524.

PINTO, José Marcelino de Rezende, A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração

escolar, SCIELO, Feb./Aug. 1995, disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1995000100007>, acessado em 15/8/2016

POGGIESE, Atílio Héctor. Declaração de Buenos Aires. Por una ciudad justa. CADERNOS IPPUR/UFRJ v. 22, n. 2, p. 273-278, Aug./Dec. 2008. http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/caderno_2008_2.pdf

PEREIRA, M, BERALDO, A – Bambu de corpo e alma. Canal 6 Editora, Bauru, SP, 2008

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS – Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo -1996. Campinas: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAMA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS – Plano Diretor 2006

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS – Revisão do Plano Diretor 2016

PROJETO TÉCNICO: Jardins de chuva. Soluções para Cidades. Fundação centro tecnológico de hidráulica. Disponível em http://solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/04/AF_Jardins-de-Chuva-online.pdf.

PRONSATO, Sylvia A.D. Arquitetura e Paisagem: projeto participativo. Annablume Editora. Comunicação, SP, 2005.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

RANFOLF, V. Novas arenas e novas escalas para o planejamento da expansão metropolitana dos grandes centros latino-americanos- Tecnologia de informação e comunicação e reorganização territorial. Disponível em <bibliotecavirtual.clacso.org.ar> Acesso em 27/12/2014.

REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo, Via das Artes, 2006.

REY, Sandra. Em “O meio como ponto zero”. In: TESSLER, E. e Outras. O meio como ponto zero-Metodologia da pesquisa em artes plásticas. Poro Alegre, Ed. Universidade UFRGS, 2002

RHEINGANTZ, Paulo Afonso (Org.). Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo, São Paulo: Editora Contracapa,2002.

RIBEIRO, Ana Clara. Cartografia da ação social -Região latino-americana e novo desenvolvimento urbano, 2009.

RIBEIRO, Ana Clara T.R. Por uma sociologia do presente: ação, técnica, espaço. Vol. 5. RJ, Letra Capital Editora, 2013.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Teorias da ação. RJ, Letra Capital.2014.

- RIBEIRO, Ana Clara Cartografia da ação social: pequeno ensaio e método. <https://docs.google.com/file/d/0By1DYFPclamKTWtaR0ZKdmNTQ0E/edit>
- RIBEIRO, Ana Clara T. e outros. Pensamento vivo de Ana Clara T. Ribeiro: compreendendo contextos, abordagens, conceitos e proposta metodológica da Cartografia da Ação Social. <http://www.redobra.ufba.br/>
- RIBEIRO, Ana Clara T. Homens lentos, opacidades e rugosidades. Contraponto, <http://www.redobra.ufba.br/>
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. Revista Brasileira de Educação Médica. V.24, N1, jan/abr.2000
- ROSELAND, M. Toward Sustainable Communities. Canada, New Society Publisher, 2005.
- RIBEIRO, A.C.T. Sociologia do presente, volume II, Rio de Janeiro, Letra Capital, 2013a.
- RIBEIRO, A.C.T Sociologia do presente, volume V, Rio de Janeiro, Letra Capital 2013b.
- ROGERS, R. Cidades para Um Pequeno Planeta. Barcelona: Gustavo Gili, 2001. cap. 1-5.
- RYKWERT, J. A Sedução do Lugar – A história e o Futuro da Cidade. São Paulo - SP: Martins Fontes, 2004.
- SANOFF, H. Special issue on participatory design –Editorial Design Studies, Vol. 28, Issue 3, maio 2007, p. 213-215
- SANOFF, H. Multiple view of participatory design. 131-143, Middle East Technical University Journal of Faculty of Architecture (23.2). Metu/JFA, 2006.
- SANOFF, H. Community Participation methods in Design and Planning. Canada. John Wiley & Sons, Inc., 2000.
- SANTOS, C.N.F. A cidade como um jogo de cartas. São Paulo, Projeto Editores Associados, 1988.
- SANTOS, C.N.F (COORD.) Quando a rua vira casa. São Paulo, Projeto Editores Associados, 1985.
- SANTOS, José Lázaro de Carvalho, Reflexões por um conceito contemporâneo de urbanismo, 2009. Disponível em <http://www.ceap.br/material/MAT0506201055312.htm>. Acessado em 5/5/2017.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo- Globalização e meio técnico científico - informacional, Hucifer, São Paulo, 1994.
- SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XIII, nº 2, 1999a, p. 15-26, acessível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

- SANTOS, M. Espaço e sociedade. Editora Vozes, 1979
- SANTOS, Santos. Espaço e método. São Paulo, Nobel, 1985. (Espaços)
- SANTOS, Santos. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. (Geografia: teoria e realidade)
- SERPA, Ângelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo; Contexto,2007.
- SILVA, Catia Antonia, Cartografia da ação social: limites e possibilidades da contribuição do fazer geográfico. Acessível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org>. Acessado em 10/05/2015
- SILVA, M.L. e, SIGNORELLI, C. F. O urbanismo a partir do outro. ANAIS ANPPUR XIX – Rio de Janeiro, Maio de 2011
- SILVA, M.L. e, SIGNORELLI, C. F Por um urbanismo a partir do outro. Arquitectos. 140.06 ano12, jan. 2012.
- SILVEIRA, Carmen B. Cidades Saudáveis? Alguns olhares sobre o tema. RJ. Fiocruz, 2014.
- SOUZA, Maria Adélia de. (Organizadora) Território Brasileiro, usos e abusos. Campinas, Editora território Brasileiro, 2003.
- SOUZA, M.A.- Anotações de aula, 2004.
- SOUZA, M.J.L.O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. Revista Brasileira de Geografia. IBGE, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 1 a 180, abr. /jun. 1989. Acessível em <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acessado em 05/10/2015.
- SANTOS, M. O retorno do território. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282 Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>
- SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo - SP: EDUSP, 1978/2002.
- SIGNORELLI, Carlos Francisco, SILVA NETO, Manoel Lemes da O urbanismo a partir do outro. Ano 12, jan. 2012
- Configurações espaciais da urbanização contemporânea: adensamento urbano, sistemas de espaços livres e constituição da esfera pública no Brasil. Campinas: PUC-Campinas, fev. 2014. Mimeo. (Relatório de pesquisa).

Disponível em:

Camargo, Danilo Mangaba de; Silva Neto, Manoel Lemes da. Da cartografia do chão à cartografia da ação: subsídios de técnica cartográfica para o desenho de estratégias de ação territorial em Campinas (Resumo expandido). In: XX Encontro de Iniciação

Científica, 2015, Campinas. **Resumos...** Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2015. 1 CD-ROM. (ISSN 1982-0178). **(Documento n.º 407; CD-ROM n.º 43)**

Candoletta, Viviane; Silva Neto, Manoel Lemes da. Questões estruturais e conjunturais de loteamentos em São Paulo: o caso do Village Campinas (Resumo expandido). In: XX Encontro de Iniciação Científica, 2015, Campinas. **Resumos...** Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2015. 1 CD-ROM. (ISSN 1982-0178). **(Documento n.º 406; CD-ROM n.º 43)**

SOMEKH, Nadia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. 2 ed. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

SOUZA, Maria Adélia de. Organizadora. *A Metrópole do Futuro*. Campinas, Edições Territorial, 2008.

SOUZA, 2012, Anotações de aula. (Mimeo.) s.d., s.l.

TAUK, S. M. (organizadora). *Análise Ambiental: Uma visão Multidisciplinar*. Rio Claro - SP: Editora UNESP, 1990.

TEIXEIRA, Marlene P.V. e MACHADO, Rosa M. Conceito de Bairro - Unidade popular ou técnica". Anuário do Instituto de Geociências-UFRG-1986. Acessível em em Anuário do Instituto de Geociências-UFRG-1986. Acessado em 5/10/2015.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

TOKER, Z. Recent trends in community design: the eminence of participation. *Design Studies* 28, 2007

TOLEDO, Renata F, GIATTI, Leandro L., JACOBI, Pedro R. *A Pesquisa-ação em estudos interdisciplinares: análise de critérios que só a prática pode revelar*. Interface, comunicação, saúde, educação, 2014

TRIPP, David. *Pesquisa-ação: uma introdução metodológica*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.31, n.3, p. 443-466. Set/dez 2005

TUAN, Y. *Espaço e lugar – a perspectiva da experiência*. Londrina, PR, Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? IPPUR/UFRJ. ANAIS Anpur 200. Disponível em <<http://www.unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2147>> Acesso em: 23/01/2015

VALÉRY, P. *Eupalinos (ou o arquiteto)*. São Paulo, Editora 34 LTDA, 1996

VASCONCELOS, A. *Infraestrutura verde aplicada ao planejamento da operação urbana*. Curitiba, Editora e Livraria Appris, 2015.

VEIGA, J. E. O prelúdio do desenvolvimento sustentável. In: OLIVA, P. M. (Org.). *Economia Brasileira - Perspectivas do Desenvolvimento*. S. Paulo - SP: Centro Acadêmico Visconde de Cairu, 2005. v. 1, p. 243-266.

WILHEIM, Jorge. *Cidades: o que há de novo?* Revista AU –Edição 137, agosto 2005.

WHYTE, W. The Social Life of Small Urban Spaces. New York, Project For Public Spaces, 1980.

ZENHA, R.M.; FREITAS, C.G.L. (cord.) Anais do seminário de Avaliação de Projetos do IPT: Habitação e Meio Ambiente – Assentamentos Urbanos Precários. São Paulo - SP: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, 2002. Coleção Habitare.

Outras referências:

Lei Federal 6766/79 – Parcelamento do Solo.

GRAPROHAB. Acessível em <http://www.habitacao.sp.gov.br/secretariahabitacao/downloads/graprohab/manual-orientacao.pdf>. Acesso em 22/03/2017.

Fazenda Monte d'Este. Acessível em http://nekkeypedia.org.br/index.php/Dazenda_Tozan. Acesso em 11/11/2015.

Prefeitura Municipal de Campinas – SEPLAMA – Disponível em www.campinas.sp.gov.br

Carta das Cidades Educadoras. 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras. Disponível em: <http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2013/10/Carta-Portugues.pdf>.

Jardins de chuva-Projeto técnico. Soluções para Cidades. Fundação centro Tecnológico de Hidráulica. Disponível em http://solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/04/AF_Jardins-de-Chuva-online.pdf.

Vida e Cidadania. Gazeta do Povo. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/em-uma-semana-21-quilos-de-lixo>.

Observatório das Lutas Sociais. Disponível em <http://www.cress-mg.org.br>. Acessado em 10/05/2015.

Tecnopav Engenharia, <http://infraestruturaurbana.pini.com.br/solucoes-tecnicas>

Le Robert Micro. Dictionnaire de la langue française.

Vídeos:

- A Modernidade líquida – Entrevista à Zygmunt Bauman. Acessível em https://www.youtube.com/watch?v=GTu_bycoEEw

- A fluidez do 'mundo líquido' do Zygmunt Bauman. Acessível em <https://www.youtube.com/watch?v=7P1MAZXFG0>

- O Mundo Global visto do lado de cá – Documentário com Milton Santos. Acessível em https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM
- Debates Territorio y movimientos sociales O retorno do território Apresentação por Maria Adélia Aparecida de Souza

VI. ANEXOS

ANEXO 1- Cálculo da bacia de retenção da Praça dos Ipês

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar os cálculos hidrológicos para o dimensionamento de uma bacia de retenção no bairro Village Campinas, em uma planície de inundação existente, onde se fez uma avaliação de sua capacidade de armazenamento de água visando o amortecimento das ondas de cheia na bacia de contribuição, reduzindo, assim, os picos de vazão para um evento crítico chuvoso.

A bacia de retenção proposta está localizada em um córrego sem denominação, afluente da margem esquerda do rio Atibaia, pertencendo, portanto, à bacia hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (UGRHI 5).

A Figura 1 ilustra a localização da planície de inundação, do córrego sem denominação, do rio Atibaia e do Village Campinas.



Figura 1. Localização da área de estudo.

Fonte: Google Earth (Data da Imagem: 06/07/2016).

2. PLANÍCIE DE INUNDAÇÃO

As planícies de inundação ou planícies fluviais são as áreas localizadas ao longo dos cursos d'água, que sofrem periodicamente inundações, devido ao extravasamento do leito menor do rio, sendo também denominadas "leito maior do rio". Como características, apresentam solos aluviais e orgânicos, baixas declividades e forte influência do nível do lençol freático, que pode determinar condições de encharcamento permanente. Popularmente, são chamadas de várzeas.

Segundo TUCCI (2000), os rios geralmente possuem dois leitos, o leito menor onde a água escoar a maior parte do tempo e o leito maior, que é inundado periodicamente. A planície de inundação ou várzea envolve, portanto, o leito menor e maior do curso d'água. Abaixo, é realizada uma definição dos leitos abrangidos pela planície de inundação, e na Figura 2 é apresentada uma ilustração das situações verificadas.

- **LEITO DE VAZANTE:** está incluído no leito menor e é utilizado para o escoamento das águas baixas. Frequentemente ele serpenteia entre as margens do leito menor, acompanhando o talvegue, que é a linha de menor declividade do terreno.
- **LEITO MENOR:** é bem delimitado, encaixado entre as margens geralmente bem definidas. O escoamento das águas nesse leito tem a frequência suficiente para impedir o crescimento da vegetação.
- **LEITO MAIOR PERIÓDICO OU SAZONAL:** área regularmente ocupada pelas cheias, pelo menos uma vez a cada ano.
- **LEITO MAIOR EXCEPCIONAL:** por onde correm as cheias mais elevadas, as enchentes. É submerso em intervalos irregulares, mas, por definição, nem todos os anos.
- **TERRAÇOS:** são áreas situadas em posição elevada em relação ao curso d'água atual, não sendo recoberto nem mesmo nos períodos de maiores enchentes. São constituídos de argilas, areias, areias siltsas, podendo apresentar ou não cascalhos e matacões. São secos e apresentam nível freático mais profundo. São feições descontínuas ao longo dos vales.

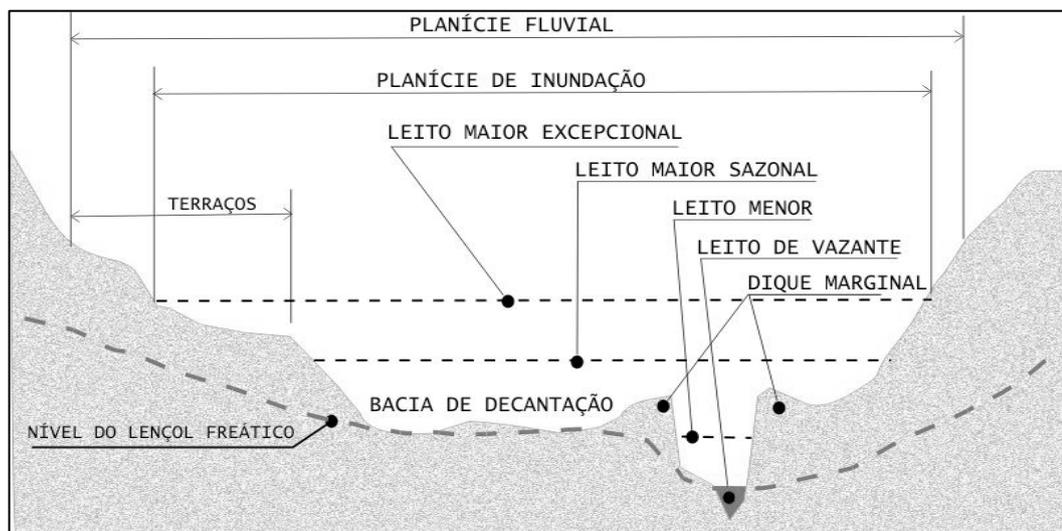


Figura 2. Representação esquemática de uma seção transversal de uma planície fluvial.

Fonte: CHRISTOFOLETTI (1980) e INSTITUTO GEOLÓGICO (1993), adaptado.

Observação: O nível do lençol freático varia ao longo do ano (época das chuvas ou de estiagem).

3. ESTUDOS HIDROLÓGICOS

3.1. ÁREA DE DRENAGEM

A área de drenagem da bacia de contribuição da bacia de retenção foi calculada por meio da digitalização da planta do IGC (Figura 3), escala 1:10.000 e está representada na Tabela 1.

Objeto de Estudo	Área de drenagem (km ²)
Bacia de Retenção	0,650

Tabela 1. Área da bacia de contribuição da bacia de retenção.

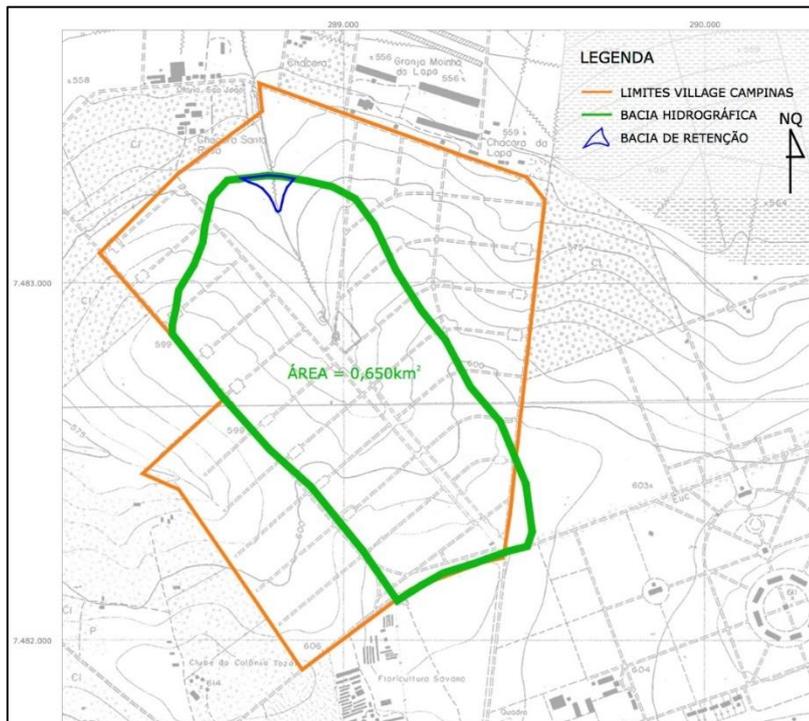


Figura 3. Delimitação da bacia de contribuição a partir da carta do IGC.

Fonte: IGC, 1979 (072/099 – Bairro Tanquinho Velho; 073/099 – Bairro Bananal)

3.2. METODOLOGIA

Para elaboração dos cálculos de vazão de cheia, adotou-se o Método Racional, modelo largamente utilizado em projetos de drenagem em bacias que não apresentam complexidade e com áreas de até 2 km², sendo que suas hipóteses para o cálculo da vazão

de pico considera uma chuva de intensidade constante ao longo do tempo (duração considerada), e uniformemente distribuída ao longo de toda área da bacia de contribuição.

O tempo de duração da precipitação adotado para a bacia de retenção é igual ao tempo de concentração de sua respectiva bacia de contribuição.

O Método Racional é dado pela seguinte expressão:

$$Q = \frac{C \times Im \times A}{3,6} \quad (1)$$

Q = vazão de pico (m^3/s)

A = área da bacia (km^2)

C = coeficiente de escoamento superficial (adimensional)

Im = intensidade média da precipitação (mm/h)

Os cálculos dos parâmetros necessários para a aplicação do Método Racional estão apresentados a seguir.

3.2.1. TEMPO DE CONCENTRAÇÃO

O tempo de concentração para a bacia em questão foi calculado pelo método de Kirpich I, dado pela seguinte expressão:

$$T_c = 0,0196 \times \left(\frac{L^3}{h}\right)^{0,385} \quad (2)$$

L = comprimento da linha de drenagem (m)

h = diferença de cota entre o início e fim da linha de drenagem da bacia (m)

A Tabela 2 apresenta o resultado obtido.

Objeto de Estudo	Tc (min)	L (m)	h (m)	Cota início	Cota fim	Tc (h)
Bacia de Retenção	18,88	1.373	46	613	567	0,31

Tabela 2. Tempo de concentração calculado pela fórmula do Kirpich I.

3.2.2. DETERMINAÇÃO DO COEFICIENTE DE ESCOAMENTO SUPERFICIAL (C)

O coeficiente da bacia é dado em função do tipo de cobertura existente no solo e expressa o percentual de escoamento superficial esperado em função dessa cobertura. O valor do coeficiente de escoamento superficial C varia de 0,05 a 0,95 onde no limite inferior encontra-se a situações máximas permeabilidade e no limite superior condições de total impermeabilidade.

Considerou-se a totalidade da bacia urbanizada, sendo o coeficiente adotado apresentado na Tabela 3.

Objeto de Estudo	Uso do Solo	Área (m ²)	%	Intervalo de C	C adotado
Bacia de Retenção	Residências Isoladas	650.447	100,00%	0,30-0,50	0,50

Tabela 3. Valor de C adotado para a bacia de retenção.

Fonte: CHOW, 1962 e SOUSA PINTO et. al, 1976.

3.2.3. CHUVA DE PROJETO E TEMPO DE RETORNO

O tempo de retorno é o tempo médio em anos esperado para que um evento seja igualado ou superado. Para o presente projeto, adotou-se um período de retorno de precipitação $Tr = 100$ anos, um evento que ocorre uma vez a cada cem anos, ou seja, um evento crítico do ponto de vista hidrológico.

A chuva de projeto utilizada foi à equação intensidade-duração-frequência (i-d-f) para a região de Campinas, proposta por Vieira (1981), contida na publicação “Equação de Chuvas Intensas do Estado de São Paulo” (DAEE-CTH, 2014), cuja expressão encontra-se abaixo:

$$Im = (t + 20)^{-0,9483} \times 42,081 \times T^{0,1429} \quad (3)$$

Im = Intensidade média da precipitação (mm/min)

Tr = Tempo de retorno da precipitação (anos)

d = Duração da chuva (min)

O valor da intensidade média da precipitação, dado em função do período de retorno e da duração da chuva, encontra-se na Tabela 4.

Objeto de Estudo	t (min)	Tr (anos)	I (mm/min)	I (mm/h)
Bacia de Retenção	18,88	100	2,53	151,51

Tabela 4. Intensidade média de chuva considerada para a bacia de retenção.

Fonte: Vieira, 1981 (DAEE, 2014)

3.3. CÁLCULO DA VAZÃO DE PICO

Com aplicação do Método Racional, calculou-se a vazão de pico da bacia de retenção, considerando-se um tempo de retorno de chuva de 100 anos. A Tabela 5 apresenta o resultado obtido.

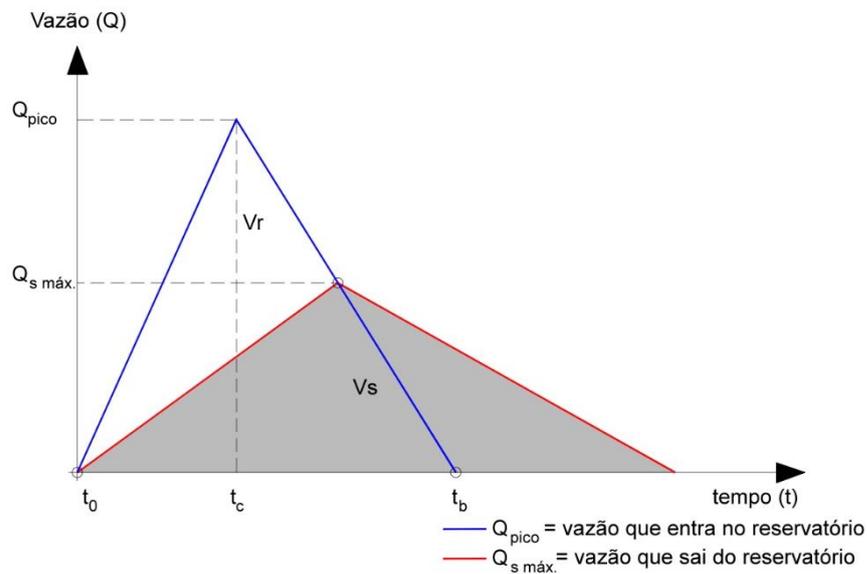
Objeto de Estudo	Q (m ³ /s)	A (km ²)	Im (mm/h)	C	Tr (anos)
Bacia de Retenção	13,69	0,650	151,51	0,50	100

Tabela 5. Vazão de pico estimada na seção de controle da bacia de retenção calculada pelo Método Racional.

De acordo com a Tabela acima, tem-se que a vazão de entrada na bacia de retenção é de 13,69 m³/s.

3.3.1. DETERMINAÇÃO DA VAZÃO DE SAÍDA DA BACIA DE DETENÇÃO CONSIDERANDO O AMORTECIMENTO DO RESERVATÓRIO

Para o cálculo da vazão de saída da bacia de retenção, adotou-se a metodologia que considera o hidrograma de cheia como sendo triangular e de base igual ao triplo do tempo de concentração, conforme ilustra a Figura 4.



V_r = volume de reservação

V_s = volume que sai pelo vertedor

t_b = tempo de base = $3 \times t_c$

Figura 4. Características do hidrograma triangular adotado para o cálculo da vazão de saída do barramento.

Pela Figura 4, tem-se:

$$Vol. \text{ arm} = \frac{3 \times (Q - Q_{\text{s máx.}}) \times t_c}{2} \quad (4)$$

$Vol \text{ arm}$ = volume da cheia armazenado no reservatório (m³)

Q = vazão de pico do hidrograma triangular de cheia (m³/s)

$Q_{\text{s máx.}}$ = máxima vazão de saída pelo vertedor (m³/s)

t_c = tempo de concentração da bacia (seg.)

O eixo da bacia de retenção foi locado no ponto de inflexão de uma curva de nível (que possui equidistância de 5,00 metros no mapeamento do IGC), sendo que a área resultante foi estimada calculando-se a área que ficou confinada entre a bacia de retenção e a primeira curva de nível superior. Neste caso, definiu-se que a bacia de retenção terá altura útil máxima de 5,00 metros.

Tendo um valor estimado de área e altura útil máxima da bacia de retenção, a capacidade ou volume de espera foi estimada com a utilização do fator $\alpha=0,4$, que representa a proporção do volume de água possível de ser armazenado em comparação com o volume máximo em uma condição de “piscina”, onde o volume é dado pela multiplicação da área alagada pela altura.

Dessa forma, a fórmula para a estimativa do volume máximo da bacia de retenção é dada por:

$$Vol. = \alpha \cdot A \cdot h \quad (5)$$

Vol. = Volume de espera da bacia de retenção (m³)

A = Área inundada na altura máxima (m²)

h = altura máxima da bacia de retenção (m)

O presente cálculo visa o pré-dimensionamento da bacia de retenção, e a simulação hidrológica da bacia na escala 1:10.000. Caso da execução da mesma, deverão ser elaborados projetos executivos com base em levantamentos topográficos detalhados da área destinada a abrigá-la, buscando atingir o volume de espera determinado no presente trabalho. Ainda mais, cabe dizer que os parâmetros de cálculo deverão ser os mesmos adotados pelo DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica, órgão responsável pela emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos no Estado de São Paulo.

Conforme critérios definidos anteriormente, a Tabela 6 apresenta o volume máximo acumulado definido para a bacia de retenção.

Objeto de Estudo	Área (m ²)	Altura Útil Máxima (m)	Volume Máximo Acumulado (m ³)
Bacia de Retenção	5.762	5,0	11.524

Tabela 6. Volume estimado para a bacia de retenção.

Assim, a Tabela 7 apresenta o valor de saída da bacia de retenção (Qs) após o efeito do amortecimento. O valor de vazão (Q) apresentado corresponde à vazão proveniente do escoamento superficial da sua área de contribuição.

Objeto de Estudo	Qs max (m ³ /s)	Q (m ³ /s)	Varm (m ³)	Tc (seg)	Tr (anos)
Bacia de Retenção	6,91	13,69	11.524	1.133	100

Tabela 7. Vazão de saída da bacia de retenção.

De acordo com a Tabela acima, tem-se que a vazão de saída da bacia de retenção é de 6,91 m³/s, o que demonstra um amortecimento de 6,78 m³/s, ou seja, a implantação da bacia de retenção reduz em 50% a vazão de pico, o que demonstra a importância desse dispositivo de controle de cheia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, propôs-se a implantação de uma bacia de retenção para o controle da drenagem urbana, com essa premissa efetuou-se a simulação hidrológica.

Como demonstrado anteriormente, a implantação da bacia de retenção é de fundamental importância para a redução das vazões de pico.

A implantação da bacia de retenção com capacidade para armazenar um volume de aproximadamente 11.500m³, possibilitaria uma redução de 50% na vazão de pico demonstrando a importância e viabilidade da estratégia de controle de macrodrenagem representada pelo amortecimento das ondas de cheia nessa bacia.

Visto a necessidade de se garantir uma segurança no funcionamento da bacia de retenção proposta, recomenda-se que os dispositivos hidráulicos de extravasão sejam dimensionados para uma precipitação com um Tr = 500 anos, conforme critérios do DAEE.

Finalmente, ao analisar a questão hidrológica de forma integrada com os aspectos ambientais, espera-se configurar uma ferramenta de planejamento necessária para o desenvolvimento sustentável da bacia, fornecendo as bases, dentro do escopo do trabalho, necessárias para tanto, de maneira a contribuir para a melhoria da qualidade de vida e ambiental na bacia onde está inserido o loteamento Village Campinas.

5. RESPONSABILIDADE TÉCNICA



Cintia Maria Baldrighi
Eng^a. Civil – CREA: 5061932037

6. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

CANHOLI, Aluísio Pardo. “Drenagem Urbana e Controle de Enchentes”. 2005. São Paulo. Ed. Oficina dos Textos, 302p.

CHRISTOFOLETTI, A.; Geomorfologia, PUC- Campinas, SP, 1980.

DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica “Guia Prático para Projetos de Pequenas Obras Hidráulicas” DAEE, São Paulo, SP, 2005, 116 p.

DAEE-CTH. “Equações de chuvas intensas para o Estado de São Paulo”, São Paulo, SP, 2014, 283p.

NETTO Azevedo, “Manual de Hidráulica”, 8ª Edição, Editora Edgard Blucher Ltda., São Paulo, SP, 1998, 669 p.

GENOVEZ, Abel Maia. “Avaliação dos métodos de estimação das vazões de enchentes para pequenas bacias rurais do estado de São Paulo”, Tese (Livre Docente) – Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 1991, 225p.

OLIVEIRA, P.S.G. “Estudo das várzeas visando o controle de cheias urbanas e a restauração ecológica: o caso do Parque Linear do Ribeirão das Pedras, em Campinas, SP.”, Tese de Doutorado, Faculdade de Engenharia Agrícola, UNICAMP, 2004, (no prelo).

TUCCI, C.E.M, organizador “Hidrologia – Ciência e Aplicação” – Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH, Editora da Universidade UFRGS, 2ª edição, Porto Alegre, RS, 2000.

ANEXO2 - Autorização para exposição de trabalhos acadêmicos

(a) CENTRO DE SAÚDE VILLAGE

Av. Francisco Candido Xavier, 546, Yillage, Campinas, SP. e

Prezado Senhor,

Vimos solicitar autorização para realizar uma exposição de trabalhos de paisagismo desenvolvidos pelos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas, para as Praças do Bairro Village de Barão Geraldo e dos trabalhos do Trote Solidário realizado pelos alunos do Grupo PET/FAU, sob coordenação da Prof^ê Ivone Salgado.

Pretendemos que a exposição seja realizada no mês de agosto de 2014, na sede da Sub-Prefeitura de Barão^DGeraldd; no espaço "Agiliza Barão", tendo como marceiros a Escola Estadual Dora Kanso, o Centro de Saúde Village e a AMPROVIC, que é a

associação de moradores do Village.

A exposição será coordenada pela Prof^ê Noemie Nelly Nahum da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/PUC-Campinas, e-mail: nellyhum@puc-campinas.edu.br

Contando com a atenção e à disposição para eventuais esclarecimentos, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,


Regina Gomes Coordenadora C. S. Village

Coordenadora do Centro de Saúde Village

Oza Regina Celia N. Gomes
CRM 60.645
Médica
Coordenadora C. S. Village

(b) ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PROPRIETÁRIOS DO VILLAGE CAMPINAS- AMPROVIC

Exmo. Sr. Valdir Terrazan DD. Sub-Prefeito de Barão Geraldo

Campinas, 16 junho de 2014

Prezado Senhor,

Vimos solicitar autorização para realizar uma exposição de trabalhos de paisagismo desenvolvidos pelos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas, para as Praças do Bairro Village de Barão Geraldo e dos trabalhos do Trote Solidário realizado pelos alunos do Grupo PET/FAU, sob coordenação da Prop Ivone Salgado.

Pretendemos que a exposição seja realizada no mês de agosto de 2014, na sede da Sub-Prefeitura de Barão Geraldo, no espaço "Agiliza Barão", tendo como parceiros a Escola Estadual Dora Kanso, o Centro de Saúde Village e a AMPROVIC, que é a associação de moradores do Village.

A exposição será coordenada pela Prop Noemie Nelly Nahum da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/PUC-Campinas, e-mail: nellvhum@puc-campinas.edu.br

Contando com a atenção e à disposição para eventuais esclarecimentos, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,



Paulo Faccio

Paulo Faccio /

Presidente da AMPROVIC

(c) ESCOLA ESTADUAL PROP DORA MARIA MACIEL DE CASTRO KANSO

Exmo. Sr.

Valdir Terrazan

DD. Sub-Prefeito de Barão Geraldo

Campinas, 16 junho de 2014

Prezado Senhor,

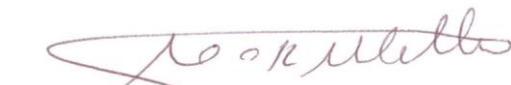
Vimos solicitar autorização para realizar uma exposição de trabalhos de paisagismo desenvolvidos pelos alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas, para as Praças do Bairro Village de Barão Geraldo e dos trabalhos do Trote Solidário realizado pelos alunos do Grupo PET/FAU, sob coordenação da Prof^a Ivone Salgado.

Pretendemos que a exposição seja realizada no mês de agosto de 2014, na sede da Sub-Prefeitura de Barão Geraldo, no espaço "Agiliza Barão", tendo como parceiros a Escola Estadual Dora Kanso, o Centro de Saúde Village e a AMPROVIC, que é a associação de moradores do Village.

A exposição será coordenada pela Prof^a Noemie Nelly Nahum da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/PUC-Campinas, e-mail: nellyhum@puc-campinas.edu.br

Contando com a atenção e à disposição para eventuais esclarecimentos, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,



Luciana Gerbasi
Diretora da EE Dora Kanso

ANEXO 3 –



CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Esta carta tem a intenção de dialogar com a população de Barão Geraldo e Campinas sobre a situação atual do bairro Village Campinas, localizado no extremo de Barão Geraldo.

O Village vai completar 41 anos, foi criado pelo decreto n. 4.564 de 14/11/74 que criou também os bairros Taquaral, Nova Campinas e outros bairros da cidade. O Village Campinas é um pedaço de perímetro urbano dentro de uma grande área rural. Com aproximadamente 600 lotes e cerca de 2000 moradores, o valor médio de IPTU está em torno de R\$1.000,00 (mil reais) e estamos longe de conquistar benfeitorias necessárias e importantes para o desenvolvimento do bairro, que sempre sofreu muito com o descaso da administração municipal em todas as áreas.

Todas as nossas ruas são de terra e a única manutenção que recebemos é através do trator da sub-prefeitura que mais atrapalha do que nos ajuda. **Não existem calçadas**, algumas ruas tem desnível de até 03 metros de altura, **ruas paralelas são cheias de buracos com entulhos, pregos, ferros e lixo de todo tipo** e a via principal, por onde circula o ônibus, necessita de **pavimentação URGENTE!!!**

Nossa rede de água só chegou a alguns anos e ainda não foi concluída. Somos abastecidos diariamente por caminhões pipas, que **não garantem a qualidade da água muito menos o abastecimento**, pois sofremos com **falta de água diariamente**, fato desmentido pela SANASA mas comprovado por quem vive lá.

Também **não possuímos rede de esgoto** e não temos previsão de que isto aconteça. Estamos reféns da SANASA que alega que seremos atendidos com a construção do mega empreendimento imobiliário,

“Condomínio Fazenda Santa Paula” que tem como contrapartida a instalação de uma rede de tratamento de esgoto local, mas ainda sem previsão de início e conclusão.

Somos atendidos por **02 linhas de ônibus**. A linha 374 – Jockey Club, com intervalos de **90 minutos** e que **deixou de nos levar até o Centro de Campinas** e a linha 322 – Village, tem intervalos de **50 minutos** e **quebram diariamente devido as condições precárias dos veículos**. São apenas 02 ônibus que quebram diariamente e agora também **param por falta de combustível**.

Devido à distância, **assaltos também assustam o bairro**. Nos últimos 30 dias registramos assaltos, sequestro relâmpago e assassinato, além do constante **roubo dos fios de telefone** que nos deixa mais isolados.

Nossa **escola deixou de ter ensino noturno** e muitos jovens pararam de estudar por não terem condições de pagar o transporte.

Nosso **Posto de Saúde está em prédio alugado e totalmente desapropriado para a função**. Atende uma população de 6 mil habitantes de 09 bairros do Distrito. Já temos área para construção de novo PS, mas também é uma **obra sem previsão**.

Para finalizar, **não temos praças e áreas de lazer**.

O que podemos esperar desta gestão municipal e das outras que estão por vir???
Nossos protocolos não surtem efeitos e as solicitações no 156 também deixam a desejar pois esbarram na burocracia e falta de vontade política em resolver os problemas.

Esperamos que a prefeitura de Campinas de a atenção necessária para minimizar e resolver nossos problemas e que não tenhamos que esperar outras décadas por serviços básicos e necessários.

Obrigado pela compreensão.

ANEXO 4 - **Ações virtuais:** Discussão no aplicativo *Facebook*

Uma discussão: Após mais de 10 anos, é apresentado pela Prefeitura de Campinas, o projeto da nova UBS VILLAGE com sede própria. A AMPROVIC solicita que você verifique os anexos e dê a sua opinião. Nele estão duas propostas: Uma, da AMPROVIC, e outra apresentada pela prefeitura. Depois de tanto tempo, e também, de análise para a forma mais adequada para a sua implantação, estamos num impasse frente a uma "espécie de ameaça" ao ser questionada a posição do terreno desafetado pela prefeitura. Ela alerta para a perda da verba para construção, caso haja mudança. Porém, equivocadamente, a posição do terreno bloqueia o acesso ao interior da área da Praça 1, e cria outros inconvenientes para os moradores, para os usuários e para o bairro como um todo. Veja quadro e imagens no anexo. A AMPROVIC acredita que isso deve ser discutido e aprovado pela comunidade local, com todo o respeito à todas as opiniões. (Figuras 37 e 38)

A discussão repercutiu em 19 respostas, sendo 4, das mesmas pessoas que estavam presentes na apresentação aos moradores, como abaixo:

Nelly Nahum: Lembrando que se trata de equipamentos públicos que durarão muito anos, devendo trazer melhorias para o bairro VILLAGE.

Ramalho: Mas, UBS é o quê?

Santos: Unidade Básica de Saúde (posto de saúde)

Janaína Ramalho: Obrigada, Ana !!!!

Fabiana Ubinha Almeida: Confio nas propostas da AMPROVIC.

Emerson Saldanha Silva: UBS é o novo postinho de saúde do Village

Cecilia Alejandra: R. Parra da Silva Bem melhor a proposta da AMPROVIC

Cintia Baldrighi: Apoio a proposta da AMPROVIC

Matheus Vieira de Luca: Muito bem colocado Nahum. O projeto que a prefeitura apresentou na minha opinião não faz sentido pois força os automóveis a darem uma volta desnecessária para ter acesso a UBS e Escola, levando grande tráfego para as ruas residenciais o que trará mais problemas com as vias, pó entre outros... já se fizerem uma entrada para a UBS como proposto no seu projeto os automóveis acessarão apenas a entrada do bairro não trazendo maiores problemas para a população.

Voto no projeto da AMPROVIC sem sombra de dúvida!

Ângela Guedes Apoio ao projeto da AMPROVIC

Roberto Duarte de Luca: Apoio a proposta da AMPROVIC.

Ana Cláudia Dos Santos: Tb concordo com o projeto da Amprovic. Mesmo porque já dá para imaginar q, se construírem conforme o q a prefeitura quer, a área q ficará atrás do UBS corre o risco praticamente concreto de ficar como está ou virar local de despejo de detritos.

Miguel: Todo apoio ao projeto da AMPROVIC.

Danilo Negreti: Lutar Sempre Projeto fantástico. Parabéns Nelly. Acho que seria importante, assim que passar as eleições municipais, buscar apoio de vereadores para a proposta da AMPROVIC. Sem dúvidas a proposta é melhor do que a feita pela prefeitura.

Matheus Vieira de Luca: Não seria o caso de fazer outro abaixo assinado?

Silvia Ramos: Acho que sim. Vamos fazer de tudo pra q nosso projeto seja feito!

Matheus Vieira de Luca: Acredito que teremos bastante apoio!!!

Lucimara Mendes: Essa área é do lado da escola Dora Kanso

Nelly Nahum: Não Lucimara Mendes, é a área ao lado da Casinha, na entrada do bairro.

Lucimara Mendes: Ah!!! Achei muito melhor o projeto da AMPROVIC.

Rodolfo Ueda: Desculpe a ignorância, mas o que é uma UBS?

Ana Cláudia Dos Santos: Unidade Básica de Saúde (posto de saúde).

Carlos Eduardo De Carvalho Zunino: E vai ter votação ou abaixo assinado em algum lugar?

ANEXO 5 - TEXTO DE APRESENTAÇÃO DA EXPOSIÇÃO EM BARÃO GERALDO CAMPINAS SP

EXPOSIÇÃO NA SUBPREFEITURA DE BARÃO GERALDO, CAMPINAS - SP

ESTUDOS DE PROJETOS PAISAGÍSTICOS PARA PRAÇAS DO BAIRRO VILLAGE-CAMPINAS

A disciplina de PAISAGISMO do 2º ano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas tem o prazer de apresentar projetos realizados entre 2008 e 2014 para espaços livres públicos no bairro Village-Campinas.

Entre os trabalhos realizados no bairro estão:

- Oficina: Prática Complementar de Formação “Paisagismo Produtivo”. Local: EE Dora Kanso, 2008;
- Estudo preliminar para Praça dos Ipês. Local: Praça dos Ipês, 2010;
- Trote Solidário PET- FAU – PUC Campinas. Local: EE Dora Kanso, 2013;
- Estudo preliminar para Praça da Escola. Local: Praça em frente EE Dora Kanso, 2013;
- Estudo preliminar para Praça da Saúde. Local: Praça ao lado do Centro de Saúde Village, 2014.

A exposição pretende compartilhar com a população os trabalhos realizados em disciplina acadêmica que tem como objetivo o exercício de desenvolvimento de projetos com a participação da comunidade onde supostamente serão inseridos. Com esta iniciativa, busca-se promover o ensino de projetos que sejam fruto de um conhecimento mais profundo, possibilitando a integração entre os futuros técnicos e a comunidade local. Com esta aproximação, tende-se realizar projetos participativos, de acordo com as necessidades e anseios dos moradores. A amostra expõe possibilidades de intervenção em espaços livres públicos através de exercícios de estudantes em formação e, portanto, sem a responsabilidade técnica de seu conteúdo.

Agradecemos a direção da Escola Estadual Profa. Dora Maria Maciel de Castro Kanso, a direção do Centro de Saúde Village e a AMPROVIC – Associação Moradores Proprietários Village Campinas, parceiros nos projetos, e a Subprefeitura de Barão Geraldo que cedeu o espaço.

Professores:

Noemie Nelly Nahum

Alessandra Natali Queiroz

Ana Cecília Mattei de Arruda Campos

Eugenio Queiroga

Leandro Rodolfo Schenk

Renata Baesso Pereira

Vanessa Gayego Bello Figueiredo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas

Oficina: Prática Complementar de Formação “Paisagismo Produtivo”

Local: EE Dora Kanso, 2008

Coordenação: Prof.^a Noemie Nelly Nahum

A oficina teve como meta introduzir e praticar dois sistemas sustentáveis da *PERMACULTURA*: a espiral de ervas e o círculo de bananeiras. Com o primeiro é possível fazer o plantio de várias ervas

em pouco espaço, obtendo praticidade de manejo e maior aproveitamento da água com a força da gravidade. O segundo sistema, o círculo de bananeiras, permite vários benefícios, como a adequada produção de bananas, a compostagem com sobras de alimentos orgânicos vegetais, a formação de húmus e a drenagem de águas pluviais, dentre outros.

Estudo preliminar para Praça dos Ipês, Disciplina Paisagismo B, FAU- PUC-Campinas

Local: Praça dos Ipês, 2010

Profs.: Alessandra Natali Queiroz, Eugenio Queiroga, Noemie Nelly Nahum

Estudo para apropriação sócio espacial da Praça dos Ipês. Teve como objetivo fazer uso mais racional da área, em termos ambientais e paisagísticos, beneficiando os moradores do bairro e arredores. Os principais aspectos considerados para elaboração do estudo preliminar foram: (a) recuperação de nascente e respectiva mata ciliar para proteção de suas águas até desaguiarem no Rio Atibaia, a menos de um quilômetro da praça; (b) desenvolvimento de programa recreativo para várias faixas etárias; (c) desenvolvimento de programa esportivo; (d) desenvolvimento de programa de atividades de apoio; (e) implantação de infraestrutura básica de água e esgoto, drenagem, acessos; (f) elaboração de proposta de arborização e ajardinamento.

Trote Solidário PET - FAU - PUC Campinas

Local: EE Dora Kanso, 2013 sob a direção da Prof.^a Luciana Gerbasi

Coordenação: Prof.^a Renata Baesso Pereira, PET - PUC Campinas

O Trote Solidário da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU - PUC Campinas) é organizado pelo grupo PET Arquitetura, anualmente, e consiste na recepção dos calouros por meio de uma Ação Solidária em uma comunidade.

Essa atividade faz parte da tradição da FAU - PUC Campinas e tem por objetivo recepcionar os alunos ingressantes do curso, por meio de uma atividade de trote não violenta. Os alunos ingressantes são inseridos em atividades que despertam a responsabilidade social, decorrente da escolha da profissão, em uma ação coletiva de intervenção. O Trote Solidário procura demonstrar, na prática, as possibilidades do papel transformador dos estudantes, apoiados pela Universidade ao cooperarem com a sociedade e com uma comunidade, através de um trabalho de extensão, que aproxima a Universidade da realidade social.

Estudo preliminar para Praça da Escola, Disciplina Paisagismo B, FAU- PUC-Campinas

Local: Praça em frente EE Dora Kanso, 2013

Profs.: Alessandra Natali Queiroz, Ana Cecília Mattei de Arruda Campos, Leandro Rodolfo Schenk, Noemie Nelly Nahum

Estudo para qualificação e apropriação da Praça da Escola. Teve como objetivo adequar e qualificar o espaço livre existente às necessidades dos moradores, possibilitando também a integração com as atividades da EE Dora Kanso e da AMPROVIC. Os principais aspectos considerados para elaboração do estudo preliminar foram: (a) desenvolvimento de programa recreativo para várias faixas etárias; (b) desenvolvimento de programa esportivo; (c) desenvolvimento de programa de atividades educativas e de apoio; (d) implantação de infraestrutura básica de água e esgoto, drenagem, acessos; (e) elaboração de proposta de arborização e ajardinamento.

Estudo preliminar para Praça da Saúde, Disciplina Paisagismo B, FAU- PUC-Campinas

Local: Praça ao lado do Centro de Saúde Village, 2014

Profs.: Alessandra Natali Queiroz, Ana Cecília Mattei de Arruda Campos, Leandro Rodolfo Schenk, Noemie Nelly Nahum, Vanessa Gayego Bello Figueiredo

Estudo para qualificação e apropriação da Praça da Saúde. Teve como objetivo adequar e qualificar o espaço livre existente próximo ao Posto de Saúde, considerando possível transferência das suas instalações, além de atender às necessidades dos moradores. Os principais aspectos considerados para elaboração do estudo preliminar foram: (a) integração da área ao sistema de espaços livres públicos do bairro (b) desenvolvimento de programa recreativo para várias faixas etárias; (c) desenvolvimento de programa esportivo; (d) desenvolvimento de programa de atividades educativas e de apoio; (e) implantação de infraestrutura básica de água e esgoto, drenagem, acessos; (f) elaboração de proposta de arborização e ajardinamento.

ANEXO 6 – Documento de Desafetação do terreno da UBS

LEI Nº 14.876 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014 DESINCORPORA DA CLASSE DE BENS PÚBLICOS DE USO COMUM DO POVO E AFETA PARA A CLASSE DE BENS ESPECIAIS PARTE DE PRAÇA PÚBLICA DO LOTEAMENTO VILLAGE CAMPINAS, PARA A CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE VILLAGE, NA FORMA QUE ESTABELECE. A Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de Campinas, sanciono e promulgo a seguinte Lei: Art. 1º - Fica desincorporada da classe de bens públicos de uso comum do povo e transferida para a classe de bens especiais parte da área de praça, de propriedade da Municipalidade, a seguir descrita e caracterizada: "parte da Praça 1 do loteamento Village Campinas, quarteirão 15.328 do Cadastro Municipal, com área de 1.732,79m² e as seguintes medidas e confrontações: 26,00m confrontando com o lote 1 do quarteirão 15182 do mesmo loteamento; 64,73m confrontando com o remanescente da mesma praça; 25,08m confrontando com a Fazenda Monte D'Este; 68,50m confrontando com a Avenida Francisco Cândido Xavier." Art. 2º - A área descrita no art. 1º desta Lei será utilizada para a construção e implantação de uma unidade de saúde pública denominada Centro de Saúde Village. Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário. Campinas, 09 de setembro de 2014 JONAS DONIZETTE Prefeito Municipal Autoria: Executivo Municipal PROTOCOLADO: 13/10/22310